



RELATÓRIO DE ATIVIDADES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2 DE FEVEREIRO A
31 DE MARÇO

2026



Leiria
Câmara Municipal

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Nota Introdutória	4
<u>I – Informação Financeira</u>	5
<u>II – Processos judiciais pendentes e estado de atualização dos mesmos</u>	6
<u>III – Informação relevante sobre a atividade do Município</u>	7



01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O presente relatório de atividades, referente ao período de 2 de fevereiro a 31 de março de 2026, deve ser lido à luz de um contexto absolutamente excepcional que marcou, de forma profunda, a vida do nosso concelho: a resposta à tempestade Kristin.

Não estamos perante um período administrativo comum. Estamos perante um tempo de exigência máxima, em que o Município foi chamado a responder, em simultâneo, a uma emergência sem precedentes e à necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais.

É essa dupla responsabilidade - agir no imediato e assegurar o funcionamento regular do concelho - que estrutura e dá sentido a todo o trabalho refletido neste relatório.

A dimensão do impacto foi significativa e transversal, atingindo infraestruturas, equipamentos, tecido social e económico. Mas, mais do que a escala dos danos, importa sublinhar a forma como o concelho respondeu: com mobilização, com proximidade e com um forte sentido de comunidade.

A atuação do Município foi imediata, articulada e orientada para as pessoas. Desde os primeiros momentos, foi necessário tomar decisões rápidas, simplificar procedimentos e estar no terreno, lado a lado com as populações, assegurando respostas concretas em contexto de elevada pressão. Essa capacidade de adaptação e execução é hoje um dos traços mais marcantes deste período.

Este relatório demonstra, de forma clara, que foi possível responder à emergência sem abdicar das restantes responsabilidades municipais. As diferentes unidades orgânicas mantiveram a sua atividade, assegurando o funcionamento regular dos serviços, a execução de projetos e o apoio às comunidades, num esforço simultâneo que exigiu elevada coordenação interna e capacidade de gestão.

Importa, por isso, deixar um reconhecimento claro e inequívoco a todos os trabalhadores do Município de Leiria, às juntas de freguesia, aos agentes de proteção civil, ao movimento associativo, às empresas e a todos os cidadãos que, de forma solidária, contribuíram para esta resposta coletiva.

A entrega, o sentido de missão e a disponibilidade demonstrados, em condições particularmente exigentes, foram amplamente reconhecidos pela comunidade e constituem um dos aspetos mais relevantes deste processo.

Este relatório espelha, assim, um desempenho extraordinário perante uma situação excepcional. Traduz a capacidade de um Município que não parou, que respondeu quando foi necessário responder e que continuou a garantir, com rigor, a prestação do serviço público.

O trabalho que este relatório reflete não termina aqui. A recuperação do concelho está em curso e continuará a exigir capacidade de execução, prioridade nas decisões e uma articulação exigente com todas as entidades envolvidas.

Leiria já demonstrou que responde quando é preciso. Agora, o desafio é garantir que essa resposta se traduz numa recuperação consistente, sem interrupções e sem perda de ambição para o desenvolvimento do concelho.



02

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade do executivo municipal, sendo a apresentação periódica de relatórios de atividades um dos instrumentos fundamentais para o cumprimento desse dever.

O presente relatório reporta-se ao período de 2 de fevereiro a 31 de março de 2026 e reúne informação detalhada sobre a atividade desenvolvida pelos diversos serviços, departamentos e unidades orgânicas do Município de Leiria, incluindo áreas fundamentais como a contratação pública, gestão de recursos humanos, ação social, cultura, urbanismo, obras municipais e atendimento ao cidadão.

Em cumprimento dos princípios da transparência, da responsabilidade e da boa governação, o relatório incorpora igualmente a componente financeira, com destaque para os procedimentos adjudicados e os contratos celebrados, e apresenta o ponto de situação atualizado dos processos judiciais pendentes, quer em matéria de contencioso, quer no âmbito das contraordenações e execuções fiscais.

O documento organiza-se por áreas funcionais, facilitando a análise integrada das medidas adotadas, dos projetos em curso e dos resultados obtidos. Pretende-se, assim, não só dar cumprimento ao dever de informação à Assembleia Municipal, mas também promover o escrutínio público e o reforço da confiança nas instituições municipais, numa lógica de prestação de contas que valoriza a proximidade democrática e a cidadania ativa.



03



INFORMAÇÃO FINANCEIRA



SÍNTESE

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria. Apresentam-se, ainda, algumas evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira – Departamento Financeiro

Índice

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
1.1. Receita.....	11
1.1.1. Receita corrente.....	12
1.1.2. Receita de capital.....	13
1.2. Despesa.....	13
1.2.1. Despesa corrente.....	16
1.2.2. Despesa de capital.....	16
1.3. Pagamentos e Recebimentos.....	17
2. ENDIVIDAMENTO	18
3. INDICADORES E RÁCIOS.....	19
4. TEMPESTADE KRISTIN	20
4.1. Receita.....	20
4.2. Despesa.....	20
4.3. Resumo da Despesa.....	21

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria.

Começamos por expor a **execução orçamental** da despesa e da receita, evidenciando também o comparativo por períodos homólogos.

Segue-se a exposição de alguns dados relativos ao **endividamento**, nomeadamente, o montante de faturas por liquidar, o limite da dívida total, nos termos do previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, bem como dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas, em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, apresentam-se alguns **indicadores e rácios** demonstrativos da gestão do Município de Leiria, no qual se dá destaque ao grau de execução orçamental.

Na maioria dos casos apresentam-se evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Adicionalmente, é incluído um novo capítulo especificamente dedicado à execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nos termos do disposto na alínea a) do ponto 2.2 do Despacho n.º 60/2026, de 19 de março.

Face ao exposto, remete-se o presente relatório sobre a situação financeira do Município de Leiria, à data de 31 de março de 2026, para apreciação na sessão ordinária da **ASSEMBLEIA MUNICIPAL de 27 de abril**, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Receita

No quadro abaixo apresenta-se os valores acumulados de receita arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	mar/25	mar/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
RECEITA CORRENTE	25 835 411,06	34 014 983,67	8 179 572,61	31,66%	40,36%	42,51%
RECEITA DE CAPITAL	7 567 952,23	4 596 647,76	-2 971 304,47	-39,26%	11,82%	5,75%
OUTRAS RECEITAS (Saldo de Gerência)	30 612 559,83	41 396 263,85	10 783 704,02	35,23%	47,82%	51,74%
TOTAL	64 015 923,12	80 007 895,28	15 991 972,16	24,98%		

Tabela 1 - Comparativo período homólogo de receita total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se um aumento de 24,98% na receita total acumulada face aos valores de 2025.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da receita dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

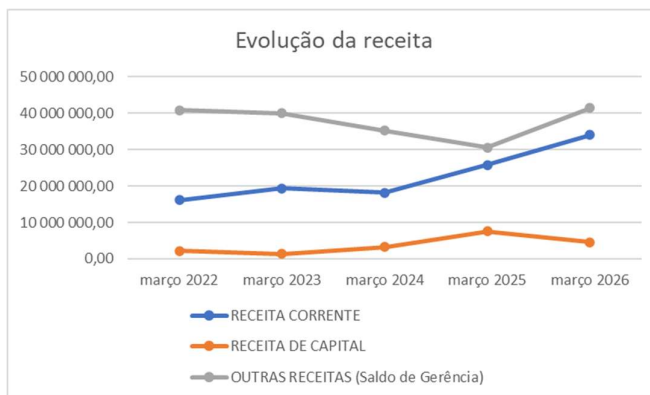


Gráfico 1 - Evolução da receita dos últimos 5 anos.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da receita por rubricas, com referência ao período em análise.

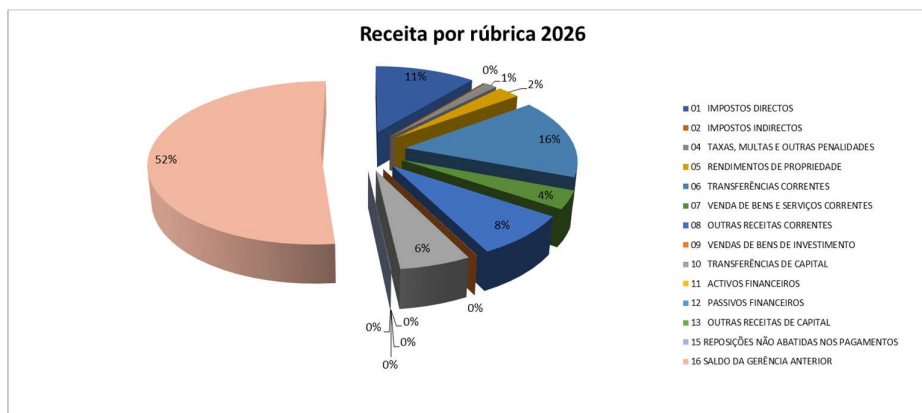


Gráfico 2 – Distribuição da receita por rubricas.

1.1.1 Receita corrente

Apresenta-se abaixo o comparativo com período homólogo, no que se refere à receita corrente acumulada.

Descrição	mar/25	mar/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
01 IMPOSTOS DIRECTOS	7 828 158,73	8 841 523,44	1 013 364,71	12,95%	30,30%	25,99%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 321 370,54	1 122 229,26	-1 199 141,28	-51,66%	8,99%	3,30%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 958 830,61	1 983 318,23	24 487,62	1,25%	7,58%	5,83%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 262 726,66	12 651 567,21	2 388 840,55	23,28%	39,72%	37,19%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3 348 271,40	2 888 187,99	-460 083,41	-13,74%	12,96%	8,49%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116 053,12	6 528 157,54	6 412 104,42	5525,15%	0,45%	19,19%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	25 835 411,06	34 014 983,67	8 179 572,61	31,66%		

Tabela 2 - Comparativo período homólogo de receita corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento de 31,66% na receita corrente (+ 8,1 milhões);
- O aumento nas outras receitas correntes (+5525,15%), referente à indemnização ao abrigo da apólice de seguros multirrisco relativo à tempestade Kristin;
- O aumento nas transferências correntes (+23,28%);
- O aumento apurado nos impostos diretos (+12,95%);
- A diminuição registada na rubrica Taxas, Multas e outras Penalidades (-51,66%);
- A diminuição registada na venda de bens e serviços correntes (-13,74%).

Seguidamente é apresentado um quadro comparativo da receita de **impostos diretos**, considerando os valores acumulados e o período homólogo.

Descrição	mar/25	mar/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	1 013 693,78	2 372 536,67	1 358 842,89	134,05%
IUC - Imposto Único de Circulação	1 261 164,95	1 239 557,67	-21 607,28	-1,71%
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	5 456 084,88	5 043 106,42	-412 978,46	-7,57%
Derrama	97 215,12	186 322,68	89 107,56	91,66%

Tabela 3 - Comparativo período homólogo de receita de impostos diretos acumulada.

Para melhor análise da evolução da receita de impostos diretos sugere-se consulta do **ANEXO 1**.

1.1.2 Receita de capital

No que se refere à receita de capital, expõe-se abaixo a receita de capital acumulada, bem como o respetivo comparativo com o período homólogo.

Descrição	mar/25	mar/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	27 061,89	27 061,89		0,00%	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7 567 952,23	4 569 585,87	-2 998 366,36	-39,62%	100,00%	0,00%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS		0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	7 567 952,23	4 596 647,76	-2 971 304,47	-39,26%		

Tabela 4 - Comparativo período homólogo de receita de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se a diminuição em 39,26% na receita de capital acumulada face aos valores de 2025, relacionado genericamente com as transferências de fundos comunitários no período em análise.

1.2. Despesa

No quadro abaixo podemos verificar os valores acumulados de despesa arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	mar/25		mar/26		Varição Absoluta		Varição Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
DESPESA CORRENTE	74 140 833,94	18 302 905,90	88 938 927,40	19 827 294,86	14 798 093,46	1 524 388,96	19,96%	8,33%	62,19%	78,78%	63,48%	79,88%
DESPESA CAPITAL	45 067 779,32	4 929 167,64	51 171 686,41	4 992 604,17	6 103 907,09	63 436,53	13,54%	1,29%	37,81%	21,22%	36,52%	20,12%
TOTAL	119 208 613,26	23 232 073,54	140 110 613,81	24 819 899,03	20 902 000,55	1 587 825,49	17,53%	6,83%				

Tabela 5 - Comparativo período homólogo de despesa total acumulada.

Da análise do quadro destaca-se, face aos valores de 2025:

- O aumento de 6,83% na despesa total paga;
- A despesa paga de 24,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 13,63%.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da despesa dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

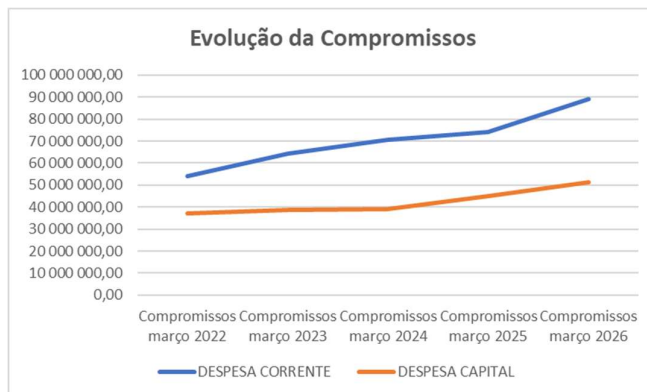


Gráfico 3 – Evolução dos compromissos dos últimos 5 anos, no período em análise.

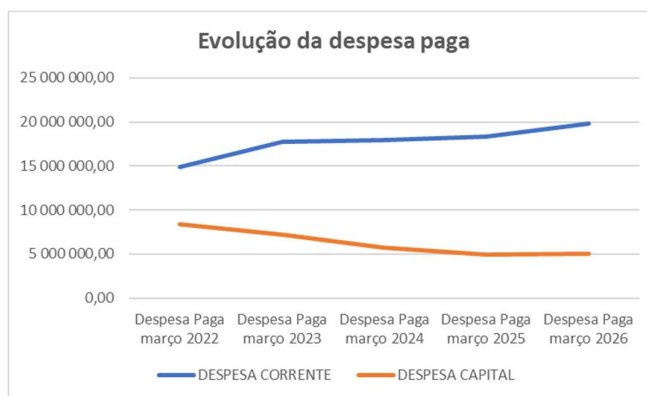
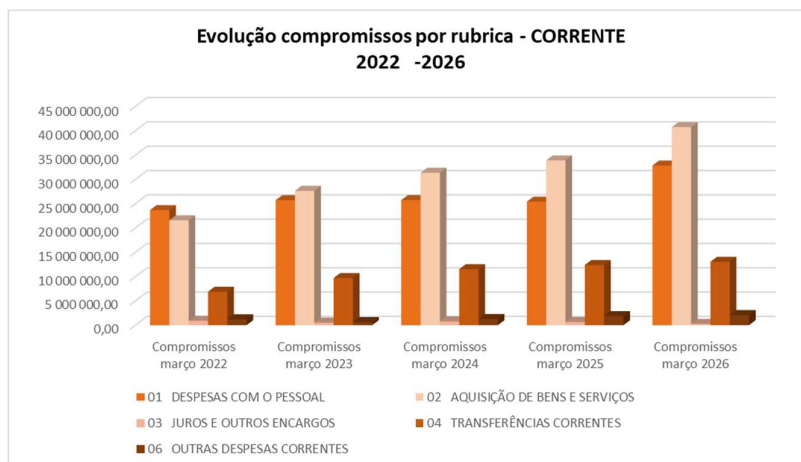


Gráfico 4 – Evolução da despesa paga dos últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (COMPROMISSOS), com referência ao período em análise.



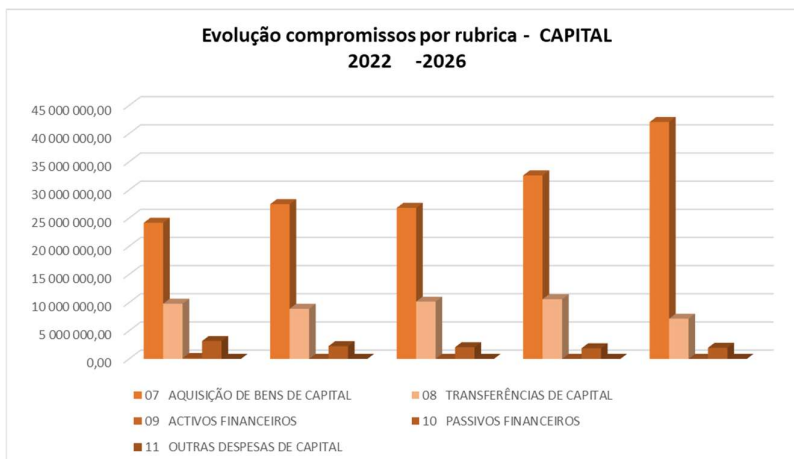


Gráfico 5 – **Distribuição dos compromissos por rubricas** – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (PAGAMENTOS), com referência ao período em análise.

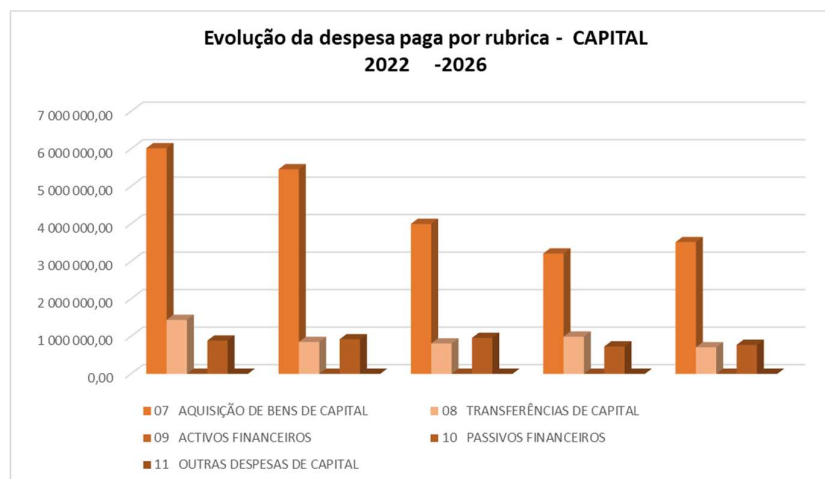
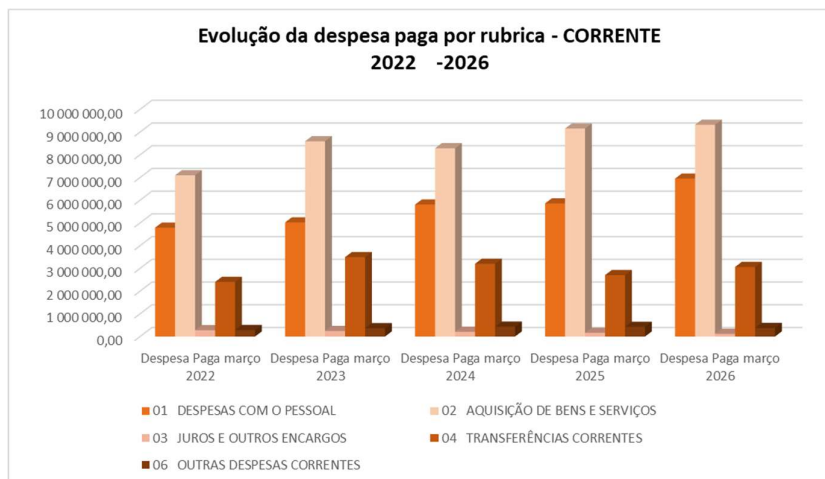


Gráfico 6 – **Distribuição da despesa paga por rubricas** – comparativo últimos 5 anos, no período em análise.

1.2.1. Despesa corrente

No que à despesa corrente diz respeito, no quadro abaixo encontramos o seu valor acumulado, bem como o comparativo com o período homólogo.

Descrição	mar/25		mar/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
01 DESPESAS COM O PESSOAL	25 389 745,79	5 857 961,60	32 830 261,51	6 949 679,05	7 440 515,72	1 091 717,45	29,31%	18,64%	34,25%	32,29%	36,91%	35,26%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	33 879 727,59	9 154 434,59	40 718 410,24	9 321 303,78	6 838 682,65	166 869,19	20,19%	1,82%	45,70%	50,46%	45,78%	47,30%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	650 147,89	0,00	277 050,29	0,00	-373 097,60	0,00	-57,39%		0,88%	0,00%	0,31%	0,00%
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12 371 108,44	2 702 601,61	13 030 655,13	3 061 966,61	659 546,69	359 365,00	5,33%	13,30%	16,69%	14,90%	14,65%	15,54%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 850 104,23	426 238,82	2 082 550,23	375 602,32	232 446,00	-50 636,50	12,56%	-11,88%	2,50%	2,35%	2,34%	1,91%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	74 140 833,94	18 141 236,62	88 938 927,40	19 708 551,76	14 798 093,46	1 567 315,14	19,96%	8,64%				

Tabela 6 - Comparativo período homólogo despesa corrente acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+19,96%);
- O aumento da despesa paga (+8,64%);
- A despesa corrente paga de cerca de 19,7 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 22,29%.

1.2.2. Despesa de capital

De seguida apresenta-se um quadro relativo à despesa de capital, comparando os valores acumulados com o período homólogo.

Descrição	mar/25		mar/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	32 580 198,56	3 208 144,49	42 061 600,03	3 513 406,74	9 481 401,47	305 262,25	29,10%	9,52%	72,29%	76,39%	82,20%	83,25%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 599 526,00	991 421,47	7 134 689,88	706 905,43	-3 464 836,12	-284 516,04	-32,69%	-28,70%	23,52%	23,61%	13,94%	16,75%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1 888 054,76	0,00	1 975 396,50	0,00	87 341,74	0,00	4,63%		4,19%	0,00%	3,86%	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	45 067 779,32	4 199 565,96	51 171 686,41	4 220 312,17	6 103 907,09	20 746,21	13,54%	0,49%				

Tabela 7 - Comparativo período homólogo despesa de capital acumulada.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+13,54%) e o aumento da despesa de capital paga (+0,49%);
- O aumento da despesa comprometida com aquisição de bens de capital (+29,10%) e o aumento da despesa paga com aquisição de bens de capital (+9,52%);
- A despesa de capital de cerca de 4,2 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 9,76%.

1.3. Pagamentos e Recebimentos

No quadro seguinte podemos aferir os montantes pagos e recebidos no mês janeiro, bem como o comparativo com período homólogo.

Descrição	mar/25	mar/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	33 403 363,29	38 611 631,43	5 208 268,14	15,59%
Pagamentos	23 232 073,54	24 819 899,03	1 587 825,49	6,83%
Saldo Acumulado	10 171 289,75	13 791 732,40	3 620 442,65	

Descrição	mar/25	mar/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	12 804 518,73	10 839 229,82	-1 965 288,91	-15,35%
Pagamentos (Orçamental)	9 811 827,38	12 382 879,16	2 571 051,78	26,20%
Saldo do mês	2 992 691,35	-1 543 649,34	-4 536 340,69	

Tabela 8 - Comparativo período homólogo de recebimentos e pagamentos.

Da análise do quadro verifica-se:

- O aumento dos recebimentos, em termos acumulados do ano, em 15,59% e diminuição em 15,35% no que se refere ao mês de março;
- O aumento dos pagamentos, em termos acumulados do ano, em 6,83% e o aumento em 26,20% no que se refere ao mês de março.

2. ENDIVIDAMENTO

Seguidamente apresenta-se um quadro ilustrativo da evolução das faturas por liquidar desde o ano de 2022.

A 31 de março	2022	2023	2024	2025	2026
Facturas por liquidar	618 810,36	835 169,62	768 297,52	899 018,30	3 087 834,55
Facturas por liquidar / Receita	1,05%	1,38%	1,36%	1,40%	3,86%

Fonte: DGAL - Mapa de Pagamentos em Atraso

Tabela 9 – Comparativo de faturas por liquidar (Fonte DGAL – Mapa de pagamentos em atraso).

O quadro seguinte evidencia o stock da dívida da Câmara Municipal de Leiria à data de **31/03/2026**.

	Capital em dívida a 31/12/2025	Amortizações até 31 de março 2026	Capital em dívida
Instituições Financeiras	6 959 012,27	772 292,00	6 186 720,27
Total	6 959 012,27	772 292,00	6 186 720,27

Tabela 10 - Dívida a instituições financeiras.

Em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresenta-se abaixo o quadro da dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas.

Total da dívida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dividas não Orçamentais	FAM	Excluindo dividas não orçamentais e FAM
(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) - (5)
12 533 568	6 306 243	18 839 811	608 863	0	18 230 948

Tabela 11 - Dívida total.

Legenda:

AM: Áreas Metropolitanas

FAM: Fundo de Apoio Municipal

SEL: Sector empresarial Local

SM: Serviços Municipalizados

Da análise do quadro apresentado, constata-se que a dívida total do Município de Leiria, à data de 31 de março, ascende a 18.230.948 €, conclui-se, assim, pelo cumprimento do limite legal estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que o respetivo capital em dívida se situa substancialmente abaixo do limite máximo estabelecido, fixado em 154.430.933,00 € (dados da DGAL).

3. INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se, de seguida, alguns indicadores e/ou rácios demonstrativos da gestão do Município de Leiria.

Indicador	Resultado ano n-1	Resultado ano n	Variação	
			Absoluta	Relativa
Saldo Corrente (Receitas Correntes – Despesas Correntes) Poupança corrente	7 532 505,16	14 187 688,81	6 655 183,65	88,35%
Grau de execução da receita	40,31%	43,95%	4%	9,03%
Grau de execução do PPI	8,82%	6,83%	-0,02	-22,56%
Grau de execução do PAM	19,29%	18,27%	-0,01	-5,29%
Grau de execução geral da despesa	14,63%	13,63%	-0,01	-6,84%
Prazo médio pagamentos	4 dias	4 dias		
Rácio Despesa de Pessoal / km ²	8 453,05	10 028,40	1 575,35	18,64%
Rácio Despesa de Pessoal / população	46,75	55,46	8,71	18,64%
Rácio Investimento / km ²	7 112,80	7 204,34	91,54	1,29%
Rácio Investimento / população	39,34	39,84	0,51	1,29%
Notas: Indicadores na ótica dos pagamentos: despesa paga.				

Tabela 12 – Indicadores.

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento do saldo corrente;
- Um ligeiro aumento da despesa paga em investimento, fruto de fatores exógenos de âmbito nacional, designadamente:
 - i. Escassez de mão de obra especializada;
 - ii. Atrasos na cadeia de fornecimento de materiais de construção;
 - iii. Elevado número de obras adjudicadas face à resposta disponível no mercado;
 - iv. Dificuldades na obtenção de respostas por parte dos projetistas a dúvidas e pedidos de esclarecimento, motivadas pelo elevado volume de trabalho que estes atualmente enfrentam;

Estes constrangimentos têm impactado negativamente o ritmo de execução dos contratos públicos em todo o País, não constituindo o Município de Leiria uma exceção.

- A manutenção do prazo médio de pagamentos em 4 dias.

4. TEMPESTADE KRISTIN

A Tempestade Kristin causou danos significativos no concelho de Leiria, afetando o funcionamento de infraestruturas, equipamentos e serviços municipais, o que exigiu a adoção de medidas urgentes e coordenadas. Apesar do contexto excecional, a atuação municipal deve manter-se em conformidade com os princípios da legalidade, do interesse público e da boa administração. Neste enquadramento, a definição de orientações claras e uniformes assume um papel essencial no reforço do controlo interno, da transparência dos procedimentos e da confiança dos cidadãos na atuação do Município.

Face ao exposto, de seguida apresenta-se informação sobre a execução da despesa e da receita associadas à resposta à Tempestade Kristin, nomeadamente despesa cabimentada, contratualizada e paga e a receita auferida.

4.1. Receita

No que se refere à receita relacionada com a Tempestade Kristin, expõe-se abaixo a receita acumulada até ao período em análise:

Descrição	mar/26
Indemnização Seguros	6 500 000,00
Outras Receitas	19 200,00
Total	6 519 200,00

Tabela 9 - Receita acumulada relacionada com a Tempestade Kristin.

Da análise do quadro destaca-se:

- O adiantamento da indemnização recebida ao abrigo da apólice de seguros multirriscos, associada aos danos provocados pela Tempestade Kristin de 6,5 milhões de euros;
- As restantes receitas decorrem da alienação direta de materiais ferrosos, não ferrosos e de resíduos de madeira (estilha).

4.2. Despesa

No que respeita à despesa associada à resposta à Tempestade Kristin, apresenta-se de seguida a despesa acumulada cabimentada, adjudicada e paga até ao período em análise.

Descrição	Cabimentado	% rúbrica	Adjudicado	Valor pago até março	% paga
Ação Social	429 462,81	2,93%	467 619,63	237 541,40	50,80%
Ambiente	3 329 367,17	22,70%	2 025 645,35	215 146,78	10,62%
Bombeiros e Proteção Civil	928 004,79	6,33%	429 219,55	144 105,91	33,57%
Combustíveis	200 265,22	1,37%	185 057,01	153 666,25	83,04%
Edifícios Municipais ou sob a sua	977 640,10	6,66%	260 570,24	172 797,79	66,32%
Escolas	2 671 246,37	18,21%	1 363 012,01	339 366,57	24,90%
Espaços Verdes	3 097 765,29	21,12%	3 063 535,04	18 874,95	0,62%
Limpeza e Higiene	11 065,07	0,08%	11 065,07		0,00%
Locação de equipamentos	527 811,00	3,60%	497 124,34	321 925,48	64,76%
Manutenção de espaços públicos	231 891,65	1,58%	231 891,65	76 555,20	33,01%
Mobilidade, Transportes e Trânsito	1 579 327,06	10,77%	1 510 394,76	128 997,49	8,54%
Outros	176 688,73	1,20%	131 587,81	111 527,27	84,76%
Vias e Taludes	459 260,86	3,13%	112 637,83	0,00	0,00%
Viaturas	3 116,89	0,02%	3 116,90	1 581,83	50,75%
Vigilância e Segurança	46 311,32	0,32%	46 311,32	15 821,69	34,16%
Total das despesas	14 669 224,33	100,00%	10 338 788,52	1 937 908,61	18,74%

Tabela 10 - Despesa acumulada relacionada com a Tempestade Kristin, por rúbrica.

Da análise do quadro destaca-se:

- As rubricas gerais de ambiente e de espaços verdes concentram uma parcela significativa do valor cabimentado, representando 22,70% e 21,12%, respetivamente, decorrente sobretudo de intervenções de limpeza, desobstrução de vias e operações de recolha e encaminhamento de resíduos.

4.3. Resumo da Despesa

O quadro seguinte apresenta os valores acumulados da despesa corrente e de capital no período em análise.

Descrição	Cabimentado	Adjudicado	Pago
Despesa Corrente	9 869 384,46	7 684 814,44	1 400 476,49
Despesa Capital	4 799 839,87	2 653 974,07	537 432,12
Total	14 669 224,33	10 338 788,52	1 937 908,61

Tabela 11 - Despesa relacionada com a Tempestade Kristin, por tipologia.



Gráfico 6 – Despesa total cabimentada, no período em análise.



04

**PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES
E ESTADO DE ATUALIZAÇÃO
DOS MESMOS**

SÍNTESE

Presente relatório sobre os processos de contencioso, para apreciação na sessão de Assembleia Municipal de 20 de fevereiro, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Outros

Departamento Jurídico

Identificador do Processo:

Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria atualmente do TCA Sul

Demandante:

Almerinda Faria Fiúza Pedro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;
- b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e, consequentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

Valor da ação:

Indeterminável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 958/13.0 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, atualmente no Tribunal Central Administrativo Sul

Demandante:

Aquino Construções S.A., em Liquidação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos até efetivo e integral pagamento.

b) no pagamento de custas, incluindo custas de parte.

Valor da ação:

5.373,49 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 858/16.1 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Irmãos Brites, Ldª e José Cândido e mulher Maria Violante Lopes Machado

Pedido:

1- a) Declarar-se que a parcela em formato triangular sita no loteamento 27/81, atualmente registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este o seu dono e legítimo possuidor;

b) Declarar-se que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484, constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização coletiva;

c) Declarar-se que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá ser dado qualquer outro uso;

d) Declarar-se que esta parcela mede 261,07 m2 e que confronta de Sul – Lote 1, do Nascente – Lotes 2 e 3, do Norte – com o edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2- Os Réus serem condenados:

a) A reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência;

b) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal;

c) A abster-se de praticar qualquer ato sobre a citada parcela;

d) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;

e) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.

3- Declararem-se nulos quaisquer atos jurídicos que porventura tivessem servido de título bastante para os atos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente as escrituras de justificação a favor dos 1.ºs. Réus e de aquisição da referida parcela a favor da 2ª Ré.

4- Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo relativo à parcela em discussão nos autos, feito sob o n.º 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria.

Os Réus apresentaram Contestação.

A referida Sentença que julgou o Tribunal Cível incompetente para apreciar este processo. Nesta conformidade, o Município de Leiria apresentou requerimento a solicitar a remessa do processo para o TAF de Leiria.

Em 14/12/2021, o Juiz suscitou oficiosamente um conflito negativo de competência para apreciar a causa, uma vez que suscitavam-se-lhe dúvidas. As partes foram notificadas para se pronunciarem. O processo foi remetido para o Tribunal de Conflitos a 02/02/2022. Em 08/04/2022, o Tribunal de Conflitos decidiu pela competência do TAF de Leiria.

Em 11/03/2026, realizou-se audiência de julgamento

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Concluído – Arquivar

Decisão final:

Decisão totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo de Contraordenação n.º 630/2012/DSAJAL, a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de denúncia feita por Florindo Carreira, foi instaurado processo de contraordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

Valor da ação:

Não aplicável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Executiva n.º 1129/15.6T8PBL, a correr termos no Tribunal da Comarca de Lisboa- Juízo de Execução- J3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Pedro Bento Cordeiro

Pedido:

Que o Executado seja condenado a pagar rendas e indemnizações no valor de € 8.952,90, acrescidas de juros vencidos e vincendos até integral pagamento.

Valor da ação:

8.952,90 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa comum n.º 881/15.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Maria Emília Saragoça da Conceição Soares;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria, P.G. Promoção e Gestão Imobiliárias, Lda, Eduardo Augusto Maria da Silva e mulher e Joaquim Luís Vieira Pereira, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armindo Espírito Santo e Silva

Pedido:

Condenação dos Réus solidariamente a:

- a) Contratar empresa especializada, credível, com vista a retirar os escombros, terras, viatura, árvores e vegetação, pertença da 1ª Ré, e que ocupam o logradouro da Autora;
- b) Projetar e construir impreterivelmente um novo muro de suporte de terras e respetiva drenagem, cujo montante se desconhece e se relega por cautela para execução de sentença;
- c) Pagar à Autora o montante de € 133.824,00 (com IVA incluído à taxa legal em vigor), a título de danos infligidos na propriedade desta;
- d) Pagar à Autora os danos que venham a ocorrer ou a revelar-se até efetiva concretização de toda a obra, e que atenta a sua difícil previsibilidade de qualificação e quantificação, à semelhança da alínea b) do pedido, se relega o seu cálculo para execução de sentença;
- e) Pagar à Autora uma indemnização decorrente da privação do uso da sua moradia, que por defeito perfaz na presente data o montante de € 94.500,00 euros, ao qual deverá acrescer o valor de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) mensais até que sejam repostas as condições de habitualidade do prédio da Autora.

Em 21/06/2022 foi realizada Audiência Prévia. Foi proferido Despacho Saneador, fixando o objeto do litígio e os temas de prova.

Foram realizadas duas sessões de julgamento nos dias 4 e 8 de novembro de 2022. Nesta última sessão, foi proferido o seguinte despacho: "Atenta a possibilidade de, através de prospecção e retirada parcial dos escombros, como resulta da opinião dos senhores peritos, se poder proceder a simulações computadorizadas do processo de derruimento do muro em causa nos autos, de forma a melhor esclarecer o Tribunal quanto à dinâmica de todo o processo, ficam os Srs. Peritos encarregados de apresentar um caderno de encargos até dia 15 de Janeiro de 2023.

Consequentemente, dou sem efeito as datas designadas para continuação da presente audiência, hoje à tarde e no próximo dia 15 de novembro, solicitando a colaboração das partes para informarem as testemunhas da desnecessidade de comparecerem em tais datas, sem prejuízo de a secretaria proceder igualmente à sua desconvocação pelos meios mais expeditos. Ficam os autos a aguardar junção do suprarreferido caderno de encargos, após o que as partes serão notificadas para se pronunciarem".

Os Peritos apresentaram o sobredito caderno de encargos. O ML foi devidamente informado. O Senhor Presidente proferiu despacho no sentido de concordar com a realização da Perícia Complementar e

respetivos encargos (na proporção imputável ao ML). Em 08/06/2023, foi proferido o seguinte despacho: "Antes de mais, e de forma a permitir uma mais completa pronúncia sobre os requerimentos apresentados, notifique os senhores peritos para informarem os autos sobre qual o tempo necessário para efetuar a perícia agora proposta, tendo em conta a necessidade de articulação dos vários prestadores de serviços e as condicionantes climatéricas, na medida em que as mesmas sejam previsíveis, bem como para informarem qual o momento em que, nas melhores condições e tendo em vista o mais célere prazo de execução, deveriam iniciar-se os trabalhos. Prazo: 10 (dez) dias. Notifique também as partes."

Fomos notificados da resposta dos Peritos ao despacho supra transcrito: os Peritos referem que irão apresentar estimativa orçamental atualizada (dado o tempo decorrido) e que tal atualização será remetida ao Tribunal num prazo de 30 dias; mais referem que após aprovação formal, darão início aos trabalhos.

Perante este cenário, vêm dizer que não se deverá proceder a qualquer escavação no local, por pôr em risco o edificado existente e a segurança dos trabalhadores.

Perante a gravidade da situação, como membros do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, é sua obrigação alertar as entidades responsáveis p/ o perigo detetado, motivo porque procederão à exposição da situação à CML para devidas providências.

Em 15/02/2024, o Peritos informaram Trib que não existem no local indícios do início dos trabalhos de reconstrução; que a intervenção a realizar pela P.G. não deverá prejudicar e/ou impedir a realização dos trabalhos necessários ao esclarecimento das causas de colapso do muro. Solicitaram ser atempadamente informados do início da remoção de entulhos e trabalhos de reconstrução, p/ poderem acompanhar os trabalhos de levantamento topogr e esclarecimento das condições de fundação/drenagem do muro.

Segundo informou a CML, ocorreu em 25/06/2024 reunião entre PCML, Arq.º PR, SP, LC e Arq.ª Sara Saragoça (SS). Nesta reunião, SS manifestou preocupações por não cumprimento dos prazos impostos pelo ML à P.G., para apresentação do pedido de licenciamento do muro e execução da obra, conforme despacho proferido em 26/09/2023, no Proc ON/1989/1879 - intimação p/ realização de trabalhos urgentes, pelo Vereador com competência subdelegada .

Durante a reunião, PCML falou telefonicamente c/ Eng.º Carlos Serrano (perito indicado pelos RR), contratado pela P.G. para elaborar o proj de arquitetura do muro. Informou que projeto está atrasado porque a GEOALGAR (estudo geológico), só efetuou trabalhos em março. Afirmou que o proj de arquitetura estaria pronto em 4 semanas e, em ato contínuo, enviou o referido estudo.

Mais informou o ML que, em 21/06, a Dr.ª Dina Fernandes remeteu à CML esclarecimento, justificando o atraso da execução da obra. Não foi requerida prorrogação de prazo.

Em 21/10/2024, P.G. apresentou Requerimento e documentos anexos descritos no n/ e-mail de 31/10/2024 (ver e-mail).

Em 27/11/2024, foi proferido despacho judic que determinou: a) Ofício à CML para informar os autos o estado dos proc. ON/2024/585 e ON/1989/1879, concretamente:

i) Se o proc. de comunicação prévia já se encontra concluído, e se a Requerente (P.G.) já se encontra habilitada a, querendo, iniciar os trabalhos;

ii) Em caso de resposta negativa, quais os trâmites necessários à sua bem-sucedida conclusão, e tempo necessário para a mesma, esclarecendo de que forma se compaginam tais trâmites com a urgência

reconhecida ao estado de segurança dos imóveis sitos na R. Coronel Pinheiro Correia, n.º 5 e R. Escultor Luís Fernandes, n.º 6, e com os prazos fixados na intimação dirigida à Ré;

iii) Em qualquer caso se, mostrando-se decorrido os prazos fixados na intimação que foi dirigida à Ré, e tendo em conta a urgência de resolução da situação detectada pela CML, e pela mesma reconhecida, se vai proceder à posse admin. e executar as obras necessárias;

iv) Neste último caso, tendo em conta a urgência da situação e a necessidade de coordenação atempada c/ Peritos, data previsível p efectiva tomada de posse e início trab.

a) Notifique a Ré para informar se vai ou não realizar os trabalhos descritos na intimação que lhe foi dirigida pela CML e, em caso afirmativo, atenta a urgência da situação, e a necessidade de articulação com os Peritos, para quando prevê o início da sua execução;

b) Notifique os Réus para se pronunciarem sobre a suscitada necessidade de se proceder à substituição do Perito indicado pelos Réus P.G., Eduardo e Maria Célia.

Segundo informação do ML, em 30/08/2024, a P.G. apresentou comunicação prévia relativa ao proj de reconstrução da estrutura de suporte após colapso - ON/2024/585/0.

O ML foi notificado pelo TAF de Leiria do despacho judicial de 26/09/2024, com o seguinte teor: "Atento o tempo entretanto decorrido, notifique as partes para informarmos autos sobre o estado da intervenção identificada no requerimento dos Réus PG de págs. 1437 e 1437 dos autos. Prazo: 10 dias."

Comunicámos ao ML o sobredito despacho e solicitámos que nos informasse o ponto de situação.

Serviços pediram dados que já foram entregues.

Proferido Despacho em 17/12/2024, a solicitar ao ML informações diversas, estando a decorrer o prazo para resposta.

Em 21/02/2025 respondemos ao despacho judicial de 27/11/2024. O processo está concluso ao juiz desde 27/02/2025.

Na sequência de Despacho Judicial de 10/03/2025, as partes foram notificadas para informarem se ainda pretendem ouvir os peritos em sede de audiência final. O ML respondeu ao despacho em 24/03/2025, informando que pretende ouvir os peritos em sede de audiência de Julgamento, que deve ser agendada com a maior brevidade.

O processo está concluso na sequência da pronúncia das partes quanto à alteração do perito. Req. no qual igualmente solicitámos agendamento urgente de julgamento.

Em 15/09/2025 veio a P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. e Outros (Réus nos presentes autos) comunicar ao Tribunal o óbito da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva, juntando certidão de óbito (aí constando como data do óbito o dia 10/06/2024);

Na sequência de tal Requerimento, o ML foi notificado do despacho judicial de 19/09/2025 (que se anexa), por meio do qual o Tribunal:

- Suspendeu a presente instância (artigos 269.º-1 e 270.º-1 do CPC, ex vi artigo 35.º-1 do CPTA); e
- Deu sem efeito as datas designadas para a continuação da audiência final nos presentes autos (ou seja, os dias 17, 24 e 31 de outubro de 2025).

Nos termos do disposto no artigo 276.º, n.º 1, alínea a), a presente instância, apenas poderá prosseguir os seus termos após a habilitação dos sucessores da parte falecida e a notificação do respetivo incidente. Determina o n.º 1, do artigo 351.º do mesmo CPC, que a habilitação dos sucessores da parte falecida pode ser promovida tanto por qualquer das partes que lhe sobrevivam como por qualquer dos seus sucessores. Uma vez que ao comunicarem o óbito da Co-Ré MARIA CÉLIA SECO RAMADAS DA SILVA, os Réus P.G. Promoção e Gestão Imobiliária, Lda., Eduardo Augusto Maria da Silva, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armando Espírito Santo e Silva não promoveram aquela habilitação, aguardarão os autos o necessário impulso processual - artigo 281.º, n.º 1 do CPC, ex vi artigo 35.º, n.º 1 do CPTA.

Face ao falecimento, o Tribunal deu sem efeito as datas designadas para continuação da audiência final nos presentes autos.

Em 06/03/2026, Eduardo Augusto Maria da Silva requereu a habilitação dos sucessores da Co-Ré, Maria Célia Seco Ramadas da Silva.

Em 27/03/2026, a PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. apresentou Requerimento nos autos por meio do qual veio informar o Tribunal que a tempestade Kristin causou graves danos na sua moradia (nomeadamente danos no telhado, duas chaminés partidas e infiltrações de água no interior da habitação). Mais informa que existe risco de deslizamento da moradia e está a ocorrer deslizamento de terras, existindo outrossim árvores de grande porte caídas. Requer ainda o urgente agendamento da continuação do julgamento.

Em 02/04/2026, o ML secundou o requerimento da PG - Promoção e Gestão Imobiliária, Lda. no sentido do urgente agendamento da continuação do julgamento.

Valor da ação:

228.324,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MAGNETIC HAPPINESS, UNIPESSOAL, Ld^a

Providência Cautelar n.º 1824/15.0 BELRA- TAF LEIRIA

(CUSTAS de PARTE)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Magnetic Happiness, Unipessoal, Ld^a

Pedido:

Proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que negou provimento ao recurso apresentado pela MAGNETIC - HAPPINESS, UNIPESSOAL, LDA. e confirmou a Sentença recorrida. Apresentado requerimento de custas de parte. Celebrado acordo para pagamento das custas de parte, o qual não foi cumprido.

Foi remetido Requerimento ao TAF de Leiria para emissão de certidão e envio à AT para efeitos de processo de execução fiscal.

Em 23/08/2024- Enviámos req o à AT solicitando informação sobre o estado do PEF

Em 28/08/2024- Resposta da AT

Em 07/10/2024- Consulta do PEF0728202201120786 no SF 1 – Coimbra

Em 11/07/2022, foi instaurado o PEF, com origem na Certidão de Dívida, enviada pelo TAF de Leiria, para cobrança das custas de parte;

Foi efetuado pela AT, a título oficioso, um plano de pagamento prestacional (porque se trata de dívida de pes. col. de montante inferior a 10.000€). Devedora não aderiu;

Em 26/07/2022, ocorreu citação (funcionário- citação foi postal e não pessoal);

Foi proferido despacho para penhora em 12/09/2022;

Em 16/09/2002- Considerando que o sistema da AT não encontrou quaisquer ativos, houve automaticamente lugar a Declaração em Falhas- cf.. art.º 272.º do CPPT;

O processo mantém-se nesta fase;

Atualmente, o sistema da AT não indica qualquer ativo pertencente à devedora.

Valor da ação:

1 224,00 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligencias

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Declarativa n.º 1148/16.5T8LRA, a correr termos no Tribunal da Comarca de Leiria

Juízo Central Cível de Leiria – Juiz 3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

João Carlos de Matos Pereira

Pedido:

Condenação do Réu a pagar ao Município de Leiria o montante total de 33.814,30 €, a título de indemnização.

O Réu apresentou o seguinte pedido reconvenicional: condenação do Município de Leiria no pagamento ao Réu-reconvinte da quantia de 617.272,52 €, acrescida de juros de mora, à taxa legal, desde a citação até integral e efetivo pagamento, quantia essa referente à sua remuneração pelo desempenho do cargo de liquidatário da Leirisport - EM.

Valor da ação:

33.814,30 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 323/16.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Desafios Urbanos, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) Que seja declarada a nulidade ou, pelo menos, a anulação, da notificação, através do ofício n.º 3954 de 25/01/2016, da deliberação de 19/01/2016, tomada pela Câmara Municipal de Leiria, no sentido de resolver o contrato de concessão celebrado em 15/03/2007, entre o Município de Leiria e a Autora; b) Ser declarada a anulação da deliberação de resolver o contrato de concessão, tomada pela Câmara Municipal, por deliberação de 19/01/2016, ao abrigo do disposto no art.º 163º, n.º 1, do NCPA, por violação do disposto nos arts. 428º e 334º do CC; c) Em consequência, ser declarada a manutenção e vigência do contrato de concessão do direito de uso privativo de dois espaços integrados no Parque Municipal Tenente Coronel Jaime Flípe da Fonseca, na cidade de Leiria, celebrado entre o Município de Leiria e a Autora, em 15/03/2007.

Proferida sentença em Abril de 2023, decidindo julgar:

a) a reconvenção parcialmente procedente e, em consequência, condena-se a autora-reconvinda a pagar ao réu-reconvinte a quantia de €21.485,59, acrescido de juros de mora vencidos de € 6.994,00 e juros de mora vincendos até integral e efetivo pagamento;

c) o pedido incidental de litigância de má-fé improcedente e, em consequência, absolve-se a autora do respetivo pedido.

Custas quanto à causa principal pela autora.

Custas da reconvenção pelo réu/reconvinte e pela autora/reconvinda em partes iguais.

Custas quanto ao pedido incidental de litigância de má-fé pelo réu, que se fixa em 0,5UC.

Apresentadas custas de parte.

07/12/2023- Advogado renuncia ao mandato; A Autora notificada da renúncia não constitui novo Advogado. Tribunal tenta notificar sentença à Autora. Carta devolvida.

Tentámos notificar os gerentes por carta registada com AR- carta devolvida.

Cartas enviadas à A e aos gerentes p notificação de custas de parte- devolvidas.

Entregámos requerimento executivo (execução nos próprios autos) para tentativa de cobrança do valor em dívida.

Valor da ação:

36.492,15 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 312/17.4BELRA que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mercure- Projetos Imobiliários, S.A.

Demandado / Arguido:

Réu: Município de Leiria

Intervenientes:

- Sílvio Miguel Gaspar Roda (habilitado como sucessor do falecido Manuel Alexandre Jesus Roda);
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

Pedido:

Que o Município de Leiria seja condenado a encetar todas as diligências tendentes à reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (queda do muro) e a proceder à sua execução, determinando-se a sua condenação no pagamento de uma sanção pecuniária compulsória calculada à razão de €500,00 €/dia, por cada dia de atraso no cumprimento. Para o caso de se entender que a reconstituição natural não será possível, não repara integralmente os danos ou é excessivamente onerosa, o que se não concede, deverá ser a indemnização fixada em dinheiro no montante de €180.161,11, já deduzido da importância recebida do Dono de Oba na sequência da decisão judicial proferida e da execução instaurada, condenando-se o Município de Leiria no seu pagamento, acrescido dos competentes juros de mora, calculados à taxa legal, desde a citação até efetivo e integral cumprimento.

Por despacho datado de 11/04/2022, o Juiz deferiu as intervenções principais provocadas, requeridas pelo Município de Leiria na respetiva Contestação, de:

- Manuel Alexandre Jesus Roda;
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

A Fidelidade, SA e Manuel de Jesus Pereira da Silva apresentaram as respetivas contestações.

Valor da ação:

180.161,11 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 1475/13.3 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (em 16/11/2020, aos presentes autos foram apensados a Ação Administrativa com o n.º 168/18.OBELRA e respetivo apenso constituído pela Providência C

Demandante:

Moniz & Ribeiro, Ld^a, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Declarar-se que a Autora adquiriu os direitos e obrigações que MANUEL OLIVEIRA e SILVA e ALZIRA da COSTA e SILVA detinham no protocolo assinado no dia 08/05/2006 e condenar-se o Réu a reconhecer à A. esses direitos.
- b) Condenar-se o Réu a pagar à Autora a quantia de 520.642,00 €, acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efetivo pagamento.
- c) Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):
- d) Condenar-se o Réu a demolir todas as obras que realizou no prédio da Autora, a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restituí-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.
- e) Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):
- f) deve o Réu ser condenado a pagar à 2^a e 3^a Autoras a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à taxa legal até efetivo pagamento.
- g) Condenar-se o Réu nas custas e procuradoria.

Valor da ação:

536.261,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda

Pedido:

Sendo julgada procedente a ação intentada pela Ré contra o Autor, que corre termos na 1ª U.O. do TAF de Leiria, sob o n.º 1475/13.3BELRA, e, conseqüentemente, tendo o Autor sido condenado no âmbito desta ação a pagar à Ré uma indemnização pelo incumprimento do Protocolo, deve a ação ser julgada procedente, por provada, e, conseqüentemente:

- a) declarar-se o incumprimento pela Ré Moniz & Ribeiro Lda do Protocolo melhor identificado em 8.º e 9.º da petição inicial, por culpa da Ré, e, conseqüentemente, ser proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial em falta da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, conseqüentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o seguinte prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Quinta de São Romão, São Romão, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, sob o artigo 10.338, com uma área de 20.310 m², a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, concelho de Leiria; ou, quando assim se não entender,
- b) seja proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, conseqüentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: e, ainda,
- c) declarar que a transmissão ao Autor do prédio supra identificado, seja no caso da alínea A) ou B), é feita livre de quaisquer ónus ou encargos, condenando-se a Ré a reconhecer que essa transmissão é feita nestes termos;
- d) condenar a Ré a reconhecer ao Autor a faculdade de expurgar quaisquer hipotecas legais ou voluntárias constituídas sobre o prédio referido em A) e B), nomeadamente, a hipoteca voluntária a favor de Leonardo António Lisboa Moniz e Leticia Lisboa Moniz, para garantir um empréstimo no montante de €1.150.000,00, conforme melhor resulta da inscrição AP. 2660 de 2014/10/03 16:13:08 UTC, registada no prédio descrito sob o n.º 2615, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria, e, conseqüentemente, condenar o Réu a pagar ao Autor as quantias que este tiver que despende, sejam de que natureza forem, para expurgação daquelas hipotecas, a liquidar em execução de sentença, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento; e)
- e) condenar a Ré a pagar ao Autor, a título de indemnização, as quantias que este tiver que despende para

desonerar o prédio identificado em A) e B), a liquidar em execução de sentença, nomeadamente para pagamento e cancelamento das penhoras referidas em c) e d) do artigo 35.º da petição inicial, bem como para pagamento e cancelamento de quaisquer outros ónus ou encargos que onerem ou venham a onerar o referido prédio, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

520.642,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Embargos de Terceiro n.º 2206/15.9 T8PBL-B, a correr termos no Juízo de Execução de Pombal [Embargos à execução comum n.º 2206/15.9T8PBL da Comarca de Leiria- Pombal- Instância Central- 2ª Seção de Execução- J1, intentada pelos Exequentes/Credores Hipotec

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz; Banco BIC Português, S.A. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL

Pedido:

A) Que se declare que o Embargante adquiriu em 30/04/2007, ou em qualquer outra data que se vier apurar nos autos, por acessão industrial imobiliária, e para integrar o seu domínio privado municipal, o prédio urbano situado na Quinta de São Romão, em S. Romão, composto por terreno para construção urbana, com uma área de 20.310 m2, a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, inscrito na matriz predial urbana da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sob o artigo 10.338, descrito na 2ª CRP de Leiria sob o n.º 2615/19941020, da freguesia de Pousos, mediante o pagamento pelo Embargante da quantia de €396.562,50 à Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. correspondente ao valor que este prédio tinha à data da incorporação das obras realizadas pela Embargante naquele prédio, ou outra quantia que se vier apurar nos presentes autos;

B) Que se condenem os Embargados a reconhecer que desde 30/04/2007, ou desde qualquer outra data que se vier apurar nos autos, que o Embargante é o dono do prédio referido na alínea anterior, e consequentemente, a ordenar o cancelamento da inscrição de aquisição AP. 10 de 2008/12/16 daquela descrição predial;

C) Que se declare a nulidade, por simulação absoluta, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas anteriores, a favor dos Embargados LEONARDO ANTÓNIO LISBOA MONIZ e LETÍCIA LISBOA MONIZ, titulada pela escritura pública de hipoteca outorgada por aqueles em 05/07/2011, no Cartório Notarial de Ourém, a cargo da notária Alexandra Heleno Ferreira, lavrada a folhas 37 a 39, do Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 155 daquele cartório, hipoteca aquela inscrita a favor destes pela AP. 2660 de 2014/10/03, sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, da freguesia de Pousos, concelho de Leiria, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

Ou caso o pedido referido em C) não seja julgado procedente, que se:

D) Declare a nulidade, por falta de legitimidade da Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. e conforme melhor referido de 84º a 106º da PI, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre

o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA , titulada pela escritura pública de hipoteca referida na alínea anterior, e, conseqüentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial; ou, caso assim se não entenda, e que este pedido D) não seja julgado procedente, que:

E) Declare ineficaz, e que não produz quaisquer feitos relativamente ao Embargante, conforme alegado em 107º a 111º da PI, a hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA, titulada pela escritura pública de hipoteca já referida e, conseqüentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA , bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente a este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

F) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 29/06/2016 pela Embargada Banco Bic Português, S.A., no âmbito do processo executivo nº 3302/13.2TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Instância Central – 2ª Seção de Execução, hoje denominada por Juízo de Execução – Pombal – Comarca de Leiria, que tem como Exequente o Banco Bic Português, S.A, e Executada a Moniz & Ribeiro Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada Banco Bic Português, S.A. pela AP. 2455 de 2016/09/26, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2455 de 2016/09/26 daquela descrição predial;

g) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 21/03/2017 pela Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL no âmbito do processo executivo nº 144/13.9TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Juízo de Execução, que tem como Exequente a CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL e Executada a Moniz & Ribeiro, Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL, pela Ap. 2568 de 26/09/2016, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2568 de 26/09/2016, daquela descrição predial.

Sentença proferida em 01/07/2022, com os embargos a serem julgados improcedentes por extemporâneos.

Apresentado recurso dessa decisão.

Em 14/03/2023, foi proferido acórdão pelo Tribunal da Relação de Coimbra a confirmar a sentença da 1.ª Instância.

Apresentada reclamação da nota discriminativa e justificativa de custas de parte apresentada pelos Embargados, julgada parcialmente procedente, condenando-se o ML no pagamento da quantia de 4.306,95€ a título de custas de parte e no pagamento de 0,5UC pelo decaimento parcial.

Apresentado requerimento a solicitar a restituição do valor do depósito autónomo pago em excesso e entrega do remanescente aos embargados.

Valor da ação:

396.562,50 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MONIZ & RIBEIRO Ld^a-

Providência Cautelar n.º 1408/17.8 BELRA- TAF LEIRIA

(CUSTAS de PARTE)

[Os autos de providência cautelar estão apensados à Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0BELRA, intentada

na sequência do deferimento da providência

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Ld^a

Pedido:

Proferida Sentença que decretou a providência cautelar, a vigorar até ser proferida decisão na ação principal a intentar pelo Requerente, através da qual:

a) Se autoriza o Requerente Município de Leiria a retirar quaisquer objetos que impeçam o acesso e a livre utilização do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca pelos seus utentes, e público em geral, e que se encontrem colocados no prédio sito na Quinta de São Romão, S. Romão, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito atualmente na matriz predial urbana sob o artigo 10.338, da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, com a área de 20.310m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, que impeçam o acesso e livre utilização dos espaços exteriores envolventes daquele complexo pelo Requerente Município de Leiria e pelo público em geral.

b) Se determina dever a Requerida permitir o acesso e utilização pelo Requerente e pelo público em geral do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca, e do prédio referido na alínea anterior, abstendo-se de qualquer comportamento que obste ou comprometa a utilização dos mesmos nas condições atualmente existentes, ou que ponha em causa essas condições. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos custas de parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

Valor da ação:

€1.101,60

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. Arlindo Moniz- Abate das Árvores

EXECUÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO POR CUSTAS - Proc. 396/17.5T9LRA.1, a correr termos no Juízo local criminal de Leiria- Juiz 2

(Proveniente do Processo Comum Singular n.º 396/17.5 T9LRA (a este processo foram apensados os Inquéritos n.ºs 2375/17.3T9LRA, 98/18.5PFLRA, 935/17.1T9LRA, 22211/17.8T9LRA, 2905/18.3T9LRA, 981/18.5PFLRA, 2/19.3PCLRA e 341/17.8PCLRA, 2934/17,4T9LRA), a correr termos no Juízo Local Criminal de Leiria- Juiz 2)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Arlindo Lisboa Pereira Moniz

Pedido:

Tendo a sentença transitado em julgado e não tendo sido pago qualquer montante, foi intentada ação executiva para cobrança da quantia de 111.914,76€, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos pelo Município de Leiria, e da quantia de 2.139,38€, a título de custas de parte, acrescidas de juros até integral pagamento.

Concretizada a penhora dos seguintes veículos:

- a) Veículo automóvel, da marca, Mercedes-Benz, modelo 220D, ligeiro de passageiros, com a matrícula, FV-16-90;
- b) Trator Agrícola, da marca International, modelo 523, com a matrícula, IL-87-89;
- c) Trator Agrícola, da marca FIAT, modelo 455 C Compatto, com a matrícula, FO-74-12.

GNR aceita armazenar veículos no antigo estaleiro da JAE.

Penhora da quota detida pelo Executado na sociedade Moniz & Ribeiro, Lda. Insistência pela realização da apreensão dos veículos com as matrículas IL-87-89 e FO-74-12.

Invocada a irregularidade da citação pelo Executado.

O Tribunal declara a regularidade da citação.

Aguarda o decurso do prazo de citação de credores.

Valor da ação:

120.400,18 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 319/18.4 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mélanie Domingues Silva Carreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Serem os Réus considerados como responsáveis pelo pagamento à Autora dos danos/prejuízos sofridos por esta em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 5.980,00 €, a título de indemnização por danos patrimoniais- 5680,00 € de perda total do veiculo e 300,00 € dos óculos danificados em consequência do acidente- bem como a quantia de 1.000,00 € a título de danos morais, tudo no total de 6.980,00 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais que à taxa legal se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Proferido Despacho Saneador. Na sequência de solicitação do Tribunal, a entidade policial veio juntar aos autos participações de acidentes no local em apreço no processo judicial. O ML exercer o respetivo contraditório.

Realização da 1.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 20 de abril de 2023. Foi realizada a 2.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 25/05/2023.

Em 30/05/2023 foi proferida Sentença pelo TAF de Leiria, julgando a ação parcialmente procedente e, em consequência: condenou os Réus (ML e Fidelidade, SA) a pagar à Autora as seguintes quantias:

- i) €1.000,00, a título de indemnização por danos morais e pela privação do uso do veículo e
- ii) €5.680,00, a título de indemnização pela perda total do veículo sinistrado, o que perfaz um total de €6.680,00. Às referidas quantias acrescem os juros de mora à taxa legal desde a citação até efetivo e integral pagamento (cf. artigos 804.º, 805.º, n.º 3 e 806.º, n.º 1, todos do Código Civil).

Valor da ação:

6.980,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1119/18.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Ageas Portugal- Companhia de Seguros, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A. e Águas de Centro Litoral, S.A. Interviente provocada: AIG Europe Limited - Sucursal em Portugal e Tranquilidade – Seguradoras Unidas, S.A..

Pedido:

Que se condenem os Réus ao pagamento solidário do valor de 4.125,00, acrescidos de juros de mora, vencidos e vincendos até efetivo pagamento, custas judiciais e respetivas custas de parte.

Valor da ação:

4.125,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 782/19.6 BELRA, a correr termos na 1.ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Álvaro Gameiro Manuel e Ideal Mercantil, Ld^a

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteresados: BCM- Bricolage, S.A.; Continente Hipermercados, S.A.; Telhabel- Construções, S.A. e Brimogal Sociedade Imobiliária, S.A.

Pedido:

a) Que se seja nulo ou anulado o ato de licenciamento titulado pelo Alvará n.º 498/17, emitido pelo Réu, por violação do Alvará de Loteamento n.º 1/14, anteriormente emitido, a favor do 1.º Autor e por violação do direito de propriedade de ambos os Autores; ou;

Caso assim não se entenda, ou seja, caso se entenda que com emissão do Alvará de Loteamento n.º 1/14 o ora Réu procedeu à alteração das áreas de cedência estabelecidas no âmbito do Alvará de Loteamento n.º 455/82, emitido a favor do 1.º Autor,

b) Ser declarado nulo ou anulado o ato titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/14, emitido oficiosamente pelo Réu, na parte em que altera as áreas de cedência estabelecidas pelo Alvará n.º 455/82.

E, em consequência,

c) Ser o Réu condenado a praticar todas as operações materiais necessárias e adequadas para o restabelecimento do direito de propriedade dos Autores, cuja violação ocorreu em virtude dos atos praticados, repondo-se os solos na situação em que se encontravam antes do início das obras em causa.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1198/19.OBELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Vibeiras- Sociedade Comercial de Plantas, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Seja declarado totalmente inválido, por nulo ou anulável, o ato administrativo de aplicação de uma sanção pecuniária à Autora, pelo Réu Município de Leiria, no valor de 23.020,00 €.

Valor da ação:

23.020,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Ana Paula da Silva dos Santos e marido Manuel Gaspar das Neves

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Município seja obrigado a reconhecer que assiste legitimidade para os Autores, desacompanhados dos restantes proprietários de quotas indivisas, requerem a reversão das parcelas sobrantes identificadas, pelo que deverá determinar-se a anulabilidade do despacho de 09/07/2019, que indeferiu o pedido de reversão das parcelas sobrantes n.º 2 e n.º 3 da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública, constante da deliberação de 18/03/2014. Mais se requer que se reconheça o direito de reversão dos Autores das duas parcelas sobrantes da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública constante da deliberação camarária de 18/03/2014, a qual foi cedida ao Município de Leiria, para o domínio público municipal, através de escritura outorgada em 15/07/2015, respetivamente, - com a área de 1.076,00 m2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11349 e descrita na 1ª Conservatória Predial de Leiria sob o número 370420180820 da freguesia de Leiria e - com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350 e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria. Cumulativamente, requer-se adjudicação aos Autores das duas parcelas sobrantes supra descritas, sendo que pela adjudicação da parcela com a área de 1.086,00 m2, identificada com o n.º 2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes do concelho de Leiria, sob o artigo 11349, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3704/2018820 da freguesia de Leiria deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 77.667,25 € e pela parcela com a área de 1.440,00m2, identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata de Câmara de 24.07.2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria, deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 102.984,19 €, tudo no montante global de 180.651,44 €.

A Autora apresentou um requerimento de ampliação do objeto do processo, nos termos do art 63º do CPTA, peticionando: deverá a presente ampliação do objeto do processo ser julgada procedente, por provada e, conseqüentemente, ser declarada a anulabilidade da deliberação da Ass Mun de Leiria, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CML n.º DLB 818/18, de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass. Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública.

Caso assim se não considere, deverá ser declarado que a deliberação da Ass Mun, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CM n.º DLB 818/18, datada de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e

respetivo Regulamento de Hasta Pública, nos termos do disposto no artigo 171º do CPA, só produz efeitos para o futuro, isto é, não tem efeitos retroativos, pelo que o direito à reversão constituído a favor dos Autores, pela dita deliberação de 31.07.2018, não se encontra precludido por aquele ato revogatório, mantendo-se em vigor no nosso ordenamento jurídico, devendo os presentes autos prosseguir os seus trâmites até final, com a condenação do Réu nos termos peticionados. A este Requerimento respondeu o Município de Leiria, opondo-se à ampliação.

Valor da ação:

180.651,44 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 130/20.2 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Construções Ponte & Mota, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja condenado, a reconhecer:

a) A nulidade das deliberações tomadas em reunião de Câmara de 15/05/1999 e 09/03/2006 e, em consequência dos contratos de permuta celebrados: 1- Por escritura pública lavrada no dia 13/01/2000, no 1º Cartório Notarial de Leiria, denominada “CEDÊNCIAS DE PARCELAS E PERMUTA”, de folhas 1 a 8 vº do Livro de Notas para escrituras diversas número 255- do extinto 1º Cartório Notarial de Leiria; 2- Por escritura pública, em 21/03/2006 no Cartório Notarial de Leiria a cargo do Notário António Pedro Monteiro Correia Tavares, onde a Autora declarou permutar o lote 37, sito em Vale Sepal, para o Réu Município de Leiria e, adquiriu daquele o Lote B com a descrição 7564 da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria da freguesia de Marrazes, averbada ao seu favor pela Ap. 1 de 17/04/2006 e, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia com o artigo 8619, por falta de objeto do contrato de permuta celebrado.

b) Face, à impossibilidade de repriminção natural e ser entregue à Autora o anterior lote 37, sito em Vale Sepal, ser o Réu condenado a indemnizar-lhe os montantes correspondentes ao valor do lote, atualizado, ao lucro cessante e, despesas com contrato celebrado num montante global de € 591.645,57. Quando assim se não entenda:

c) Condenar o Réu no pagamento na diferença económica do valor de mercado do lote com o índice atual de construção e valor de mercado com o índice de construção assegurado, acrescida das respetivas despesas suportadas com o imóvel e que se fixa no montante global de 346.000,00 €;

d) Tudo acrescido de juros moratórios até integral e efetivo pagamento;

e) Nas custas e procuradoria condigna.

Valor da ação:

591.645,57 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 429/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Fernando de Jesus Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteresado- Isaías Gaspar Ferreira Gomes e mulher Isaltina das Neves Ferreira

Pedido:

Que sejam declarados nulos os atos administrativos referidos na P.I. com as legais consequências, ou se assim não se entender declarados os atos revogados, quer pela prescrição e/ou abuso de direito, e/ou pela circunstância de tal ordem de demolição ser contrária a lei, uma vez que o prédio sobre o qual impende a ora impugnada ordem de demolição, encontra-se devidamente legalizado, por ter sido construído de acordo com o projeto aprovando, não havendo assim, qualquer fundamento, para tal ordem de demolição. Mais requer que se considere o efeito suspensivo da impugnação relativamente à ordem de demolição referida, ordenando a notificação da Câmara Municipal de Leiria de tal ordem de suspensão.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 559/20.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Manuel Costa Rita

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Seja a Ré condenada a pagar ao Autor:

- a) A quantia de € 10.000, a título de indemnização por danos morais sofridos e que virá a sofrer;
- b) A quantia a fixar a título de danos materiais, que não deverão ser inferiores a €10.000,00;
- c) Tudo acrescido dos juros de mora à taxa legal que se vencerem desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- d) O montante que se relega para fixação/liquidação posterior correspondente às incapacidades temporais e à incapacidade parcial permanente que vier a ser fixada ao Autor pelo Instituto de Medicina Legal, bem como os danos morais que advierem da incapacidade, bem como os danos e todas as despesas associadas, com todos os tratamentos que, como consequência direta e necessária da queda, tiver feito, fizer ou que vierem a mostrar-se necessários, no futuro, para debelar as sequelas físicas e psicológicas da queda, que não deverá ser inferior a € 10.000.

Valor da ação:

20.000,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 480/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Albertina da Silva Dias

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressados- Maria Isabel Dias Gaspar; Maria Helena Anastácio Junqueira de Faria e Rui Ferreira Faria; Rui Sérgio Feliz Dinis; Henrique Cardoso Pedrosa e Maria Fernanda Henriques Pedrosa; Luís Santos Fernandes e Maria Celina Di

Pedido:

Intimada a entidade demandada a ordenar e concretizar a demolição de todas as obras efetuadas pelos proprietários do lote 12 em desconformidade com o projeto aprovado, designadamente:

- A Maria Isabel Dias Gaspar, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal e marquise no alçado posterior do prédio, bem como a reposição da fração "A", conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87;
- A Rui Ferreira Faria, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "C" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Rui Sérgio Félix Dinis, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "D" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Henrique Cardoso Pedrosa, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal, da ampliação do hall e da marquise posterior da fração "F", do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Luís Santos Fernandes, a demolição da ampliação do hall de entrada e marquise no alçado posterior da fração "G" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.

Valor da ação:

30.000,01€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1049/20.2 BELRA, a correr termos na Unidade Orgânica 1 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Cecília Margarida Cordeiro Gonçalves de Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja:

a) condenado a reconhecer que a Autora é dona e legítima possuidora do prédio rústico composto por terreno de Pinhal, sito no Vale, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica da união de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes sob o art. 10673 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial n.º 2152 da referida freguesia de Pousos.

b) condenado a reconhecer que, por decisão judicial, foi atribuída à Ré uma faixa de terreno com a largura de 3 metros numa extensão de cerca de 62,50m, o que totaliza a área de 187,50m², sob o “leito” do prédio da Autora, i.e., constitui-se um direito/caminho público de passagem por um prédio particular/privado, sem a aquisição, quer pela forma tradicional, quer pela expropriação, quer por qualquer outra via legal, seja por compra, doação ou até usucapião, da respetiva faixa de terreno;

c) a pagar a quantia de €101.865,00 a título de danos patrimoniais decorrentes da apropriação de uma faixa de terreno para os fins de domínio público;

d) a quantia de € 40.000,00 a título de danos não patrimoniais;

e) custas

Valor da ação:

141.865,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1025/20.5 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do TAF de Leiria

Demandante:

Ondagulosa- Unipessoal, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que a ação seja julgada como procedente por provada e em consequência sejam declarados anuláveis ou nulo os atos melhor identificados no artigo 1º da P.I., com as legais consequências, e bem assim condenado Município Réu, ao abrigo do disposto nos artigos 67º, n.º 1, alínea b), 68º, n.º 1, alínea a) e 69º, n.º 3, todos do CPTA, à prática dos atos devidos, ou seja, à reapreciação do pedido de esplanada.

Deverá ainda o Município Réu ser condenado a indemnizar a Autora, a título da responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas, pelos prejuízos decorrentes da prática e da execução dos atos impugnados, em montante a liquidar em execução de sentença.

Apresentámos Contestação em 21/01/2021, à qual o Autor apresentou Réplica e o Município apresentou o respetivo contraditório. A Autora apresentou Réplica. O ML exerceu o contraditório em relação à réplica. Por despacho de 05/06/2023, o Juiz dispensou a realização de Audiência Prévia.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Procedimento cautelar n.º 1159/21.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério do Planeam

Pedido:

A autora requereu:

a) Seja decretada a suspensão de eficácia dos seguintes atos:

i) A Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;

ii) O Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iii) O Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Concluído - Aguarda diligencias

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo n.º 432/23.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;

Contrainteressados: Lusicresce- Produção Avícola, Lda; Meigal-Construção e Adminis

Pedido:

A autora requereu:

- a) Que julgada procedente a ação e, em consequência, seja decretada a nulidade dos seguintes atos:
- i) Da Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;
 - ii) Do Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
 - iii) Do Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
 - iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.
- b) Que sejam adotadas as medidas preventivas e de correção que se revelem necessárias, bem como a condenação genérica, com posterior liquidação, das Rés e Contrainteressadas, ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados no ambiente.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1604/21.3BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

José Augusto dos Santos Marques

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que, seja declarada a nulidade do ato administrativo impugnado, ou, quando assim se não se entenda, seja declarada a sua anulabilidade, e, ainda, em qualquer um dos casos, que a Entidade demandada seja condenada à prática de ato administrativo de admissão do pedido de licenciamento apresentado pelo autor.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1013/22.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Beatriz Fonseca da Anunciação

Diogo Nuno Fonseca da Anunciação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressado: GES-SONIF - Sociedade Imobiliária Lda

Pedido:

1- A declaração de nulidade ou anulação dos atos administrativos praticados no âmbito do Processo de Licenciamento nº 568/16, designadamente o despacho proferido em 23/11/2016, pelo Vereador Ricardo Santos, que aprovou o projeto de arquitetura, apresentado pela Contrainteressada, em 29/07/2016; o despacho proferido em 29/10/2016, pela Vereadora Rita Coutinho, que aprovou as alterações ao projeto de arquitetura, apresentadas pela Contrainteressada em 19/07/2019; o despacho de licenciamento proferido em 06/05/2000, pela Vereadora Rita Coutinho, e o despacho proferido em 30/06/2020, que emitiu o alvará de obras de alteração nº 349/2020.

2- A condenação no reconhecimento de que a obra levada a cabo pela Contrainteressada não é suscetível de licenciamento.

3- A condenação do Réu na prática de ato que ordene a demolição do edificado, quanto às operações urbanísticas concretizadas com base nos atos administrativos nulos.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Injunção nº 102188/22.4 YIBRT, a correr termos no Tribunal Judicial de Leiria, Juízo Local Cível de Leiria - Juiz 2

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Ângela Pereira Rodrigues Domingos

Pedido:

Antecedentes (processos extrajudiciais):

Eventual instauração de processo de despejo. Informação da CML de 21/06/2022- Ângela Pereira Domingo (desconhece-se Ângela Pereira Rodrigues Domingos)- Sem contrato desde janeiro 2019, não regressou à habitação após as obras de requalificação (Habitação já atribuída a outra família). Deixou uma dívida de rendas e indemnização no valor total de €502,16 (€414,44 rendas + €87,72 indemnização). Desconhece-se o seu paradeiro (Denunciado contrato de arrendamento em janeiro 2019, tendo já sido celebrado novo contrato de arrendamento desta HS com outra família). A 09/08/2022 foi remetido email ao ML, com o seguinte teor:

- a) Que nos comuniquem as rendas em dívida num email referente a este assunto, se possível com extrato de conta corrente;
- b) Que nos deem instruções quanto à instauração da ação de cobrança de rendas em dívida;
- c) Caso as instruções sejam no sentido de se avançar com a cobrança das rendas em dívida, terão forma de procurar saber o paradeiro atual da Sra. Ângela Domingos? Eventualmente por via de informações prestadas por vizinhos, que ainda residam no Bairro Social Cova das Faias. A residência é uma informação indispensável na propositura da ação judicial, por forma a que a citação seja concretizada com sucesso.

Em 06/09/2022, CML comunica à DNM: "Informo ainda que de acordo com outras informações recolhidas, informalmente, a família residirá na morada do Prior Velho (Rua Bolama – Porta C – R/C – Vivenda Mexias e Filhos 2685-314 Prior Velho) e ambos estão a trabalhar. Ângela faz uma horas para a empresa InterLimpe e o seu companheiro estará a fazer um CEI+ para União de Freguesias do Prior Velho. "Reunião de 07/07/2022: LC vai ver qual a antiguidade da dívida. Informação de 27/07/2022: dívida entre 12/2016 e 01/2019. Face à identificação de residência efetuada em 06/09/2022, "é do interesse do Município, cobrar as dívidas em causa". Em 08/09/2022, CML enviou informação relativa às rendas em dívida, com extrato de conta corrente. Na reunião de 03/11/2022- transmitidas instruções para instaurar procedimento para cobrança coerciva. Em 16/11/2022, foi intentada Injunção contra a devedora, com o n.º de processo 102188/22.4YIPRT, no valor de € 594,86. A devedora não reclamou a carta enviada pelo Balcão Nacional de Injunções, tendo este requerido junto da Segurança Social a indicação da morada daquela. O BNA tentou nova citação junto da Requerida, a 05/01/2023, aguardando-se o resultado da mesma.Tendo-se frustrado a notificação da Requerida, o processo foi remetido para o Tribunal Judicial de Leiria. Após a distribuição, o Município de Leiria procedeu ao pagamento da taxa de justiça remanescente. Em 15/02/2023, Tribunal ordenou que se procedesse à notificação pessoal da Requerida, por Agente de Execução.A Sra. Agente de Execução concretizou a citação pessoal no dia 17/02/2023, na pessoa da filha da Requerida. A Requerida

não deduziu Oposição à Injunção, pelo que, em 14/03/2023 foi proferida Sentença, a reconhecer o direito invocado pelo Autor Município de Leiria, conferindo força executiva ao requerimento inicial. Reunião de 02/03/2023- processo foi remetida ao Serviço de Ação Social para informar. Reunião de 06/04/2023- DNM deve enviar email para PCML solicitando instruções quanto à instauração de ação executiva.

Valor da ação:

594,86 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO EM PREPARAÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz; Banco BIC Português, S.A. , Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL e Fazenda Nacional

Pedido:

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 680/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

José António Cândido Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

1) Ser o Autor reconhecido como proprietário e legítimo possuidor do prédio inscrito sob o artigo matricial 6058 da matriz predial da freguesia do Arrabal;

2) Ser o Réu condenado a pagar ao Autor:

a) a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial já requerida nos presentes autos, correspondente ao valor de 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) ilegalmente cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual por danos patrimoniais, pelos prejuízos causados pelo corte dos pinheiros e dos eucaliptos, acrescida dos juros à taxa legal a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;

b) Ser o Réu condenado a pagar a quantia de 1,000,00 €, a título de indemnização extracontratual por danos não patrimoniais sofridos nos termos expostos, acrescida dos juros à taxa legal, a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;

3) Ou para a hipótese, que não se concede, de assim não se entender, requer-se, subsidiariamente, que seja o Réu condenado a pagar ao Autor a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial nos presentes autos já requerida, correspondente ao valor das 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual decorrentes da imposição de sacrifícios, acrescida dos de juros à taxa legal a contar da data da citação, até efetivo e integral pagamento;

4) Custas e procuradoria a cargo do Réu.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 808/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de € 6.854,06€, datada de 10/04/2023.

Valor da ação:

6.854,06 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1171/23.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

João Carlos Ferreira Moreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.; Liga Portuguesa de Futebol Profissional; Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Pedido:

Serem as Réus condenadas, solidariamente, a pagar ao Autor os danos sofridos em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 4.460,04 € a título de indemnização por danos patrimoniais, bem como a quantia de 1.000,00€ a título de indemnização por danos morais, tudo no total de 5.460,04 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais, que à taxa legal, se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

5.460,04 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1278/23.7 BELRA (Ação Administrativa) a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de 5.000,00€, datada de 22/08/2023.

Valor da ação:

5.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 15/24.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís Miguel Cardoso Lopes de Matos

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser a Ré condenada a pagar ao Autor a quantia de € 2.352,43 a título de indemnização pela reparação do veículo e pelo tempo em que o Autor esteve privado de o utilizar, acrescida de juros à taxa civis, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

2.353,43 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 613/24.5 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Isabel Maria Alves Baptista Sismeiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato identificado no artigo 1º da PI (despacho de 17/11/2023 do Sr. Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas que ordenou à Autora a demolição total das obras/trabalhos e reposição do terraço na cobertura do Lote 4 da Avenida Adelino Amaro da Costa, em Leiria), com as legais consequências.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 655/24.0 BELRA, a correr termos no Taf de Leiria

Demandante:

Manuel Antunes Caetano e mulher Maria do Carmo Carreira de Almeida Pereira Antunes Caetano

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado nulo ou anulado o ato impugnado (a deliberação de 14/07/2023, da Comissão Municipal de Toponímia do concelho de Leiria, que, no seu ponto 1, deliberou emitir "Parecer Condicionado à execução da bolsa de retorno", na Rua Joaquim de Almeida, sita em Portelas, União da Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes), no âmbito do processo ON/2022/382.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso – Decisão final totalmente favorável

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1082/24.5 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SANTGM - Investimentos Imobiliários Ld.ª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato referido no artigo1º da P.I., com as legais consequências (ato proferido pelo Vereador Ricardo Santos em 12/06/2024, no âmbito do processo ON/2018/355, notificado à Autora em 12/06/2024, através do ofício nº 7035, e no qual foi ordenada a demolição das obras executadas em desacordo com o projeto aprovado.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1110/24.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld.^a

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem anuladas as deliberações da CML de 20/02/2024 e 14/05/2024 que aplicaram à Autora a sanção pecuniária de € 119 304,75, em virtude do incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea f) do nº 2 da Cláusula 19^a e alíneas a), c) e d) do nº1 da Cláusula 51^a, ambas do caderno de encargos do contrato de concessão nº 05/2017(Parque de Campismo da Praia do Pedrógão).

Valor da ação:

119.304,75 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Inquérito nº 857/23.7PBLRA, a correr termos pelo DIAP de Leiria, 2ª seção

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Micael Cristiano Perrulas Torres

Pedido:

Em 26/10/2013, cerca das 04h 05 min., deslocou-se ao parque subterrâneo do Mercado de Sant'Ana. Logrou entrar no interior do veículo Renault KC Kangoo, com a matrícula 17-58-ZS, propriedade do Município de Leiria, através da sua porta lateral, subtraindo 200 Euros em moedas de 1 Euro e as chaves dos parcometros da cidade de Leiria. Cometeu em autoria material e na forma consumada um crime de furto qualificado.

Valor da ação:

200,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação administrativa nº 1121/24.0 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Cristina Pereira Gaio

Demandado / Arguido:

Agrupamento de Escolas da Caranguejeira- Santa Catarina da Serra;

Município de Leiria;

DGEST- Direção Geral dos Edstabelecimentos Escolares da Região Centro

Pedido:

Ser condenado a pagar à Autora a quantia de 15 500,00 € a título de indemnização de danos patrimoniais e morais, acrescidos de juros de mora a contar da citação. Também deve ser condenado a responsabilizar-se por todas as intervenções, tratamentos e despesas que venham a ser necessários para atenuar o agravamento da situação de saúde da Autora, bem como todas as despesas médicas e medicamentosas que se relacionem com as sequelas do acidente descrito.

Valor da ação:

15.500,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1393/24.0BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Egídio Marques Pereira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Declarar-se a anulabilidade da ordem de demolição de anexo a tardo de sua moradia, sita na Rua do Carmo n.º 23, Casal da Cruz, decretada pelo Senhor Vereador das Operações Urbanísticas e Loteamentos, de 11/06/2024.

Valor da ação:

16.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1546/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Sandra Isabel Andrónico Casaca Matias Caseiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade- Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

Serem as R.R. condenadas solidariamente a pagar à Autora a quantia global de 372.052,79 €, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4%, a contar da citação até efetivo e integral pagamento de todas as quantias em dívida. Por fim, devem as R.R. ser condenadas no pagamento das custas e taxas de justiça do processo e nas custas de parte.

Valor da ação:

371.052,79 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Insolvência nº 1772/14.0TYLSB (CIRE), a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo do Comércio, Juiz 7

Apensos: Ação de verificação ulterior de créditos n.º 1772/14.0TYLSB- D,

Liquidação 1772/14.0TYLSB-H

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Insolvente: Albará, S.A. (antiga Moviflor- Comércio de Imobiliária, S.A.)

Pedido:

Reclamação de créditos

Valor da ação:

1.586,21 €

Estado:

Concluído - ARQUIVAR

Decisão final

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

ADRIANO CARDOSO MIGUEL

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MÁRIO DE OLIVEIRA FERNANDES

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MARIA DE FÁTIMA MENDES FERREIRA

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

BELARMINA ROSA FERNANDES PEDRO

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MARIA DO CARMO DA COSTA FERNANDES GUERRA

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

CÉLIO ALEXANDRE BERNARDO DOMINGOS

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

EDUARDO JÚLIO ALVES PATRÍCIO

Pedido:

Cobrança Divida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

SANGOUR LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MERCADO DO PETISCO ACTIVIDADES HOTELEIRAS UNIP. LDA.

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

JAHALI - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

SOFAL II - COMÉRCIO DE ARTIGOS DECORATIVOS, LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Tromba Rija - Atividades Hoteleiras, Lda.

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

PROMOLAZER

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1630/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Patrícia Leonilde Mendes Caseiro

Luís Manuel da Silva Francisco

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Condenar-se o Ré Município de Leiria:

- a) A proceder às intervenções urbanísticas necessárias e materialmente adequadas, de acordo com as disposições técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, e em conformidade com "as leges artis", que se mostrem aptas a eliminar a fonte dos danos causados ao prédio dos Autores, tais como descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, designadamente que se mostrem aptas a permitir o escoamento das águas pluviais para poente, eliminando o ponto baixo e suprimindo o desvio do caudal para norte no alinhamento do muro dos Autores, precavendo, assim, a erosão dos solos a norte da Rua de Santo António, em Pousos, Leiria, nomeadamente mediante o reperfilamento e reformulação das valetas ali existentes, de modo a garantir aquele escoamento e, bem assim, mediante a colocação de um coletor de águas pluviais residuais, tudo com as legais consequências; e
- b) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos, descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, a quantia de € 86.000,00;
- c) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, a mínima de € 14.000,00;
- d) A pagar aos Autores juros de mora sobre as quantias referidas em b) e c), à taxa supletiva de juros civis de 4% ao ano, calculados desde a citação até efetivo e integral pagamento, tudo com as legais consequências.

Valor da ação:

100.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1659/24.9 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria (Providência cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo)

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld^a

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve o procedimento cautelar ser julgado procedente por provado, decretando-se a suspensão de eficácia do ato administrativo constante da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1633/24.7 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser decretada a anulação da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024, devidamente identificada nesta ação, mantendo-se em vigor o contrato de concessão nº 05/2017 (concessão de gestão e exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão), outorgado a 17/03/2017, com início a 01/05/2017 e termo a 01/05/2027.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NUI/CO/001613/24.0 EACBR

Demandante:

ASAE

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Falta de título de técnico de exercício físico, por parte de monitora (artigo 11º-1 da Lei nº 39/2012, de 28 agosto).

Valor da ação:

Coima de 8 000,00 € a 30 000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 684/12.7 TBLRA, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo de Execução de Ansião - J2

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. - Luís Alberto Henriques Magalhães

Pedido:

Acção Executiva para cobrança de rendas. Face à insolvência da "Solplay – Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.", corre termos apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. Este Executado deduziu oposição à execução.

Foi requerida a substituição do Exequente "Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM", pelo Município de Leiria, o que foi admitido.

Em 21/03/2017, foi realizada a diligência de penhora de bens do Executado Luís Magalhães, que apresentou uma proposta de pagamento, aprovada por deliberação da CML de 03/04/2017. Nos termos da proposta aprovada, ficou estabelecido o pagamento do valor de € 400.000,00 euros, sendo 10.000,00 euros no acto da diligência de penhora e os restantes € 390.000,00 euros em 54 prestações de € 7.000,00 e uma última de € 12.000,00. De igual modo, pelo referido acordo, ficou estabelecido o penhor sobre os bens móveis penhorados ao Executado para garantia das obrigações assumidas. Atento o acordo celebrado foi declarada a extinção da instância.

Em 06/04/2018, foram efetuados pagamentos ao ML no total de € 59.000,00 euros, encontrando-se em mora as prestações de dezembro de 2017 a março de 2018.

Em 06/04/2018, foi requerida a renovação do proc execução para cobrança do valor total da dívida, face ao incumprimento do acordo de pagamento por parte do executado.

Em 03/05/2018, foi realizada nova diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, no decorrer da qual este apresentou nova proposta de acordo de pagam:

- a) As partes fixam a dívida em €341.000,00, correspondente ao valor de €400.000,00, fixado no anterior acordo, descontado das importâncias pagas pelo executado no seu cumprimento, no montante global de €59.000,00;
- b) Como princípio de pagamento, no dia da diligência, o executado efectuou a entrega de €15.000,00, por transferência bancária para conta da agente de execução;
- c) Até 08/06/2018, o executado obrigou-se a efectuar o pagamento adicional de €20.000,00, por transferência para a mesma conta, assim regularizando os pagamentos que estavam em falta até Abril de 2018, no âmbito do anterior acordo;
- d) Até 10/07/2018, o executado obrigou-se a pagar €5.000,00;

e) O valor de €283.000,00 seria pago em 71 prestações mensais e sucessivas, no valor de €5.000,00, durante os meses de Maio a Outubro, e no valor de €3.000,00, durante os meses de Novembro a Abril, vencendo-se a primeira prestação em 10/08/2018 e as restantes no dia 10 dos meses subsequentes;

f) No dia 10 do mês subsequente ao vencimento da 71ª prestação, o executado obriga-se a pagar o valor final de €18.000,00;

Desde a data da apresentação da proposta e até 30/09/2018, o Executado procedeu ao pagamento, por transferência para a Agente de Execução, de € 50.000,00, que foi por esta transferido para o Município de Leiria.

Em reunião da Câmara Municipal de Leiria, realizada em 02/10/2018, foi deliberado a aprovação da proposta de pagamento do Executado.

O acordo, redigido nos termos da deliberação aprovada, foi assinado por ambas as partes e junto ao processo.

Entre 19/10/2018 e 15/03/2021, o Executado pagou 88.000,00 €.

Em 17/05/2021, foi realizada a transferência de €1.000,00 relativa ao pagamento de 1/5 quinto da mensalidade de Agosto de 2020 (€5.000,00). Ficaram por liquidar €4.000,00 referentes a Agosto de 2020, bem como as prestações seguintes.

Após vários contactos tendo em vista a cobrança dos valores em dívida, em 25/10/2021, o Executado veio apresentar uma nova proposta de acordo de pagamento, propondo pagar o montante de €700,00/mês, durante dois anos, com início a partir de janeiro de 2022, findos os quais pagaria o remanescente numa prestação divisível por 24 meses. A proposta foi recusada.

Foi requerida a renovação da instância executiva e a penhora, com remoção, dos bens relacionados no auto de penhora elaborado no dia 21/03/2017, sobre os quais foi constituído penhor para garantia do acordo alcançado nos autos.

Em 17/05/2022, foi realizada diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, tendo este procedido ao imediato pagamento à AE de €2.500,00, ficando acordada a suspensão da diligência por 30 dias para apresentação de uma proposta.

Valor da ação:

651.255,88 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 563/12.8 TYLSB, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo de Comércio de Lisboa - J1

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.

Pedido:

Proferida sentença de aprovação de lista de créditos. Reconhecido o crédito no valor de €335.510,64.

Em 19/07/2017, foi apresentado requerimento para substituir a Leirisport pelo Município de Leiria, enquanto credora da insolvente. Foi deferida a substituição.

Por despacho de 28/02/2018, reiterado em 07/05/2018, o Tribunal veio fixar a remuneração e despesas do Administrador da Insolvência, e notificou-o para apresentar nova prestação de contas, tendo em atenção esses elementos.

Em 11/05/2020 e, novamente, em 16/09/2020, o Tribunal notificou o AI para vir informar qual o valor remanescente, destinado aos credores, para efeitos de rateio final.

Em 09/01/2021, o AI veio informar que a AT o notificou de uma vasta lista de dívidas fiscais do insolvente, das quais, no seu entender só uma dívida de IMI seria devida, pelo que a fixação do valor remanescente para rateio final estava dependente do tratamento a dar a estas dívidas e, em última análise, do resultado da sua eventual impugnação.

Em 19/03/2021, o MP em representação da AT, informou que as dívidas fiscais decorrem da actividade comercial da insolvente não ter sido encerrada em sede de IVA e IRS.

Em 28/05/2021, o AI veio prestar esclarecimentos acerca da cessação da actividade da insolvente.

Em 30/11/2021, o Tribunal despachou: a actividade da insolvente cessou em 31/08/2012, devendo AI informar quais as dívidas fiscais da massa insolvente a essa data.

Em 14/03/2022, o AI foi notificado para informar do saldo da conta da insolvência e apresentar proposta de rateio final.

Em 31/05/2022, o AI comunicou o saldo da conta da insolvência no montante de €197.121,34.

Em 09/08/2022, a AT enviou aos autos certidão descritiva das dívidas fiscais da Massa Insolvente, tendo por referência a cessação da actividade em 31/08/2012, no valor global de €458.248,16.

O AI reclamou contra a dívida fiscal, tendo o Tribunal ordenado a notificação da Comissão de Credores e, após esta, do MP, para se pronunciarem.

O Tribunal decidiu que não lhe compete dirimir o litígio acerca da existência ou não das dívidas fiscais.

O AI apresentou reclamação graciosa junto da AI contra as dívidas fiscais.

Valor da ação:

335.510,64 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Inquérito 551/24.1T9OER, a correr termos pelo DIAP de Oeiras - 2ª seção

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Luís Alberto Henriques de Magalhães

Pedido:

Em 26/02/2024, a AE promoveu a diligência de remoção dos bens, tendo encontrado a casa vazia.

Em 06/03/2024, o Tribunal ordenou o envio de certidão do processo para o MP, para efeitos de responsabilização criminal do Executado.

Em 26/08/2024, ML apresentou participação criminal pelo desaparecimento dos bens penhorados à ordem do processo de execução e relativamente aos quais o participado estava nomeado como fiel depositário, o que deu origem Processo nº 1848/24.6 T9OER, do DIAP de Oeiras, 1ª Seção. Esse processo foi apensado ao presente processo de inquérito.

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 12404/24.9 BELSB, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SNBS - Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores

Demandado / Arguido:

ADSE, Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP;

Município de Leiria e outros Municípios

Pedido:

Deve a ação ser julgada procedente, e em consequência:

- a) Deverão as Rés Município abster-se de proceder os descontos sobre os subsídios de férias e de Natal para a Ré ADSE;
- b) Deverá a Ré ADSE ser condenada a devolver aos Bombeiros o equivalente a 2 meses de descontos por cada ano.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 212/25.4T8LRA a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Cível de Leiria, Juiz 3

Demandante:

Conceição da Silva Franquinho e marido Fernando dos Santos Rainho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Junta de Freguesia de Amor

Pedido:

Deve a presente ação ser julgada procedente e, em consequência, condenarem-se solidariamente os réus a:

- a) reconhecerem que os A.A. são proprietários e legítimos possuidores do prédio identificado no artigo 1º da PI;
- b) Cessarem de imediato ou em prazo nunca superior a 30 dias ou outro que o Tribunal vier a fixar para o efeito, a ilícita ocupação e privação do normal uso desse prédio;
- c) Não impedirem por qualquer forma os A.A. de fazerem a ocupação e uso devidos desse seu prédio;
- d) Pagarem aos A.A. por tais ilícitas atitudes a título de danos patrimoniais e não patrimoniais por si já sofridos até 16/01/2025, a quantia global de € 14.000,00;
- e) Pagarem aos A.A. a título de indemnização de danos futuros que a tal título (patrimoniais e não patrimoniais) vierem a sofrer desde a data de que vier a ser fixada pelo tribunal para efetiva cessação das ilícitas violações dos RR.;
- f) Pagarem essa indemnização acrescida de juros à taxa legal desde a data da sua fixação até efetivo pagamento;
- g) Pagarem as custas legais e demais encargos com o processo.

Valor da ação:

15.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Brito Dutra Unipessoal Ldª

Pedido:

Não cumprimento atempado do pagamento de renda (Cafetaria Cine Teatro de Monte Real)

Valor da ação:

656,46 €

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 122/25.5BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Gomes Gaspar, Ld^a;

Fernando Graça – Sapatarias Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Aquino Construções, S.A.;

ZURICH INSURANCE PLC – Sucursal em Portugal;

Município de Leiria.

Pedido:

Devem os Réus ser condenados a:

A. Pagar à 1^a Autora:

- 1) O montante de € 13.853,63 referente à perda de mercadorias;
- 2) O montante de € 2.000,00 que se reporta a custos com a pintura dos imóveis;
- 3) Uma indemnização, a título de privação de uso dos imóveis, desde a data de 13.07.2022 e até trânsito em julgado da decisão proferida nos autos, no valor nunca inferior a €50/dia;
- 4) Juros moratórios vincendos, calculados sobre os valores supra referidos, desde a citação até integral pagamento.

B. Pagar à 2^a Autora:

- 1) O montante de € 24.792,57, ao qual acresce o valor referente a juros de mora vincendos desde a citação até integral pagamento.

Valor da ação:

40.646,20 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 3202/24.0T9LRA – DIAP de Leiria – 2.ª Seção de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Mário Gouveia Nobre

Pedido:

Processo crime por desrespeito de embargo de obra. Deu origem a processo de contraordenação PCO n.º 58/CO/2024, que o ML enviou para o MP com a participação crime.

Valor da ação:

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Herança aberta por óbito de Eduarda Costa Fonseca

Pedido:

Valor da ação:

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Associação de Moradores do Bairro Dr. Sá Carneiro

Pedido:

Deve ser a ação julgada procedente e, em consequência, ser a Associação de Moradores do Bairro Sá Carneiro condenada a pagar ao ML a quantia de 1.000,00 euros, acrescida de juros desde o dia 05/09/2025, até integral pagamento.

Valor da ação:**Estado:**

Em preparação

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 251/25.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís da Silva Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser provada a ação e, em consequência:

A) Ser decretada, em via principal, a anulação do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024;

B) Condenar-se o Réu à prática dos seguintes atos administrativos devidos:

B1) Designação do Autor, em regime de substituição, no cargo de Diretor do Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DEGCO), até conclusão do procedimento concursal com a referência PC.01.2022 ou até 45 dias após a entrega pelo júri respetivo da proposta de designação de diretor em regime de comissão de serviço;

B2) Implementar os ulteriores termos, após apresentação de candidaturas, do procedimento concursal com a ref. PC.01.2022;

C) Condenar o Réu a indemnizar o A., em danos patrimoniais e não patrimoniais, que ascendem, nesta data, a 29.666,97€, também em consequência da ilegalidade, e conhecer por via principal ou incidental, da ilegalidade do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024, nos juros vincendos, à taxa legal, após citação e até efetivo e integral pagamento e, bem assim, nas diferenças, vincendas, entre os valores auferidos pelo Autor e as que este auferiria mantendo o cargo de Diretor do DEGCO;

D) Condenar o Réu nas custas e demais encargos legais.

Valor da ação:

29.666,97 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Proc. 1020/24.5 PBLRA, a correr termos no DIAP LEIRIA- 1ª Secção

Demandante:

Verónica Ferreira Marques

Demandado / Arguido:

António Rafael Amaral Guerra

Pedido:

Difamação a Técnica da CPCJ (tráfico de seres humanos, na pessoa do menor Noah, para fins de exploração sexual)

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 472/25.0 BELRA a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Loft XXI- Sociedade Imobiliária, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato administrativo impugnado (que o edifício sito na Rua das Olarias, 40 e 42, em Leiria foi considerado devoluto, nos termos do artigo 2º do DL nº 159/2006, de 08 de agosto, na redação do DL 67/2019, de 21 de maio), notificado através do ofício n.º 30904 de 05/02/2025 (prédio continua na lista de edifícios devolutos, no ano fiscal de 2024), com as legais consequências.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Arquivado – Desistência do Autor

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 3217/25.1T8CBR, a correr termos no Tribunal de Trabalho de Coimbra

Demandante:

José Paulo Ferreira Lopes de Moura e Sá

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Horizonte Itinerante Unipessoal Ld.ª

Pedido:**PEDIDO PRINCIPAL:**

- A. Ser declarado que o PCPP, ao qual o A. estava adstrito e prestava trabalho ao serviço da 2ª Ré, até 05/05/2025, configura um estabelecimento/unidade económica, no stermos e para os efeitos do disposto no artigo 285º CT;
- B. Ser declarado que a posição de empregadora no contrato d etrabalho celebrado entre A. e a 2ª Ré, em 01/05/2015, se transferiu para a 1ª Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e exploração do PCPP nº572017 e da posse administrativa pela 1ª Ré do estabelecimento em 05/05/2025;
- C. Ser declarada ilícita a recusa da 1ª ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral após 05/05/2025;
- D. Ser reconhecido que, por força do não reconhecimento pela 1ª Ré da transmissão da posição de empregador e da recusa da 1ª Ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral, o A. foi ilicitamnete despedido pela 1ª Ré, declarando-se a ilicitude do despedimento;
- E. Ser a 1.a Ré condenada a reintegrar o Autor ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou ser a 1.a Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência final de julgamento;
- F. Serem as RR. solidariamente condenadas a pagar ao A. as seguintes quantias:
- As retribuições que o Autor deixou de auferir desde a data do despedimento ilícito (05-05-2025) até ao trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida pelo tribunal;
 - A título de abono de falhas, a quantia total líquida de €4.037,41;
 - A título de prémio de conhecimento de línguas, a quantia total líquida de €4.699,55;
 - Pela diferença entre os montantes de subsídio de alimentação pagos entre fevereiro 2017 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito, a quantia total líquida de €2.946,38;
 - Pela diferença entre os montantes de remuneração base recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total líquida de €3.618;
 - Pela diferença entre os montantes de subsídio férias e subsídio Natal recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total líquida de €284 relativa ao subsídio férias e quantia total líquida €367 relativa ao subsídio Natal;

- g. a quantia total ilíquida de €1.437,80, pela diferença entre os montantes de retribuição especial pela isenção do horário de trabalho recebidos entre janeiro 2022 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito;
- h. A quantia não inferior a 5.000,00€, a título de danos não patrimoniais causados ao A. em virtude da conduta das 1ª e 2ª Rés, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- i. A quantia ilíquida de 219,00€, relativa à remuneração mensal dos 5 dias de trabalho prestados em maio 2025 até à posse administrativa;
- j. A quantia ilíquida de 150,00€ , relativa ao subsídio de alimentação de maio 2025; k.A quantia ilíquida de 43,80€, relativa à retribuição específica pela isenção de horário de trabalho, no período compreendido entre 1 e 5 de maio 2025;
- l.A quantia ilíquida de 1.720,15€, relativa aos 24 dias de férias vencidos entre 2016 e 2023, não gozados pelo A.;
- m.A quantia ilíquida de 1.075,096, relativa aos 18 dias de férias vencidos em 01/01/2024 e não gozados pelo A.;
- n. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa à retribuição de férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;
- o. A quantia ilíquida de 1.576,80€, relativa ao subsídio férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;
- p. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa à retribuição de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;
- q. A quantia ilíquida de 762,60€, relativa ao subsídio de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;
- r.A quantia ilíquida de 547,50€, relativa ao subsídio Natal, proporcional ao tempo de serviço prestado no ano 2025, caso o A- venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;
- s. E, bem assim, os juros de mora vencidos e vincendos, calculados à taxa legal civil, desde a data de vencimento de cada uma das prestações acima identificadas nas alíneas a) a g) e i) a r), e, depois, até efetivo e integral pagamento.

PEDIDO SUBSIDIÁRIO:

Subsidiariamente, caso assim se não entenda, e se considere que a posição de Empregadora assumida pela 2ª Ré no contrato de trabalho celebrado com o A. em 01 /05/2015 não se transmitiu para a 1º Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e da exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, sempre deverá:

A. Ser declarado ilícito o despedimento efetuado pela 2.a Ré, e, em consequência ser a 2.ª Ré condenada a reintegrar o A. ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou, em caso de impossibilidade, naquele que se situe mais próximo daquele em causa, sem prejuízo da sua categoria profissional e antiguidade, com pagamento das despesas inerentes à transferência de local de trabalho, ou ser a 2ª Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante

não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência julg.

B. Ser a 2.ª Ré condenada a pagar ao Autor as quantias referidas no pedido principal.

Valor da ação:

50.534,48 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 522/26.3BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Centro Cultural e Recreativo das Almoinhas

Pedido:

Reversão de direito de superfície

Valor da ação:

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1084/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ideal Mercantil Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem declaradas anulados os atos acima identificados no artigo 1.º, com as legais consequências.

Atos impugnados constantes do artigo 1.º: a) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo VI/2019/1 no qual, além do mais, foi determinada a tomada de posse administrativa, para o dia 07/05/2025, dos prédios sitos no lugar de Arrabalde da Ponte, da União d freguesias de Marrazes e Barosa, inscritos nas matrizes urbanas 1702 e 2615, da dita União de Freguesias, com vista aos seguintes trabalhos- Demolição total das ruínas com remoção do respetivo entulho, do prédio a nascente; limpeza total do espaço; remoção ou substituição e reparação das chapas de vedação metálica existentes a norte das edificações;

b) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo PA 73/2025 e 23/FIS/2025, no qual, além do mais, ordenou o embargo total das obras em execução nos prédios e determinou fosse dado conhecimento à A. que deveria dar cumprimento à intimação para realização de trabalhos urgentes notificada através do ofício 12180, de 07/10/2024, ou seja, precisamente o que estava a ser levado a cabo pela A.;

c) Ofício subscrito em 04/06/2025 pela Senhora Chefe de Divisão de Apoio Técnico à Gestão Urbanística que procedeu à liquidação e comunicação à Autora, acompanhada da respetiva ordem d pagamento, das despesas efetuadas pelos serviços técnicos municipais, na sequência da posse administrativa e execução coerciva das obras nos Prédios.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Oposição

Demandante:

Ideal Mercantil

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Em data não apurada, o ML remeteu à AT Certidão de Dívida para instauração de Execução Fiscal, pela falta de pagamento voluntário da fatura FTI0000325/3202, emitida 04/06/2025, referente a trabalhos executados coercivamente, determinados por despacho datado de 23/09/2024, proferido em sede do Processo VI/2019/, pelo Vereador Eng. Ricardo Santos.

Na sequência da remessa pelo ML da adequada certidão de dívida, a Administração Fiscal autuou o PEF 3255202501342860.

Em 08/09/2025, a Executada apresentou, no SF Lisboa 10, Oposição Judicial à Execução. Pedido- Que a Oposição à Execução seja julgada totalmente procedente.

Requerimento para prestação de garantia (penhor de obra de arte), a fim de suspender a execução.

Valor da ação:

18.924,53 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1184/25.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Maria Lúcia Lopes de Almeida Tiago

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

O Réu ser condenado:

a) A pagar à A. a quantia de €136.640,05, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescida de custas, procuradoria condigna e até efetivo e integral pagamento;

b) A pagar à A. o que se vier a remeter para liquidação a título de danos futuros, tratamentos, consultas, medicamentos, cirurgias, exames, deslocações, incapacidades temporais e perdas salariais, não contempladas em a).

Valor da ação:

136.640,05 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 206/26.2T8ANS a correr termos no Juízo de Execução de Ansião do Tribunal da Comarca de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Ondagulosa, Lda.

Pedido:

Cobrança de rendas - 2 faturas de fevereiro de 2021 da loja 0.15 e 0.16 do Centro Cultural Mercado de Sant' Ana, no valor de 329,26€

Valor da ação:

329,26 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 49/23.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Filipa Gameiro Fernandes e Bruno Cunha Costa

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade – Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

A) Os Réus ser condenados a pagar solidariamente aos AA. a quantia de €20.600,00 (vinte mil e seiscentos euros);

B) Bem como deverá acrescer os juros vencidos e vincendos desde a data da citação até integral pagamento;

C) Custas e procuradoria condigna a favor dos AA.

Valor da ação:

20.600,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Contraordenação ASAE NUI/CO/000346/25.5EACBR

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Horizonte Itinerante Lda.

Pedido:

Decisão de processo contraordenacional instruído pela ASAE

Valor da ação:

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1327/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Associação de Moradores da Urbanização da Boucharia

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e AMITEI – Associação de Solidariedade Social de Marrazes

Pedido:

Se digne deferir o pedido formulado e conseqüentemente determinar a suspensão de eficácia dos atos em causa, cedência do direito de superfície da parcela identificada na deliberação da CML de 23.01.2024 e licenciamento da obra para ali prevista e em concreto decretar o embargo imediato da obra que corresponde ao processo de obras n.º 0N/2022/925.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo - Execução Fiscal em perspectiva

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Sandrina Silva Miguel

Pedido:

Restituição de verba não justificada por documentos de despesa- Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos a pessoas em situação de vulnerabilidade e de emergência social nº 1091/2023, de 13 de outubro

Valor da ação:

628,00€

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo - Execução Fiscal em perspectiva

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Tamara Christian Pinto Ezequiel

Pedido:

Restituição de verba não justificada por documentos de despesa- Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos a pessoas em situação de vulnerabilidade e de emergência social nº 1091/2023, de 13 de outubro

Valor da ação:

155,12€

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 5627/25.5T9LRA, a correr termos no Juízo do Trabalho de Leiria - Juiz 3

Demandante:

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Coima aplicada no valor de €40.800,00, por violação do artigo 285.º do Código do Trabalho (CT). Infração muito grave, nos termos do artigo 285.º-11 b) do CT.

Valor da ação:

40.800,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 169/25.1 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Hugo Manuel Guerra Afonso

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser o ML condenado a contabilizar os pontos relativamente às avaliações de serviço obtidas enquanto ex-militar, para efeitos de atribuição de reposicionamento remuneratório (SIADAP)

Deverá ainda ser condenado a pagar ao Autor as diferenças entre o que auferiu mensalmente e o que deveria ter auferido, desde 1 de janeiro de 2021, acrescido de juros de mora.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1-3884-2025 (Contraordenação) a correr termos no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Demandante:

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de contraordenação por operação que mutilou ou danificou exemplares de sobreiro,, aplicada coima que poderá ir de 49,88€ a 74,819,68 €.

Valor da ação:

Coima de 49,88 € a 74,819,68 €

Estado:

Concluído - Arquivar

Decisão final:

Decisão final parcialmente favorável

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º 000253/26.4EACBR, a correr termos na ASAE

Demandante:

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de inspeção versada sobre os empreendimentos turísticos, a ASAE deslocou-se ao Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, aplicou contraordenação por oferta de serviços de alojamento turístico sem título válido de abertura, com coima entre 8.000,00 a 30.000,00 €, simultaneamente com a coima e em função da gravidade da infração e da culpa poderão ser determinadas uma ou mais das sanções acessórias previstas no (s) diploma(s) violado(s).

Valor da ação:

Coima de de 8.000,00 € a 30.000,00 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º 000258/26.5GIA, a correr termos no IGAMAOT

Demandante:

Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

A IGAMOT aplicou contraordenação ambiental grave por deposição de RCD em aterro em violação do disposto do n.º 3 do artigo 51º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro - Anexo I (a que se refere o artigo 2º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020), na redação dado pelo Decreto-Lei n.º 24/2024, de 26 de março, sancionável, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 22º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima entre 12.000,00 € a 72.000,00 €, em caso de negligência e de 36.000,00 € e 216.000,00 €, em caso de dolo e ainda eventual aplicação das seguintes sanções acessórias.

Valor da ação:

Coima de 12.000,00 € a 72.000,00 € (em caso de negligência), de 36.000,00 € a 216.000,00 € (em caso de dolo)

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo de contraordenação n.º PCP.278.GPCO/26, a correr termos na ANEPC

Demandante:

Autoridade Nacional de Emergência e Projeção Civil

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

A ANEPC aplicou contraordenação por deficiente funcionamento ou manutenção dos equipamentos da rede de incêndio armada do tipo carretel, em violação do disposições expressas na alínea r) do art.º 2, alínea c) do n.º 1 do art. 3º alíneas a) e b) do n.º 4 do art. 8º e alínea r) do n.º 1 do art. 25º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, alterado e republicado pela Lei n.º 123/201, de 18/100, com nova redação introduzida pelo art. 94º do Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29/01, conjugadas com os art. 164º e art. 167º do Regulamento Técnico do SCIE, aprovado em anexo à Portaria n.º 1532/2008, de 29/12, atentas as alterações introduzidas pela Portaria n.º 135/2020, de 02/06. com coima entre 4.000,00 € a 8.000,00 €.

Valor da ação:

Coima de 12.000,00€ a 72.000,00€ (em caso de negligência) e de de 36.000,00€ a 216.000,00€ (em caso de dolo)

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Recurso de contraordenação n.º 5358/25.6T9LRA

Demandante:

Ministério Público

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Com fundamento em alegada violação da proibição de publicidade institucional em período eleitoral, conduta que constitui infração contraordenacional prevista no artigo 10.º, n.º 4 e punida pelo artigo 12.º, ambos da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, foi instaurado processo de contra-ordenação e o Ministério Público instaurou Recurso de Contra-ordenação.

Valor da ação:

Coima de 15.000,00€ a 75.000,00€

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 855/18.2BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Primaworld, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso – aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 891/22.4BELRA

Demandante:

Pinta do Oceano, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

3.350,75 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 746/15.9BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

LCC - Leiriashopping - Centro Comercial

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 969/22.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Carlos Miguel Gameiro Martinho Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

58.900,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 968/22.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Paula Alves Mendes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

10.950,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 1899/24.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Joviality, Unipessoal, Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

13.987,57 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 776/23.7BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Lourenço das Neves Vicente

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

9.845,87 €

Estado:

Em curso - Aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1632/24.7T8LRA, a correr termos no Juízo de Comércio de Leiria – Juiz 2

Demandante:

Município de Leiria (e Outros)

Demandado / Arguido:

VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Pedido:

Ser declarada a nulidade e/ou anulabilidade das deliberações tomadas na assembleia geral realizada em 26 de março de 2024, nomeadamente as vertidas nos pontos 1 a 3 da ordem de trabalhos: deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas referentes ao exercício de 2023; deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados; e, apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade.

Mais requer que a Ré seja notificada para apresentar a ata da assembleia geral, nos termos previstos no artigo 59.º, n.º 4, do CSC, uma vez que, apesar de já ter sido interpelada para o envio da mesma, ainda não o fez, não sendo, por isso, possível aos Autores proceder à sua junção.

Requer que a Ré informe os autos acerca da identificação do seu contabilista certificado, para que o mesmo seja notificado para ser inquirido como testemunha.

Valor da ação:

30.001,00 €

Estado:

Remetido a “Teófilo Araújo dos Santos & Associados” - Em curso - aguarda a prolação de sentença

Decisão final:

Não previsível



05

**INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE A
ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No período em análise, e no exercício das suas funções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria participou em diversas reuniões e sessões, designadamente reuniões da Câmara Municipal, da CIMRL, da Valorlis, do Conselho de Administração dos SMAS, bem como em sessões da Assembleia Municipal e em reuniões com distintos membros do atual Governo.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

No período em análise, a Divisão de Comunicação e Relações Públicas assegurou uma atividade diversificada e contínua, centrada na produção de conteúdos, gestão de canais institucionais, desenvolvimento de projetos estratégicos, suporte à atividade municipal e articulação com fornecedores e órgãos de comunicação social.

1. Produção de Conteúdos e Assessoria de Comunicação

Destaca-se, no período em análise:

- **150 trabalhos de reportagem fotográfica**, assegurando o registo sistemático da atividade municipal e o suporte à comunicação institucional;
- Redação de notas de imprensa e conteúdos para redes sociais do Município;
- Produção de conteúdos para o site institucional;
- Elaboração e envio de newsletters e convites institucionais;
- Gestão de clipping de imprensa;
- Resposta a pedidos de órgãos de comunicação social;
- Apoio à realização de programas de órgãos de comunicação social nacionais.

Foi igualmente assegurada a comunicação no contexto da **tempestade "Kristin"**, com produção contínua de informação pública e apoio à divulgação das medidas municipais.

2. Comunicação Digital e Plataformas

- Atualização contínua do site do Município, incluindo notícias e área de atividades;
- Gestão editorial e produção de conteúdos para redes sociais (Facebook e LinkedIn);
- Produção e calendarização de conteúdos associados a efemérides;
- Aplicação de boas práticas de comunicação digital, incluindo integração de soluções suportadas por inteligência artificial.

3. Projetos Estratégicos e Conteúdos Institucionais

A Divisão participou na conceção, estruturação e comunicação de diversos projetos municipais:

- Programa Municipal para a Ética, Transparência e Prevenção da Corrupção 2026–2029 e respetivo relatório 2024–2025, em articulação com a Comissão da Transparência e Integridade;
- Plano de Ação "Reerguer Leiria 2035";
- Projeto "Leiria + Saúde", incluindo desenvolvimento do plano de comunicação;
- Portal "Leiria Economia", com definição de conteúdos;
- Plataforma de Gestão de Ocorrências, com estruturação inicial de conteúdos e materiais;

- Plataforma de gestão de risco, incluindo avaliação anual da execução do PPRG;
- Projeto “Reminder – Saúde Mental Juvenil”, com desenvolvimento de conceito, mensagens e materiais;
- Projeto “Autarquia de Leiria Vista por Dentro”, com atualização de conteúdos educativos e materiais de apoio.

4. Comunicação de Proximidade e Projetos Operacionais

- “Câmara Aberta” – preparação de conteúdos, registo fotográfico e apresentações de suporte;
- Comunicação de ações nas áreas do ambiente, mobilidade, proteção civil, trânsito e segurança rodoviária;
- Execução do plano de comunicação do projeto “Transporte a Pedido”;
- Desenvolvimento de planos de comunicação de obras (Urbanização de São Romão e EB 2 dos Marrazes);
- Preparação do concurso público do Orçamento Participativo Jovem;
- Planeamento do projeto “Memórias das Tempestades”.

5. Design, Multimédia e Identidade Visual

A equipa de design assegurou o desenvolvimento de soluções gráficas, digitais e multimédia, nomeadamente:

- Comunicação integrada da marca “**Reerguer Leiria**”, incluindo materiais de campanha, redes sociais e conferência “Leiria: Economia, Risco e Resiliência depois da Tempestade Kristin”;
- Gestão multimédia e conteúdos visuais do stand do Município na BTL;
- Desenvolvimento da identidade “**Leiria +**” (Leiria + Saúde e Leiria + Economia);
- Conceção da plataforma gráfica para gestão de ocorrências;
- Desenvolvimento de identidade para Museus e Património Cultural;
- Criação de materiais para Transportes e Mobilidade, incluindo Transporte a Pedido;
- Desenvolvimento de sinalética (Estacionamento da Feira do Levante e Terminal Rodoviário);
- Produção de vídeo promocional da Ciclovia de Monte Redondo;
- Estudo de lettering monobloco para a Escola Básica de São Romão.

Foram ainda desenvolvidos materiais para diversas iniciativas municipais, incluindo: Festival de Teatro Juvenil, Passaporte “Um Passo em Frente”, Bioblitz Serralves, Projeto Reminder, Recuperação de Habitações, Pequenos Cantores de Leiria, “75 Minutos de Paz”, Câmara Aberta, publicações do CRO, cartões de identificação da Assembleia Municipal, selo de aniversário m|j|mo, Dia da Mulher e campanha “O Amor É” – Viver Activo.

6. Relação com Fornecedores

No âmbito da execução de projetos de comunicação, foram registados os seguintes procedimentos:

- BIGBRAND – Lote 1: 22
- BIGBRAND – Lote 2: 1
- BRINDICIS: 4
- PIXEL EXTRIDENTE: 4

- FIG: 0

7. Requisições (fevereiro – março 2026)

No período de fevereiro a março, foram registadas **33 requisições**, distribuídas da seguinte forma:

Jornais

- Fornecimento contínuo: 19

Vídeo e Fotografia

- ADRS: 8

Outros Procedimentos

- Licenciamento de clipping secundário: 1
- Consultoria (AI F.C): 3
- Alojamento de site: 1
- Locução: 1

Total: 33 requisições

DIVISÃO DE TURISMO E EVENTOS

Feira de Leiria – Implantação da Planta da Feira de Leiria 2026; Implementação do Regulamento Geral do Evento e dos respetivos concursos públicos para conceção de espaços comerciais e de diversão da Feira; Gestão dos fornecimentos de equipamentos e serviços à Feira nas mais diversas áreas; Implementação do Plano de Comunicação do evento; Preparação da Apresentação da Feira de Leiria na *Better Tourism Lisbon 2026* – Leiria Município; Procedimentos inerentes ao cancelamento da edição 2026 da Feira de Leiria; Conceção do Projeto de evento Feira Popular para colmatar a não realização da Feira; Reunião com os operadores de diversões sobre a não realização da Feira;

VIVÓ VERÃO – Realização de reuniões de planeamento com os *stakeholders*; Aquisição de serviços e de equipamentos para os eventos, bem como, a preparação do Programa geral; Preparação das ações de promoção e dinamização da Praia do Pedrógão – **Carnaval de Verão e Festa Silenciosa**;

Festival da Sardinha – Definição do Programa Geral de Animação no âmbito do Reerguer Leiria (redução de investimento nesta componente do evento); Definição e concretização do plano geral de Aquisição de serviços diversos; Criação da Planta Geral do evento e do decor a implementar com os *stakeholders*; Preparação do regulamento do evento e posterior envio de convites às Juntas/Uniãoes de Freguesia participantes;

EcoParque Leiria | Leiria Kids Festival – Gestão do Espaço e reuniões semanais com a empresa que detém o contrato de Facility Management do Parque; Aquisição de Planeamento global do evento em coordenação com a Junta de Freguesia e *stakeholders* do projeto; Reuniões de preparação com o movimento associativo local; Definição do Plano de Comunicação; Definição e concretização do plano geral de Aquisição de serviços diversos; Definição do Programa Geral; Definição do Plano de Bilhética e dos canais de venda;

Gathering Supercars - Definição do Programa Geral da edição 2026 com a organização; Definição global dos momentos públicos do evento em Leiria; Definição do Plano de Comunicação e meios locais a afetar à

promoção; Reunião com o NDML para preparação do evento; Definição do traçado do evento em conjunto com o organizador, Divisão de Trânsito, PSP e GNR; Gestão logística global;

Leiria Sobre Rodas - Definição do Programa Geral da edição 2026; Reunião com os stakeholders do evento para preparar uma edição no âmbito do Reerguer Leiria; Nova data 2026: 20, 21 e 22 de novembro integrada no Rally Vidreiro Centro de Portugal; Definição do Plano de Comunicação do Evento; Definição e concretização do plano geral de aquisição de serviços diversos 2026; Apresentação aos patrocinadores das Oportunidades de Comunicação 2026 – Novo Formato;

É DE LEIRIA – Gestão da Campanha de promoção dos produtos endógenos de Leiria (Morcela de Arroz, Brisas do Lis, Leitão da Boa Vista); Aquisição de serviços para a ativações; Presença na BTL 2026 com operadores dos três produtos endógenos e restaurantes;

Preparação Logística e do Programa da 21.ª Semana Gastronómica de Valenton [o objetivo principal da presença de Leiria foi a promoção da gastronomia local, dos operadores do ÉDL e a oportunidade única de formar com a Rádio Alfa em Paris, e Operadores EDL;

Visite Leiria | Turismo | Definição do Plano de Comunicação e de ações a realizar em 2026; Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage*; Planeamento da participação do EDL na Semana Gastronómica de Valenton, a realizar em junho com a Rádio Alfa; Ativações da nova campanha em 2026;

BTL 2026 | Reuniões de Preparação com a FIL, CIMRL e com os *stakeholders* para a presença na BTL 2026; Definição da Equipa de Produção e responsáveis setoriais de cada área de atividade do Stand: Gastronomia, Palco, Ativações e Live Acts; Contratação de Serviços de Criação do Stand Visite Leiria; Definição do Plano de Atividades por áreas do Stand em conjunto com os *stakeholders* internos (ML) e externos (operadores ÉDL e Turísticos); Planeamento dos conteúdos digitais e campanhas de promoção do stand; Plano de comunicação Visite Leiria na BTL com a apresentação da nova campanha de promoção do destino; Operação do stand Visite Leiria na BTL nos 5 dias do evento com a presença de operadores turísticos com balcão próprio (7); Programa Espaço ÉDELEIRIA com a presença do Chef Rui Lopes e de restaurantes locais (6), Arte xávega, Confrarias e Provas de Vinho e Cerveja comentadas dos produtores locais; Apresentações no Palco principal de âmbito Turístico, Económico, Cultural e Desportivo; Presença no stand do Turismo Centro Portugal com a apresentação de ÉDELEIRIA; Presença em reuniões com a CIMRL, TCP e operadores; O balanço da participação é bastante positivo, tendo esta presença na BTL incrementado a notoriedade e posicionamento de Leiria como território que investe no crescimento deste setor económico relacionado com o Turismo. A BTL teve um recorde de visitantes de 85.000 pessoas.

Reerguer Leiria

1. Gestão global de fornecimento de Geradores, Combustíveis, Serviços de Trabalhos Elétricos e Transportes/Maquinaria Pesada;
2. Gestão direta com a E-Redes da implantação de geradores e reposição da rede energética em Leiria;
3. Apoio global a diversas áreas funcionais da CMLeiria com especial incidência ao Estádio;
4. Projeto Esplanadas Praça Rodrigues Lobo – análise e contato com especialistas externos para nova versão das esplanadas; Consulta ao mercado para aquisição de materiais, equipamentos e serviços; Reunião com os Stakeholders e Operadores;
5. Projetos de Arte Pública na cidade – instalação, Bordalo, II e Edifício do Antigo Hotel Lis;

6. Projeto Replantar Leiria – conceito global do projeto, comunicação e webpage e evento de apresentação.
7. Gestão de Ações de Voluntariado de empresas e entidades diversas (Hoti Hotéis);

Outras Ações

1. **Pavilhão Carlos Neto** – definição do programa de eventos culturais para o recinto em 2026; Programa contemplará um evento desportivo Leiria Master Padel (abril), Programa de TV - Gozar com quem Trabalha (Março) Concerto Musical e Infantil (a definir datas);
2. **Gozar com quem Trabalha** | SIC – Produção do Evento; Contato com os stakeholders; Comunicação e Gestão da Bilhética;
3. **Concertamos Juntos** – Apoio à organização geral do evento com especial incidência no Plano de Mobilidade, Espaço Gastronómico, Logística em Geral e Produção;

DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ÀS FREGUESIAS

A Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos e às Freguesias tem a seu cargo o serviço de atas da Câmara Municipal, a ligação com as freguesias e delegação de competências, entre outras.

Passaremos a apresentar, de forma sumária, a atividade desenvolvida no período em análise.

Atuação transversal do departamento

Neste período, no que se refere à atuação transversal do departamento, serão de destacar as seguintes atividades:

- Continuação dos trabalhos de revisão dos estudos de recursos subjacentes a alguns Contratos Interadministrativos;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à monitorização e discussão de melhorias no âmbito da Transferência de Competências e da Delegação de Competências;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à desagregação de freguesias;
- Trabalhos no âmbito da Comissão da Transparência e Integridade;
- Sessão pública de divulgação das propostas a votação no Teatro José Lúcio da Silva, sessão pública para divulgação dos resultados da votação no Museu de Leiria e avaliação e monitorização do Orçamento Participativo.

Serviço de Atas

O Serviço de Atas desenvolveu no período em análise o seu trabalho em torno das seguintes atividades:

SERVIÇO DE ATAS	
INDICADOR	RESULTADO
N.º de deliberações	147
N.º de atas aprovadas	4
N.º de reuniões ordinárias	4
N.º de reuniões extraordinárias	2
N.º de reuniões descentralizadas (*)	3

N.º de reuniões com possibilidade participação do público	2
N.º de reuniões com efetiva participação do público	1
N.º de intervenções do público	10
N.º de presenças do público	56
N.º de Ordens de Trabalho para sessões AM	1
(*) Reunião Câmara Aberta nos bombeiros municipais (5/02/2026 e 16/02/2026) em Bajouca (9/03/2026)	

No âmbito do **serviço de atas** destaca-se ainda:

- O levantamento de apoios não financeiros atribuídos a diversas entidades;
- A anonimização de todos os dados pessoais presentes nos documentos referentes às reuniões de câmara publicados na área pública do site do Município de Leiria, em cumprimento do RGPD;
- O Relatório do Direito de Oposição;
- A 3.ª edição do programa #CâmaraAberta.
-

Ligação com freguesias e delegação de competências

No período em análise foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Transferência e delegação de competências	N.º deliberações/despachos de delegação de competências	0
	N.º deliberações/informações relativas a transferência de competências	4
	N.º comunicações DGAL - transferência de competências	1
Delegação de competências - contratos interadministrativos	N.º de procedimentos negociação iniciados	0
	N.º de novos contratos celebrados	4
	N.º de adendas/modificações celebradas	11
	N.º de relatórios de execução física e financeira analisados	10
	N.º reuniões realizadas com executivo e gestores	1
N.º de Novos Contratos: CI Vias Municipais - 4 contratos; N.º de Adendas/ modificações celebradas: CI Viver Freguesias – 7 adendas; CI Obras Diversas – 4 adendas		

Relativamente à Delegação de competências – contratos interadministrativos, informa-se que foram celebrados contratos com as Freguesias Desagregadas de Carreira, Monte Redondo, Ortigosa e Souto da Carpalhosa, ao abrigo da Lei 25-A/ 2025, no âmbito do CI – Manutenção e Conservação de Vias Municipais. No mesmo período, foram ainda celebradas 7 adendas ao CI – Viver Freguesias e 4 adendas ao CI – Obras Diversas.

No âmbito das **freguesias** informa-se que não foi possível realizar as Reuniões Temáticas com Eleitos e Técnicos das Freguesias, devido à Tempestade Kristin. As sessões previstas foram, assim, alteradas sendo retomadas no dia 27/04/2026 com o tema dos Recursos Hídricos.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Descrição e quantificação das ações de Fiscalização	
Processos Urbanismo	382
Atribuição de N.º de Polícia/Toponímia	80
Certidões	51
Licenciamento Zero	36
Publicidade	6
Autos de Participação/Notícia	1
Autos de Embargo/Remoção	-
Notificações	4
Reclamações/Queixas	119
Ambiente	25
Viaturas Abandonadas	11
Gestão de Combustíveis	128
TOTAL	843

Resumo

Foram executadas cerca de 1012 ações de fiscalização para informar os 843 processos acima discriminados

Realizadas 66 vistorias a património municipal para apuramento de dados para participação ao seguro

Realizadas 60 vistorias a edifícios particulares com danos provocados pela depressão kristin

Realizados 14 acompanhamentos de demolições coercivas

DIVISÃO DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

Durante o período em análise, as ações mais relevantes desenvolvidas pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco (DIAGR) foram as seguintes:

1. **Cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, incluindo:
 - a) Avaliação do Programa de Formação 2023-2025 e elaboração e aprovação do Programa de Formação 2026-2029;
 - b) Desenvolvimento da avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos, referente ao ano de 2025;
 - c) Acompanhamento contínuo da implementação e monitorização dos instrumentos de prevenção da corrupção e infrações conexas;
 - d) Prossecução do procedimento de revisão da Norma de Controlo Interno (NCI).
2. **Auditoria Interna:**
 - a) Elaboração, aprovação e disseminação de dois projetos de relatório de auditoria interna, para efeitos de exercício do contraditório;
 - b) Elaboração e aprovação do plano de auditoria e início de nova ação de auditoria interna.
3. **Apoio à decisão e desenvolvimento de instrumentos internos:**

- a) Elaboração e disseminação de memorandos informativos sobre temas relevantes para a atividade municipal;
 - b) Início do processo de implementação de procedimentos com vista ao cumprimento da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro (“Lei do Lobby”).
4. **Promoção da ética e integridade institucional:**
- a) Desenvolvimento de ações de sensibilização e formação, incluindo a divulgação da iniciativa de *microlearning* “Minuto de Ética”;
 - b) Disseminação de conteúdos informativos produzidos por entidades competentes em matéria de ética, transparência e prevenção da corrupção.
5. **Apoio técnico-jurídico:**

Prestação de apoio técnico-jurídico permanente às Unidades Orgânicas, nas áreas da auditoria interna, gestão de risco, controlo interno, ética e conformidade legal.

6. **Atividade operacional:**

Desenvolvimento de outras ações de natureza operacional indispensáveis ao regular funcionamento da Divisão, ainda que com impacto mais circunscrito na gestão municipal.

DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO DE PESSOAS

Apoio à Gestão

Apoio na elaboração e registo de procedimentos de contratação pública- Tempestade Kristin

- Divisão de Espaços Verdes - 22
- Serviço Municipal de Proteção Civil - 13
- Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação - 1
- Unidade de Arquivo Municipal - 2
- Departamento de Modernização Administrativa e Gestão de Pessoas - 2
- Departamento de Obras Municipais - Apoio na preparação de 1
- Divisão de Ação Cultural - 1

1.2 Apoio na elaboração de procedimentos diversos

- Elaboração do formulário para requisição de materiais no Mercado Falcão e alterações solicitadas;
- Preparação de candidatura ao Aviso-Convite - candidaturas abertas para apoio à renovação da imagem e sinalética das Lojas de Cidadão de gestão municipal;
- Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação: elaboração e registo de peças para adenda de 3 contratos. Procedimentos de contratação - 6

- **Divisão de Recursos Humanos:** Procedimento de Contratação - 1
Procedimento de dirigentes - Informação para reunião de câmara. Declaração de extinção e abertura de procedimentos concursais de recrutamento de titulares de cargos dirigentes intermédios de 1.º, 2.º e 3.º graus. Proposta de designação, pela Assembleia Municipal de Leiria, de júris de recrutamento.

Gabinete Reerguer Leiria

Abertura do Gabinete Reerguer Leiria, em funcionamento nas instalações do Mercado de Sant'Ana desde o dia 10 de fevereiro de 2026, cuja missão consiste em apoiar os munícipes na instrução de candidaturas aos apoios destinados à reparação de danos em habitação própria permanente, decorrentes da tempestade "Kristin".

Destacando-se a existência de 20 postos de atendimento municipais, o envolvimento dos serviços de ação social e de apoio psicológico, e a participação de diversas entidades parceiras, designadamente o Instituto da Segurança Social, a Autoridade Tributária, o Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, entidades de mediação de seguros, o Banco Português de Fomento e a Garval.

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

- Produção de mapas individuais das freguesias com a toponímia, solicitado pelo Vereador José Cunha.
- Elaboração das plantas do PDM da 6ª alteração.
- Apoio técnico externo aos técnicos projetistas e de topografia às solicitações recebidos na caixa de correio eletrónico "levtop@cm-leiria".
- Compatibilização dos levantamentos topográficos com o sistema de coordenadas oficial em uso no município e conforme as normas da DGT.
- Transformação de coordenadas e alteração dos sistemas de referência para (PT-TM06/ETRS89) e garantida a inserção georreferenciada da informação geográfica dos processos de obras, recebidos no serviço de cadastro.
- Apoio técnico telefónico aos munícipes, técnicos projetistas e às juntas de freguesia, na consulta à informação geográfica disponibilizada online no Portal Geográfico de Leiria, principalmente na emissão de plantas. de localização e de plantas do PDM.
- Foram elaborados os seguintes formulários após a tempestade Kristin: habitação, economia, associações e clubes, cabazes solidários e ocorrências de baixa tensão. Para consulta da informação submetida foi desenvolvido um dashboard para cada formulário.
- Integração na equipe técnica do gabinete ReerguerLeiria com as seguintes tarefas:
 - análise das candidaturas;
 - desenvolvimento da plataforma SIG de apoio à análise das candidaturas;
 - georreferenciação das candidaturas;
 - desenvolvimento de dashboards (indicadores e monitorização);
 - desenvolvimento de uma aplicação SIG, para as universidades, realizarem a análise dos danos das candidaturas

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**Balanço de entradas e saídas:**

Em fevereiro e março saíram 21 trabalhadores. E entraram 57 novos trabalhadores, com recurso a procedimentos concursais e respetivas reservas de recrutamento.

Vencimentos:

Perante as diversas alterações legislativas publicadas a vigorarem a 01/01/2026, foram efetuadas as seguintes atualizações:

- Valor do IAS para o ano de 2026 sendo de €537,13, conforme Portaria n.º 480-A/2025/1 de 30 de dezembro;
- Valor da base remuneratória bem como os suplementos remuneratórios dos trabalhadores da Leirisport, conforme despacho n.º 54/2026, de 27 de fevereiro;
- Valor da retribuição mínima mensal garantida para 2026 em 920€ aos trabalhadores com contrato individual de trabalho (EAMAS) em conformidade com o Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro;
- Na sequência da atualização anterior, os estagiários, ainda com estágio profissional em curso no Município de Leiria, viram o seu subsídio de estágio alterado para 1150€, a que resultante do valor da retribuição mensal garantida, acrescida de 25%.
- Foram implementadas as medidas de valorização aos trabalhadores da Administração Pública, no Município de Leiria, através da:
 - I. Alteração da base remuneratória e atualização do valor das remunerações da Administração Pública (BRAP=934,99€);
 - II. Atualização das remunerações base na Administração Pública nas carreiras de técnico superior, especialista de sistemas e tecnologias de informação, assistente técnico, fiscal, técnico de sistemas e tecnologia de informação e assistente operacional, em conformidade com a tabela remuneratória única de 2026, acrescido de 56,58€ aos trabalhadores que auferem até 2.631,63€ e nas remunerações superiores a esse valor atualizar em 2,15%, bem como aos eleitos locais, dirigentes e nomeados em gabinete de apoio;
 - III. Atualização do valor de subsídio de refeição para 6,15€, nos termos da Portaria n.º 51-B/2026/1. Os trabalhadores receberam os respetivos retroativos.
 - IV. Por acumulação de 8 pontos nas avaliações de desempenho, foi reconhecido a 26 trabalhadores o direito de verem alterado o seu posicionamento remuneratório na carreira e categoria de origem, ao abrigo do disposto n.º 7 do art.º 156 da LGTFP na sua redação atual (alteração obrigatória do posicionamento remuneratório), tendo sido pagos os retroativos devidos, com efeitos ao dia 01/01/2025;
 - V. Foi implementado o acelerador de carreiras previsto no Decreto-Lei n.º 75/2023, de 27 de agosto, aos trabalhadores que detinham 6 pontos, e reuniam os requisitos necessários 18 anos de serviço na carreira, até ao dia 30 de agosto de 2023. Foram pagos os respetivos retroativos com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2025;
 - VI. Foram atualizados os montantes do abono de família para crianças e jovens, do subsídio de funeral, da bonificação por deficiência do abono de família, do subsídio por assistência de terceira pessoa e monoparentalidade aos trabalhadores que os recebem.

No período de 02.02.2026 a 31.03.2026, relativamente ao programa Mais foram integrados 7 beneficiários;

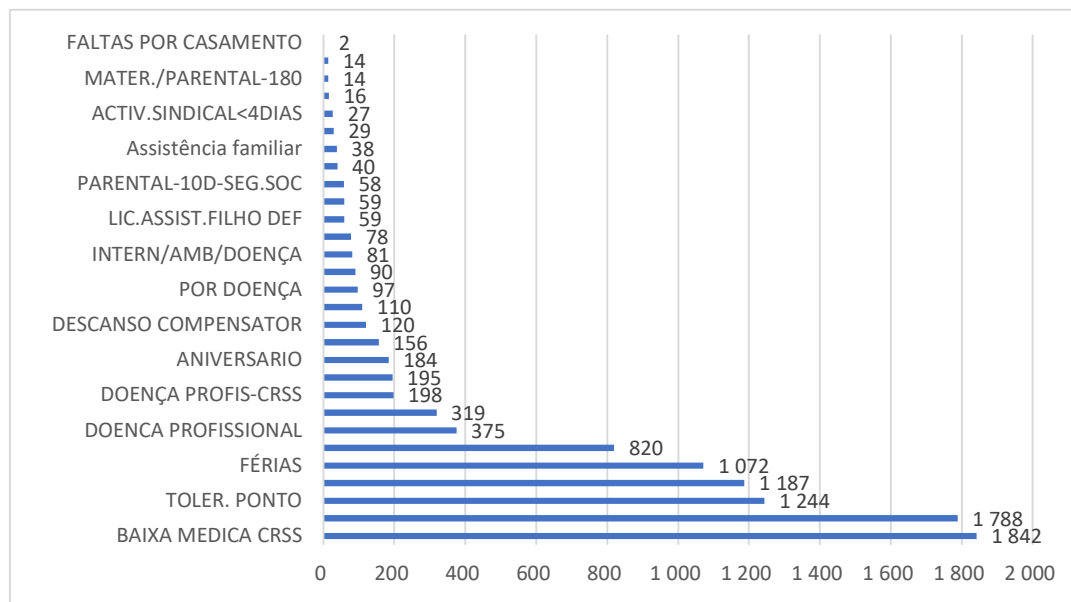
No mesmo período foram instruídos 8 processos de aposentações e 12 contagens de tempo.

Prestação de informação:

- No decurso do mês de março, foram elaborados e submetidos na plataforma da Direção-Geral das Autarquias Locais, os 35 quadros do Balanço Social, com referência a 31 de dezembro do ano anterior.
- Foram também apurados todos os custos com pessoal afeto aos equipamentos culturais, desportivos e bombeiros relativos ao ano de 2025, para preenchimento do inquérito ao financiamento público das atividades culturais, recreativas e desportivas das Câmaras Municipais.

Assiduidade

**Número de dias de faltas ao serviço no período de
Meses de fevereiro e março de 2026**

**SIADAP:**

No âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), realizaram-se as respetivas reuniões do Conselho de Coordenação da Avaliação, com vista a:

- introduzir alterações ao planeamento do processo de avaliação de 2025, mediante o reajustamento das fases de autoavaliação, avaliação prévia e comunicação aos avaliados da proposta de avaliação, referentes ao ciclo avaliativo de 2025;
- dar início ao processo de planeamento do ciclo de avaliação de 2026, com a introdução da desmaterialização integral do processo, através da nova aplicação SAD-AIRC.

Gabinete do Trabalhador:

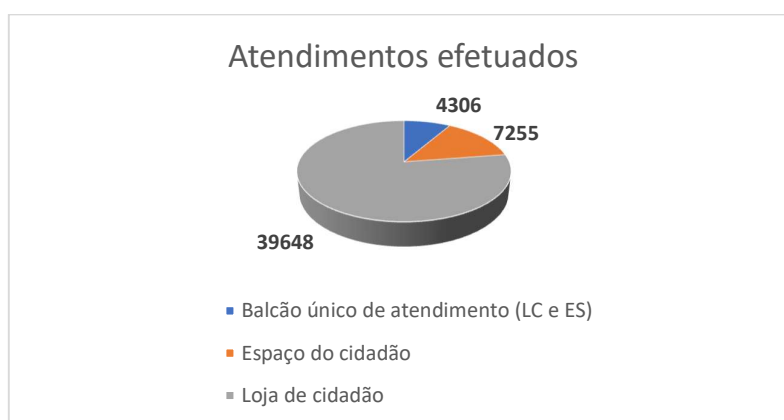
- Procedimentos inerentes ao acompanhamento de 8 acidentes de trabalho participados;
- 3 doenças profissionais qualificadas pelo Departamento de Proteção contra os riscos profissionais do ISS
- Realização de ações de acolhimento e sensibilização no âmbito da segurança e saúde no trabalho aos novos trabalhadores (recrutamento) nos dias 2.03.2026 (44 trabalhadores abrangidos)

No âmbito da Saúde Ocupacional foram realizadas as consultas/exames identificadas no quadro seguinte:

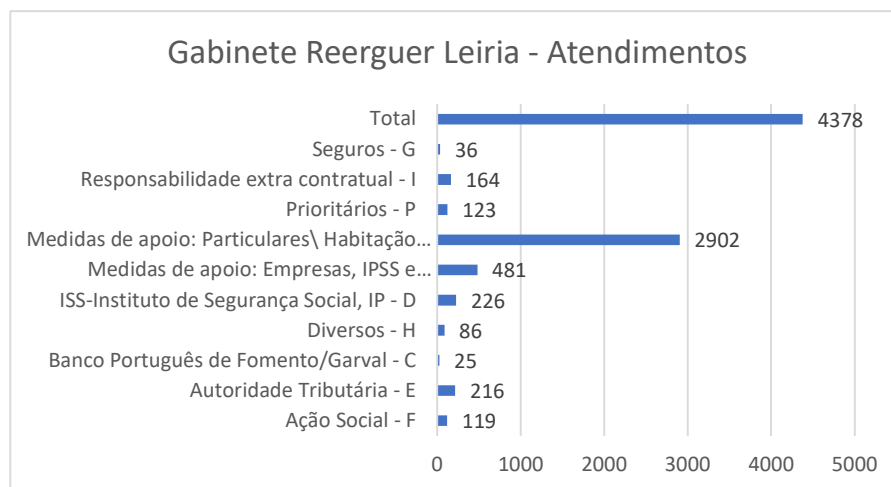
N.º consultas médicas periódicas	N.º consultas médicas ocasionais	N.º consultas médicas de admissão	N.º consultas de apoio psicossocial	N.º consultas de aconselhamento alimentar	N.º Consultas de Medicina Curativa*
195	6	48	14	17	8

DIVISÃO DE ATENDIMENTO E APOIO AO CIDADÃO

Atendimento presencial

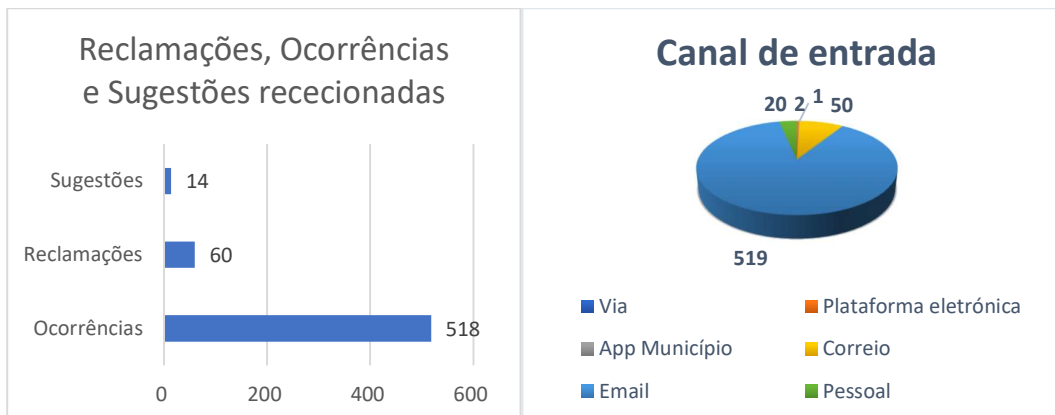


Atendimento no Gabinete Reerguer Leiria



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Gestão de reclamações, exposições, ocorrências e sugestões



Receção e expedição de correspondência

Para além da recção e distribuição de correspondência, foram expedidos **1553** envelopes.

Classificação e registo de documentos

Correio eletrónico	Correio papel	Plataformas eletrónicas	Telefone	Documentos internos	Total
3 454	788	48	0	202	4290

Modernização Administrativa

Desmaterialização e melhoria na tramitação de processos internos.

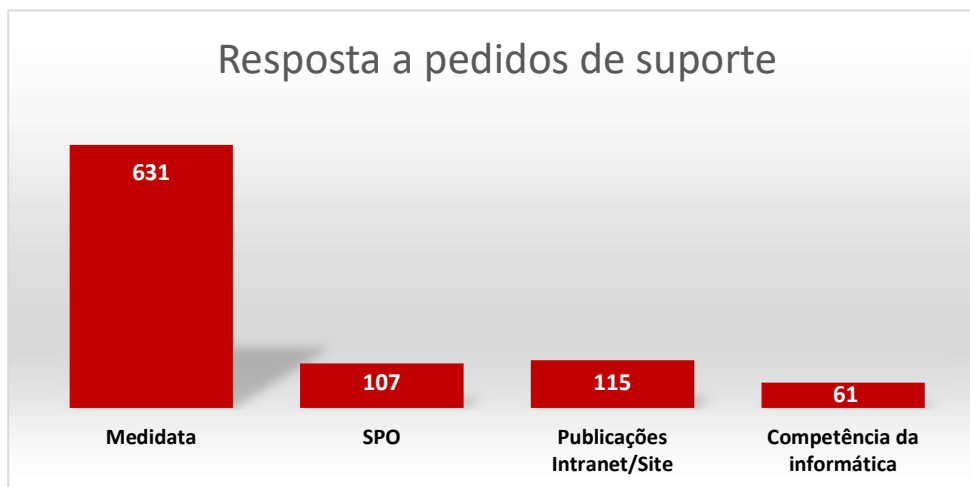
Documentos Internos	Formulários internos	Modelos internos	Requerimentos	Modelos externos	Circuitos	Grupos	Instruções de trabalho
Normalização							
Criação/ implementação		13	7		3		8

Modelos Implementados e disponibilizados nos Serviços Online:

- Pedido de delimitação de unidade de execução
- Pedido de reclassificação para solo urbano com finalidade habitacional e usos complementares ao abrigo de regime especial
- Cartão Leiria Sénior
- Coesão Social - Relatório de Execução Física e Financeira ProLeiria
- Pedido de procedimento simplificado de reclassificação do solo para a categoria de espaços de atividades económicas
- Pedido de Habitação Social
- Kristin - Comunicação de Ocupação de Espaço Público, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro

Apoio aos serviços

E-mail simplifica@cm-leiria.pt/suportespo@cm-leiria.pt - foram respondidos ou fechados 914 pedidos.



Serviços Online

O gráfico mostra uma evolução muito positiva e acelerada das adesões online entre fevereiro e março de 2026, representando um crescimento de 115% de um mês para o outro.



UNIDADE DE ARQUIVO MUNICIPAL

Atividades desenvolvidas

Funções	Informatização de processos	Digitalizações	N.º total de pedidos	Consultas online	Consultas presenciais
Processos	1.675	638	1.956	1.451	505
Imagens		15.352			

Acesso online ao site do Arquivo Municipal

Acesso online ao site do Arquivo Municipal	
Utilizadores	32.190
Sessões	33.567
Visualizações	123.606
Distribuição geográfica	117 países

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E INOVAÇÃO**Considerações Gerais - Principais Atividades desenvolvidas**

O Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação assegura a definição e execução da estratégia municipal de tecnologias de informação, promovendo a transformação digital, a inovação, a segurança e a interoperabilidade dos sistemas e serviços municipais. Compete-lhe garantir a gestão integrada das infraestruturas tecnológicas, aplicações e dados, assegurando a fiabilidade, eficiência e sustentabilidade dos recursos digitais. A Divisão de Segurança e Infraestruturas Digitais é responsável pela gestão, manutenção e segurança das infraestruturas tecnológicas, redes e sistemas centrais. A Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações desenvolve, integra e gere os sistemas aplicativos, assegurando o suporte aos utilizadores, a qualidade da informação e o apoio à decisão. Em conjunto, promovem a modernização administrativa, a desmaterialização de processos e a oferta de serviços digitais ao cidadão.

Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação**Procedimentos de contratação**

- Adenda contrato com a *MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia*, para serviços de antenas starlinks;
- Adenda contrato *Epimetheus* – Serviços de Consultoria e Gestão, serviços de RPA;
- Concurso para aquisição de componentes para manutenção, modernização e reforço das Infraestruturas Tecnológicas (áreas da Educação, Feiras e Mercados, Loja do Cidadão e outros Serviços Municipais);
- Concurso para aquisição de Equipamento Informático, incluindo Estações de Trabalho de Elevada Performance para o SIG Municipal;
- Concurso para aquisição de equipamentos ativos de rede para Edifícios Municipais.

Apoio e participação em projetos transversais

- Plataformas de denúncia;
- Plataforma de gestão de ocorrências;
- Serviços ao Cidadão;
- Modernização Administrativa;
- Apoio em diversas plataformas e sites para gestão diversa;
- Apoio à análise de projetos ITED de obras municipais;
- Preparação e participação nas reuniões da Assembleia Municipal e de Câmara;
- Orçamento Participativo;
- Cartão Municipal;
- Ações de intervenção relacionadas com a depressão *Kristin*;

Planeamento, reporte e articulação institucional

- Elaboração e consolidação de relatórios periódicos de atividades do Departamento;
- Participação em reuniões técnicas e estratégicas, assegurando a articulação institucional;
- Contributo para o alinhamento das soluções aplicativos com os objetivos de transformação digital e modernização administrativa do Município de Leiria.

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS DIGITAIS

Gestão de *datacenters* e infraestruturas centrais

- Manutenção de máquinas virtuais, servidores e sistemas operativos, garantindo atualizações regulares de segurança;
- Gestão de *backups*, espaço de armazenamento, *firewalls*, *routers* e continuidade dos serviços tecnológicos;
- Migração de infraestruturas de servidores associadas a vários equipamentos e serviços municipais, numa perspetiva de melhoria contínua e atualização tecnológica.

Redes, comunicações e conectividade

- Gestão das centrais telefónicas, comunicações fixas e móveis, acessos à Internet, *M2M*, *VPN's*, *IPs* públicos e *DNS*;
- Implementação e planeamento do alargamento das comunicações (*internet*, voz *IP* e cablagem estruturada) a escolas, espaços do cidadão e edifícios municipais;
- Configuração, instalação e manutenção de equipamentos ativos de rede (*switches*).

Infraestruturação de espaços municipais

- Manutenção de bastidores, redes cabladas e redes *wireless*;
- Desenvolvimento de projetos de infraestruturação tecnológica em diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Realização de levantamentos técnicos de infraestruturas de rede em múltiplos locais.

Segurança da informação e sensibilização de utilizadores

- Monitorização contínua de sistemas, redes, antivírus, *firewalls* e *VPN's*;
- Implementação e acompanhamento das medidas decorrentes do Decreto-Lei n.º 65/2021 (Cibersegurança);
- Auditorias técnicas, reforço de políticas de *passwords* e *compliance*, controlo de acessos físicos e utilização de ferramentas de gestão centralizada do parque informático;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre boas práticas de segurança da informação, proteção de contas e utilização adequada dos recursos digitais;
- Análise e mitigação de incidentes de segurança, nomeadamente relacionados com *phishing* e outras formas de fraude informática;
- Articulação com as políticas municipais de segurança e cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Redes *wireless* e videovigilância

- Gestão e reforço das redes *wireless* públicas, *WiFi4EU* (27 antenas) e redes *wireless's* privadas municipais (cerca de 150 antenas, distribuídas pelos vários edifícios Municipais);
- Gestão dos sistemas de videovigilância municipais e planeamento da sua modernização.

Procedimentos de contratação infraestrutural

- Apoio à gestão de concursos e aquisições relacionadas com comunicações, *hardware* de redes, fibras óticas, alojamento e manutenção de sistemas de suporte infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E APLICAÇÕES**Suporte a utilizadores a apoio operacional**

- Encerramento de 1261 pedidos de suporte registados através do serviço de suporte;
- Prestação contínua de suporte técnico aos utilizadores, assegurando a resolução de pedidos relacionados com aplicações corporativas, ferramentas de produtividade e equipamentos informáticos;
- Apoio na organização, otimização e reestruturação de caixas de correio eletrónico e objetos da AD;
- Realização de intervenções técnicas locais e remotas, garantindo a continuidade operacional dos serviços municipais.

Formação, capacitação e apoio funcional

- Apoio funcional e formativo aos serviços municipais na utilização das aplicações de gestão autárquica;
- Promoção da correta utilização dos sistemas e contributo para a desmaterialização de processos e modernização administrativa;
- Apoio às áreas de contraordenações, financeira, recursos humanos, ação social e obras municipais.

Gestão aplicacional e continuidade dos sistemas

- Gestão, manutenção e acompanhamento das aplicações municipais, com especial enfoque na transição anual das plataformas *AIRC, ERP, MyNet e SPO*;
- Articulação com fornecedores e serviços internos para execução, validação e acompanhamento de procedimentos técnicos críticos;
- Monitorização da estabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação;
- Apoio à gestão das políticas de segurança aplicacional e sensibilização de utilizadores.

Gestão do parque informático e apoio a estabelecimentos de ensino

- Gestão, acompanhamento e manutenção do parque informático afeto aos utilizadores finais;
- Instalação e substituição de equipamentos informáticos;
- Apoio técnico aos estabelecimentos de ensino, incluindo acompanhamento de pedidos e incidentes reportados através das plataformas existentes.

Procedimentos de contratação aplicacional

- Apoio à gestão de procedimentos concursais relacionados com licenciamento de *software* aplicacional, plataformas digitais, soluções de inteligência artificial e ferramentas de produtividade infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO**Enquadramento**

O presente Relatório de Atividades visa dar cumprimento ao dever de reporte à Assembleia Municipal, apresentando a atividade desenvolvida pelo Departamento Financeiro e respetivas divisões no período em referência, nos termos da estrutura orgânica vigente.

O Departamento Financeiro integra as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira;
- Divisão de Controlo da Receita;
- Divisão de Património Municipal.

A atividade desenvolvida encontra-se sistematizada por divisão, evidenciando-se as principais ações e indicadores do período.

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA

No período em análise, a Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira assegurou o normal funcionamento dos circuitos contabilísticos e o cumprimento das obrigações legais em matéria de registo e reporte financeiro, bem como o apoio técnico-financeiro à gestão municipal.

Destaca-se, no período em análise, o desenvolvimento dos trabalhos inerentes ao processo de prestação de contas, incluindo a preparação, validação e consolidação da informação financeira, nos termos legalmente previstos.

Sem prejuízo da informação detalhada constante do Relatório Financeiro elaborado autonomamente, a atividade da Divisão incidiu ainda, designadamente, na validação e acompanhamento dos registos contabilísticos, na articulação com a Tesouraria Municipal e no apoio técnico aos restantes serviços.

DIVISÃO DE CONTROLO E RECEITA

A Divisão de Controlo da Receita desenvolveu atividade no domínio da emissão e acompanhamento administrativo da receita municipal, assegurando a emissão de documentos de receita, designadamente faturas, anulações, estornos e declarações de não dívida.

Assegurou ainda a instrução, tramitação e acompanhamento dos processos de execução fiscal, nos termos legalmente previstos.

No período em análise, a atividade da Divisão foi igualmente influenciada por solicitações de natureza transversal associadas à resposta municipal aos efeitos da tempestade “Kristin”, designadamente no apoio ao acompanhamento de peritagens, à instrução de procedimentos e ao atendimento no âmbito do programa “Reerguer Leiria”.

Paralelamente, prosseguiram os trabalhos com vista à definição de um modelo de controlo da receita municipal, com incidência na análise e sistematização dos circuitos de tramitação dos procedimentos associados à receita.

3.2 Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Emissão e Gestão da Receita	N.º de documentos de receita relativos a transferências correntes e de capital emitidos	117
	Valor total das transferências correntes e de capital emitidas (€)	26 720 886,35 €
	N.º de documentos de receita relativos a rendas e concessões emitidos	70
	Valor total das rendas e concessões emitidas (€)	73 105,01 €
	N.º de anulações emitidas	15
	Valor total das anulações emitidas (€)	142 199,60 €
	N.º de anulações conferidas (emitidas pelos restantes serviços)	3
	Valor total das anulações conferidas (€) (emitidas pelos restantes serviços)	2 772,33 €
	N.º de estornos à receita emitidos	34
	Valor total dos estornos emitidos (€)	245 056,21 €
	N.º de declarações de não dívida emitidas	622
Execuções Fiscais	N.º de processos de execução fiscal em curso (final do período)	13 370
	N.º de processos extintos (*)	470
	N.º de processos extintos por pagamento	463
	Valor total cobrado (€) (**)	12 402,94 €

(*) No período em análise, 7 dos processos extintos foram anulados, tendo os restantes sido extintos por pagamento.

(**) O valor apresentado corresponde ao montante contabilizado no período, sendo que os pagamentos parciais referentes a processos instaurados pela AT apenas são refletidos quando o processo se encontra totalmente extinto por pagamento.

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

No período em análise, a atividade da Divisão foi influenciada por solicitações de natureza transversal associadas, designadamente, ao processo de prestação de contas e à resposta municipal aos efeitos da tempestade “Kristin”, designadamente na recolha e sistematização de informação relativa ao património municipal afetado, bem como na tramitação de procedimentos associados à implementação de medidas excecionais, designadamente a isenção do pagamento de rendas e concessões de direito de uso privativo. Informa-se ainda que o património apenas muda de ano após a prestação de contas de ano transato, por esse facto os indicadores abaixo serem a 0.

4.2 Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Inventário geral	N.º total de bens inventariados	0
	Valor total inventariado (€)	0,00
	N.º total autos de abate	0
Bens móveis – inventariação	N.º de bens móveis inventariados	0
	Valor total dos bens móveis inventariados (€)	0,00
Bens imóveis – inventariação	N.º total de bens imóveis inventariados	0
	Valor total dos bens imóveis inventariados (€)	0,00
	N.º total de escrituras	0
	N.º de desafetações do Domínio Público	0
	Valor das desafetações do Domínio Público (€)	0,00
Imóveis – aquisições	N.º de imóveis adquiridos	0
	Valor dos imóveis adquiridos (€)	0,00
Imóveis – onerações – direitos de superfície	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de escrituras de reversão	0
Imóveis – onerações – comodatos	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00
	N.º de contratos extintos	0
Imóveis – onerações – arrendamentos/concessões	N.º de novos contratos de arrendamento/concessão	0
Imóveis – alienações	N.º de imóveis alienados	0
	Valor dos imóveis alienados (€)	0,00
Procedimentos	N.º total de procedimentos tramitados	0
	N.º de novos contratos celebrados	0

Considerações Finais

O Departamento Financeiro desenvolveu, no período em análise, as competências que lhe estão atribuídas no âmbito da estrutura orgânica vigente, assegurando a regularidade e o acompanhamento das áreas financeira, patrimonial e de controlo da receita.

Mantém-se como prioridade a consolidação dos procedimentos e a monitorização da atividade, em articulação com os serviços municipais.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Pareceres	N.º de pareceres emitidos	19
	N.º minutas preparadas a pedido dos serviços	7
Regulamentos	N.º total procedimentos iniciados	2
	N.º de procedimentos elaboração iniciados	1
	N.º de procedimentos alteração/revisão iniciados	5
	N.º total procedimentos transitados	18
	N.º total procedimentos concluídos	3
Responsabilidade civil extracontratual	N.º de processo em curso	206
	N.º de processos concluídos	2
	N.º de processos desertos	0
	N.º de processos indeferidos	1
	N.º de processos deferidos	1
	Valor de indemnizações pagas pela seguradora	932,04€
Danos em património municipal	N.º de processo em curso	37
	N.º de processos concluídos	0
	Valor de indemnizações pagas ao ML	0
Contraordenações gerais	N.º de processo em instrução	452
	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0,00€
Contraordenações ambientais	N.º de processo em instrução	88
	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0,00€
	N.º de processo em instrução	111

Contraordenações económicas	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0,00€
Contraordenações rodoviárias	N.º de processo em instrução	2.772
	N.º de processos com decisão	734
	N.º de Execuções judiciais	4
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	17.240,65€
Processos contencioso	N.º TOTAL de processos em curso	102
	N.º de processos em curso demandados pelo ML	37
	N.º de processos em curso demandados contra o ML	65
	N.º de novos processos	19
	N.º de processos concluídos	14
	N.º de processos concluídos com decisão favorável	14
	N.º de processos concluídos com decisão desfavorável	0

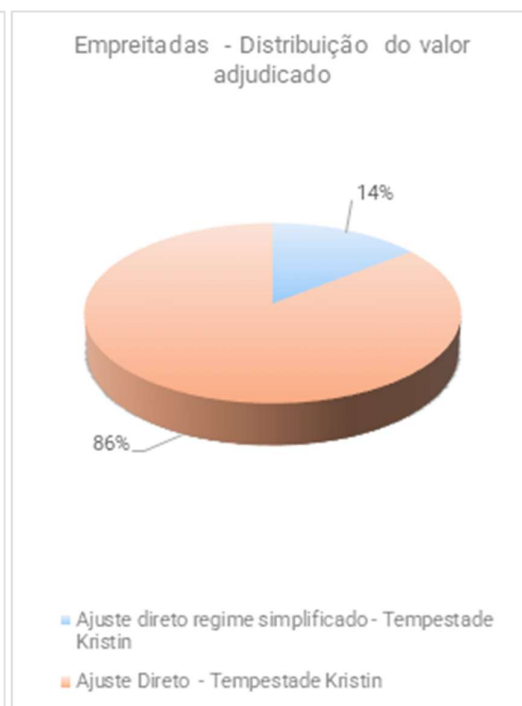
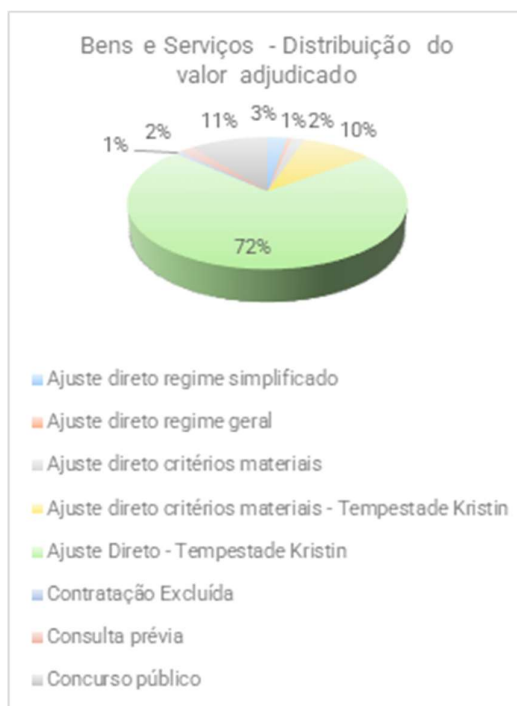
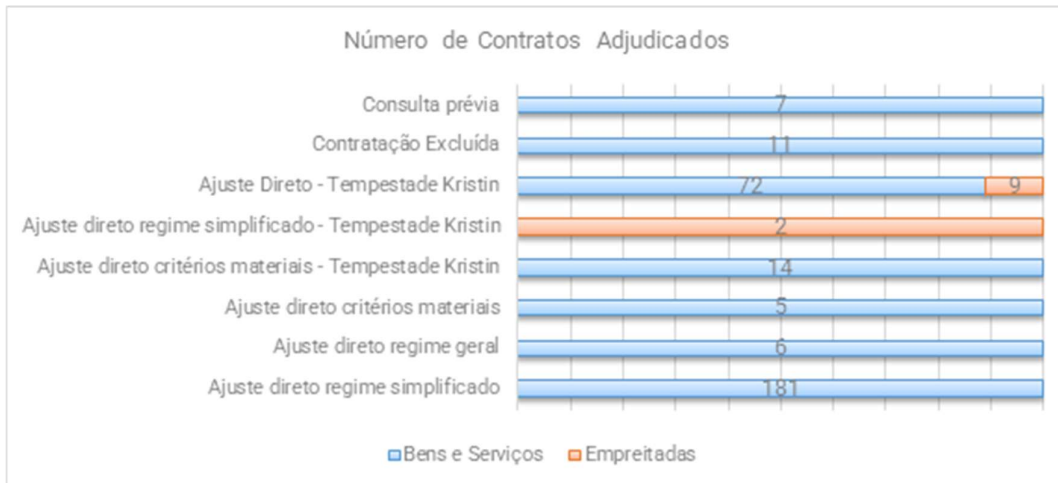
DEPARTAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No período a que se refere o presente relatório, a Divisão de Contratação Pública desenvolveu a sua ação procedendo à realização de procedimentos administrativos de contratação, no âmbito dos quais resultou:

- Prestação de informações técnicas, na sequência de pedidos de apoio realizados pelas unidades orgânicas em relação a procedimentos de contratação a iniciar e ou em instrução – 25 Informações;
- A **adjudicação** de 320 contratos, no valor global de **€11.160.232,22**;
- A tramitação, **em curso**, de **102** procedimentos, cujo preço base total dos mesmos é de **€32.450.477,95**.

Os gráficos seguintes ilustram, sucintamente, a atividade registada ao nível dos procedimentos de contratação adjudicados, por tipo de procedimento e por tipologia de contrato:



De destacar, ainda, os seguintes indicadores:

- As adjudicações de **bens e serviços** totalizaram **€10.421.215,98**, representando 93% do valor total adjudicado, predominando sobre as **empreitadas**, que totalizaram **€739.016,24**;
- Em termos de quantidades do total de contratos adjudicados, a maioria (57%) diz respeito a **ajustes diretos regime simplificado (181 contratos)**.

Ao abrigo de ajuste direto por critérios materiais foram adjudicados 18 contratos, conforme tabela abaixo:

Nome Fornecedor	Objeto	Valor
FIL - LISBOA FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS - FCE/ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 55/2026/DICP - Prestação de serviços para a operacionalização do stand no âmbito da participação do Município de Leiria na Bolsa de Turismo de Lisboa	€15.658,25

EDUBOX, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 74/2026/DICP - Aquisição de serviços para integração da aplicação Edubox com serviços da ARTE	€24.080,00
WIREMAZE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 120/2026/DICP - Renovação da manutenção do produto wireGUIDE – Diretório de Serviços	€3.042,37
MECH - CONSULTORES ARQUITECTURA E ENGENHARIA, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 80/2026/DICP - T-23/2026 - Elaboração do Projeto de Execução da Unidade de Saúde da Ortigosa e Regueira de Pontes – Leiria	€42.000,00

No que diz respeito ao valor, destacam-se as adjudicações a seguir apresentadas, que correspondem a 18% do montante total adjudicado (€11.160.232,22):

Valor Adjudicado	Procedimento
€920.965,00	Ajuste Direto n.º 97/2026/DICP – Tempestade Kristin – Contratação de serviços de remoção/recolha, carregamento, transporte e tratamento de resíduos não urbanos, no Concelho de Leiria – Locais de deposição das Freguesias
€559.975,00	Ajuste Direto n.º 105/2026/DICP – Tempestade Kristin – Aquisição de serviços de remoção de árvores e locação da maquinaria para desobstrução de vias, no Concelho de Leiria, dentro da Zona Urbana, Leito do Rio Lis, junto ao Jardim de Santo Agostinho, Via Polis, EN 109, EN 350, Freguesias da Ortigosa, Milagres, Caranguejeira, Colmeias, EB 2,3 Correia Mateus, Hospital, Pousos
€525.385,00	Ajuste Direto n.º 84/2026/DICP – Tempestade Kristin – Aquisição de serviços de remoção de árvores e locação de maquinaria para desobstrução de vias, no concelho de Leiria (Pousos, Amor e União de Freguesias de Monte Real e Carvide)

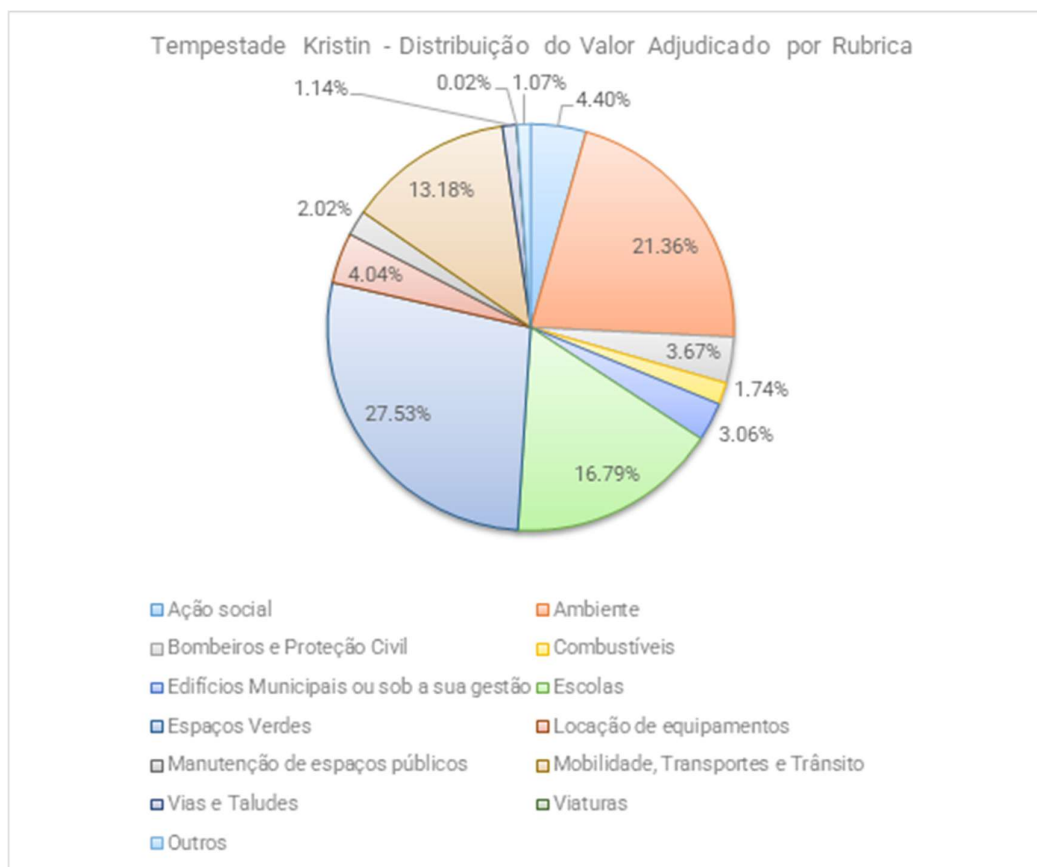
Despesa Associada à Tempestade Kristin

Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, ocorrida na madrugada de 28 de janeiro, foram adotadas medidas excepcionais de resposta e recuperação, enquadradas legalmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e respetivas renovações, que declararam a situação de calamidade e autorizaram a adoção de mecanismos excepcionais de contratação e despesa pública.

Complementarmente, o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, veio estabelecer um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira, destinado à reconstrução e reabilitação de património e infraestruturas, bem como prestação de apoio às populações, designadamente no que respeita à formação dos contratos de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, destinados à realização das intervenções necessárias para resposta aos danos causados pelo fenómeno meteorológico extremo.

No âmbito das medidas adotadas no período em apreço, foram adjudicados **151** contratos, no valor global de **€9.348.472,51**, que correspondem a **84%** do montante total adjudicado (€11.160.232,22).

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do valor dos contratos adjudicados por rubrica, destacando-se as rubricas de espaços verdes e de ambiente como as mais representativas, com 27,53% e 21,36%, respetivamente.



No período em apreço, foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos respeitantes aos seguintes procedimentos:

- Concurso Público n.º 30/2024/DICP - T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4, adenda ao contrato n.º 176/2024, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Construções Vieira Mendes, Lda., a aguardar visto;
- Concurso Público n.º 95/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 13, contrato n.º 7/2026, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Cimalha - Construções da Batalha, S.A., a aguardar visto.

Neste período, foram apresentadas observações, em sede de audiência prévia, pelos seguintes concorrentes:

- **PURGEST SERVIÇOS AMBIENTAIS, UNIPessoal, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 148/2025/DICP - Manutenção e conservação de espaços verdes públicos existentes na Vila Portela, na modalidade de prestação de serviços contínua;
- **PURGEST SERVIÇOS AMBIENTAIS, UNIPessoal, LDA.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 133/2025/DICP - Manutenção e conservação de espaços

verdes públicos no Concelho de Leiria, excluindo podas de árvores, na modalidade de prestação de serviços contínua.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

No que se refere às tarefas cometidas à Divisão de Gestão de Contratos, será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido no período a que se refere o presente relatório, o seguinte:

- Prestação de informações técnico-jurídicas, na sequência de pedidos de apoio realizados sobre a execução de contratos decorrentes de procedimentos de contratação ou com estes relacionados – **19 Informações**;
- Acompanhamento da execução dos contratos de fornecimento contínuo, ao nível financeiro e controlo das quantidades, tendo sido movimentadas **1.468 faturas, no montante total de €6.215.788,98** (IVA incluído);
- Na sequência dos prejuízos causados pela Tempestade Kristin, foram emitidos **85 pedidos de fornecimento**, nos procedimentos em vigor, no montante total de **€135.374,77**.
- Promoção das diligências para a avaliação dos fornecedores / prestadores de serviços / empreiteiros, tendo sido avaliados no período em apreço **12 contratos**;
- O desencadeamento dos diversos processos de aquisição, por fornecimentos contínuos, bem como a monitorização e execução dos que se encontram em vigor, a fim de fazer face às necessidades decorrentes da atividade e/ou intervenção municipal;
- Prestação de Serviços no Armazém Solidário, receção e entrega de bens à população em geral, ao abrigo do programa “Reerguer Leiria”.

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DIVISÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

1. Programa de Participação à Aquisição de Medicamentos do Concelho de Leiria

Foram apresentadas 201 candidaturas, das quais, 78 deferidas, 9 indeferidas, 4 apreciadas liminarmente e 95 em análise.

2. Programa de Participação ao Arrendamento do Município Leiria

Foram rececionadas 23 candidaturas, das quais 5 deferidas, 4 indeferidas, 14 em análise. Neste período existiam 230 processos ativos, dos quais 7 cessaram, ficando ativos 223 processos familiares.

3. Programa Creche Para Todos

Não foram apresentadas candidaturas para a integração em creche da rede privada devido à existência do programa nacional Creche Feliz.

4. Fundo Municipal de Emergência Social (FMES)

Foram apresentadas 32 candidaturas, das quais, 6 deferidas, 1 indeferida e 20 em análise.

5. Táxi Social 65+

Foram rececionadas 35 candidaturas, das quais 6 deferidas, 1 indeferida e 25 em análise.

6. Banco Local de Voluntariado de Leiria

Foram registados 16 novos/as voluntários/as. Foram integrados/as 14 voluntários/s em programas de voluntariado de longa duração.

7. Programa Teleassistência

Foram rececionadas 2 candidaturas. Foi deferida 1 candidatura. Houve 1 desistência. No total, estão a usufruir do apoio 48 beneficiários.

8. Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)

Encontravam-se em situação de sem abrigo, 13 pessoas, 17 pessoas no projeto Morada Certa - Housing First e 8 pessoas integradas em Apartamentos Partilhados. O NPISA recebeu 1 novas sinalizações de PSSA, que se encontra a ser objeto de análise e avaliação.

9. Gabinete de Atendimento Social (GAS) e REEQUER Leiria (Mercado Sant'Ana)

Foram registados 423 atendimentos, realizados presencialmente no GAS.

No Mercado de Sant'Ana no espaço do "Reequer Leiria" foram efetuados 105 atendimentos presenciais, entre os dias 10 e 27 de fevereiro 2026.

10. Balcão da Inclusão

Não foram realizados atendimentos na área do balcão da inclusão.

11. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Foram realizados 411 atendimentos, 403 a particulares e 8 entidades.

12. Projeto Viver Melhor

Classes Mobilidade – 16 sessões com uma média de 18 participantes por sessão; Capoeira – 8 sessões com uma média de 5 participantes por sessão; Oficinas Criativas – 8 sessões, com uma média de 9 participantes; Baile de Carnaval AMITEI com 5 participantes; entrega de Cabaz Solidário com 27 participantes; Sessão sobre os Impactos psicológicos e emocionais da tempestade Kristin com as enfermeiras da UCC Dr. Arnaldo Sampaio com 14 participantes e atividade do Dia da Árvore do Viver Melhor com 19 participantes.

13. SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) do Concelho de Leiria – Transferência de competências na área social

Realizados 400 atendimentos descentralizados, 70 visitas domiciliárias, 280 contactos telefónicos e 133 articulações com serviços; 27 novos requerimentos de Rendimentos Sociais de Inserção (RSI) atribuídos; 35 candidaturas a Programas de Apoio do Município de Leiria; 16 ocorrências LNES.

14. Habitação

Relativamente à ELH, no âmbito do 1º Direito - AVISO Nº1 - RE-CO2i01/2021 – PRR. Continuação da construção 6 fogos de HS – Coimbra e requalificação de 1 fogo - Milagres. Requalificação da HS casa 4 no Bairro Social dos Parceiros, da HS casa 52 – Ortigosa e da HS Sto. António do Carrascal.

15. Habitação Social Municipal

Foram realizados 12 pedidos de habitação social, no período em apreço.

16. Pro Leiria

Foram analisadas e aprovadas, em Reunião de Câmara, apoios para 27 instituições para a implementação de atividades/projetos no valor de €190.499.60 e 2 candidaturas para apoio ao investimento, no valor de 21.478.80€.

17. Saúde

Continuidade do Projeto Bata Branca

DEPARTAMENTO DE DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE DESPORTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

1. ASSOCIATIVISMO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DESPORTIVA

1.1. Apoio ao Associativismo Desportivo

1.1.1. PRO Leiria 2023, 2024 e 2025: Desbloqueamento das verbas referentes aos montantes do apoio, consoante os casos, após assinatura dos Contratos-Programa (40% do apoio) e entrega de 70% ou 100% dos comprovativos de despesa, relativas às correspondentes tranches do apoio;

1.1.2. PRO Leiria 2025: PRO Leiria - Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – comunicação de documentação em falta, relativamente às candidaturas apresentadas neste âmbito, designadamente Prática Desportiva Federada, Apoios Pontuais e atribuição de Espaços Desportivos;

1.1.3. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2026 – Apoio Pontual, aprovado em Reunião de Câmara de 09.03.2026, no valor de €500,00 (quinhentos euros) – à Associação Cultural e Desportiva Leiria Já Ginga, para a realização do “Capoeira Kids 2026”;

1.1.4. Outros Apoios Pontuais e Parcerias (apoios financeiros e logísticos - cedências de materiais, espaços e ofertas institucionais, a diversas entidades):

- Apoio financeiro de €1.000,00 (mil euros), à Academia de Esgrima do Lis, para a participação no “Campeonato da Europa de Cadetes e Juniores – Tbilisi (Geórgia)”, ratificado em Reunião de Câmara de 9 de março de 2026;
- Apoio financeiro de €2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta euros), ao Ginásio Clube Acrotumb de Leiria para a participação no “MIAC 2026 – Maia Internacional Acrocup”, ratificado em Reunião de Câmara de 9 de março de 2026;
- Apoio financeiro de €1.000,00 (mil euros), ao Grupo Alegre e Unido para a realização do “Corta-Mato da Bajouca”, ratificado em Reunião de Câmara de 9 de março de 2026;
- Apoio não financeiro no valor estimado de ~~€1.250~~ €17.850,00 (dezassete mil duzentosoitocentos e cinquenta euros), ~~à União Desportiva da Serra~~ para a “Cedência de holofotes de iluminação para campos de futebol 11”, aos seguintes Clubes: Grupo Desportivo Recreativo e Cultural “Os Unidos” (6 holofotes, no valor de €1.500,00), Associação Desportiva Colégio Conciliar Maria Imaculada (12 holofotes, no valor de €3.000,00), Associação MR Football Academy (6 holofotes, no valor de €1.500,00), Grupo Recreativo Amigos da Paz (16 holofotes, no valor de €4.000,00), União Desportiva de Leiria (12 holofotes, €3.000,00), Sport

Clube Leiria e Marrazes (6 holofotes, no valor de €3.600,00 e GDSA (5 holofotes, no valor de €1.250,00), aprovado [realização do “8.º Trail do Chicharo da Serra”, ratificado](#) em Reunião de Câmara de 23 de [março](#) de 2026.

1.2. Programa de Formação Desportiva

1.2.1. Leiria Bike

Coordenação do programa Leiria Bike, em parceria com os 8 Agrupamentos de Escola do concelho, que conta com a participação de 2000 crianças do primeiro ciclo no programa.

1.3. Divulgação Desportiva

Atualização e publicação de conteúdos no Site, Facebook e Instagram do “leiriadesporto.pt”, com informação alusiva aos diversos programas desportivos municipais, eventos e iniciativas desportivas das Associações/Clubes Desportivos do Concelho, que decorreram entre os meses de fevereiro e março de 2026.

2. PROGRAMA DE DESPORTO INFORMAL

2.1. Eventos Desporto Informal

No âmbito da programação prevista, destacam-se iniciativas como a Rede de Percursos Pedestres de Leiria, Leiria Run e a Meia Maratona de Leiria entre outras atividades de promoção desportiva e valorização do território.

Contudo, na sequência da tempestade Kristin, que provocou diversos constrangimentos ao nível das infraestruturas e condições de segurança, tornou-se necessário proceder à reprogramação e recalendarização global das atividades inicialmente previstas. Esta reorganização teve como principal objetivo garantir a realização dos eventos em condições adequadas, salvaguardando a segurança dos participantes e a qualidade das iniciativas.

Neste contexto, foram estabelecidos contactos com todas as Juntas de Freguesia do concelho, com o intuito de avaliar o estado de conservação e acessibilidade dos percursos pedestres, muitos dos quais foram afetados pelas condições meteorológicas adversas. Paralelamente, foi agendada uma reunião com os clubes e entidades parceiras envolvidas na dinamização das atividades, de forma a alinhar estratégias, redefinir calendários e assegurar uma articulação eficaz entre todos os intervenientes.

3. PROGRAMA DE DESPORTO FORMAL

Programa Viver Activo e Academia Sénior

- Atendimento geral, de forma a dar resposta a questões relacionadas com os dois programas;
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores e também com a equipa administrativa para preparação e planificação da reabertura do programa Viver Activo, após o encerramento em consequência da tempestade “Kristin”.
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores sobre novas atividades e monitorização e avaliação das aulas e dos testes de aptidão física;
- Coordenação e acompanhamento das consultas de psicologia, realizadas a partir de 23 de fevereiro de 2026.

4. GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – ACORDOS

4.1. Pavilhões Desportivos Municipais

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, a DID operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

No seguimento da tempestade Kristin por uma grande parte dos pavilhões ter sido afetada inviabilizando ou condicionado a utilização regular por parte dos clubes, para dar resposta às necessidades dos clubes procedemos à redistribuição dos espaços de treino nos pavilhões desportivos municipais aptos, que incluiu o processo de locação de horas no pavilhão do Colégio dos Milagres.

Foram marcados/alterados jogos, torneios, etc. dos respetivos campeonatos oficiais, num total de 297 competições.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Procedeu-se ainda, à análise dos relatórios quadrimestrais dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos PDM, no período de vigência 2021/2025.

Efetou-se mensalmente o controlo dos formulários de presença dos clubes utilizadores nos PDM e no Pavilhão da Escola Rodrigues Lobo, Pavilhão da Escola José Saraiva.

Quanto à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza regular e pontual/extraordinária do espaço.

4.2. Piscinas Municipais de Caranguejeira e Maceira

- Acompanhamento de trabalhos e pequenas reparações a realizar pelas empresas de tratamento de água e manutenção (DPM e KINGMAN);
- Análise e acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo em vigor;
- Acompanhamento empreitada realizadas na substituição das duas caldeiras e acessórios de forma a normalizar as temperaturas necessárias ao bom funcionamento da instalação.

5. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Complexo Municipal de Piscinas de Leiria

- Reorganização de procedimentos de forma a melhorar continuamente o bom funcionamento dos diversos serviços da infraestrutura desportiva – CMPL;
- Controlo e monitorização dos acessos à infraestrutura desportiva - CMPL;
- Análise e resposta aos munícipes, na sequência das reclamações/ sugestões apresentadas;
- Realização das correspondentes reuniões de operacionalização com as empresas de tratamento de águas e de manutenção, respetivamente, DPM e Kingman;
- Realização de reparações, manutenções e limpeza geral garantindo o bom funcionamento do equipamento;

6. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa

6.1. No período em referência, o Estádio Municipal de Leiria viu-se impossibilitado de acolher atividades desportivas devido aos danos provocados pela tempestade Kristin. Perante este cenário, a prioridade incidiu na avaliação e recuperação da infraestrutura. Foram prontamente diligenciados trabalhos de

identificação de danos e realizadas operações de limpeza profunda para garantir as condições mínimas de funcionalidade no imediato. Paralelamente, deu-se início ao processo administrativo de consulta ao mercado, com a solicitação de orçamentos para as intervenções de recuperação definitiva.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

No período em análise, os serviços culturais sob responsabilidade da Divisão de Ação Cultural, no âmbito das suas competências e em articulação com o planeamento estratégico definido pelo Executivo Municipal, desenvolveram um conjunto significativo de ações, das quais se destacam as seguintes:

1. Gabinete de Apoio à Cultura

No âmbito do Regulamento de Atribuição de Auxílios – PRO Leiria, em vigor no Município de Leiria, foram submetidas 6 candidaturas ao programa de apoios municipais para o ano de 2026. Registou-se o atendimento presencial a cerca de 80 entidades associativas da área cultural e aproximadamente 340 atendimentos telefónicos.

No que respeita aos apoios financeiros ao associativismo, foram instruídos e regularizados 34 pagamentos.

2. Centro Cultural Mercado de Sant’Ana (CCMS)

A atividade centrou-se na gestão corrente dos recursos humanos afetos ao equipamento e no acolhimento do Gabinete Reerguer Leiria. Desde 10 de fevereiro, este espaço passou a integrar o referido gabinete, com o objetivo de apoiar munícipes, empresas e instituições afetadas por situações graves, designadamente na submissão de candidaturas à recuperação de habitação própria e permanente, através da plataforma da CCDR Centro. O Auditório Manuel Artur Santos e outros espaços do edifício acolheram equipas técnicas municipais responsáveis pela análise dessas candidaturas.

Paralelamente, a equipa do CCMS assegurou apoio logístico e operacional a diversas iniciativas, incluindo o armazém solidário – Mercado Falcão, a gestão de acervos expositivos e o suporte a equipamentos culturais da DIAC e da DIMPC, bem como ao Teatro Miguel Franco e ao Teatro José Lúcio da Silva.

3. Banco das Artes Galeria (BAG)

A atividade esteve condicionada pelo encerramento ao público, decorrente dos danos provocados pelas intempéries, que afetaram a cobertura e a segurança das salas expositivas.

Neste contexto, foi dada prioridade à salvaguarda do património artístico, com devolução das obras expostas e realização de intervenções técnicas de mitigação de danos, bem como à preparação de futuras intervenções de reabilitação. Foi reforçada a componente de mediação cultural através do programa “Fora de Portas”, com planeamento de ações pedagógicas em contexto escolar e consolidação de parcerias estratégicas, nomeadamente com a Fundação de Serralves, no âmbito da participação no evento Bioblitz. Destaca-se ainda a retoma do programa “Palcos da Arte”, em colaboração com o Politécnico de Leiria, envolvendo alunos na criação de uma narrativa performativa itinerante sobre o percurso Korrodi, com apresentação prevista para maio.

Apesar do encerramento do espaço, foram dinamizadas 2 atividades no exterior, com um total de 52 participantes.

4. Leiria Cidade Criativa da Música | UNESCO (LCCM)

No período em análise, e no contexto excecional decorrente da tempestade Kristin, foram desenvolvidas ações de apoio ao programa Reerguer Leiria, nomeadamente na identificação e análise de danos reportados por entidades culturais.

Realizaram-se reuniões de trabalho no âmbito do projeto “Filarmonias: Música para Todos”, visando a inclusão social e cultural de jovens entre os 10 e os 16 anos, em articulação com as bandas filarmónicas do concelho.

Destaca-se ainda a participação em reunião das cidades criativas portuguesas, nas Caldas da Rainha, a presença na BTL com os artistas Surma e Trio Marabilha, a regularização de procedimentos relativos ao IV Festival Leiria Cidade Criativa da Música e a preparação do Jazz Day Relay - Dia Internacional do Jazz.

5. Teatro Miguel Franco

Foram acolhidas 40 iniciativas culturais, distribuídas pelas áreas do teatro (5), dança (3), música (7), cinema (11) e outros eventos (14).

Registou-se um total de 3.765 espectadores e uma receita de €16.066,50.

6. Black Box – Plataforma de Criação Artística

Foram realizadas 10 ações culturais, incluindo teatro (4), música (3) e outros eventos (3), com um total de 637 espectadores.

7. Grandes Eventos

Na sequência da tempestade Kristin, foram cancelados os eventos Festa do Povo e Leiria Medieval 2026.

Não obstante, o setor assegurou o acompanhamento de outras iniciativas, nomeadamente:

- A iniciativa “75 Minutos de Paz”, do pianista e compositor Gerardo Rodrigues, com concertos previstos em todas as freguesias do concelho;
- A articulação e contratualização da participação da Associação de Filarmónicas do Concelho de Leiria nas comemorações oficiais do 25 de abril, incluindo licenciamentos e logística;
- A gestão dos seguros municipais relativos a espaços culturais e exposições da DIAC e da DIMPC.

8. Stay Lab – Galeria MAS

Espaço afeto ao funcionamento do Gabinete Reerguer Leiria.

9. Cineteatro de Monte Real

Equipamento encerrado desde a ocorrência da tempestade Kristin.

10. Centro de Artes Villa Portela (CAVP)

Durante o período em referência, destacam-se as seguintes ações:

- Desmontagem da exposição “Sonho Manifesto” e ativação de seguros, incluindo relatórios técnicos de avaliação de danos;
- Apoio à exposição de João Paulo Feliciano (Fundação de Serralves), incluindo manutenção, desmontagem e verificação do estado das obras;
- Produção das exposições “Corpo Fantasma” e “Fazer o Tronco”, em articulação com a CACE;

- Reprogramação das atividades de mediação cultural e desenvolvimento de projetos “Fora de Portas” e Bioblitz;
- Supervisão da manutenção dos edifícios, jardins e infraestruturas, incluindo reporte técnico de inconformidades;
- Realização de reuniões com artistas e agentes culturais, bem como visitas técnicas no âmbito do Plano Nacional das Artes;
- Desenvolvimento de comunicação institucional e digital, incluindo atualização de conteúdos e registo dos danos e intervenções;
- Apoio a iniciativas como o Dia Mundial da Árvore e acolhimento de reuniões no âmbito do Plano de Ação Cultura – Reerguer Leiria;

Gestão da Loja Villa Portela, com destaque para a preparação de exposições temporárias.

DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL

1. Agromuseu Municipal Dona Julinha

O Agromuseu Municipal Dona Julinha, após o encerramento devido à Tempestade *Kristin*, reabriu no dia 8 de março, tendo acolhido 184 visitantes, neste período, entre os quais, 82 visitantes no âmbito da exposição ‘Raízes de Mulher: Sementes de Futuro’ e 92 participantes numa atividade de serviço educativo.

Para além das atividades gerais, foram respondidos dois inquéritos anuais do Instituto Nacional de Estatística (INE). No âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas”, foram preparadas atividades do serviço educativo a dinamizar em escolas do concelho. O Agromuseu Municipal Dona Julinha dinamizou ainda atividades na BTL de Lisboa.

2. Castelo de Leiria e a Igreja de São Pedro

O Castelo de Leiria e a Igreja de São Pedro, devido aos efeitos causados pela depressão *Kristin* na madrugada do dia 28 de janeiro, encontram-se até à data, encerrados temporariamente ao público. Deste modo, durante o período em análise, não existem dados para valores de contabilização de visitantes.

No âmbito do Projeto “Reerguer Leiria”, durante o referido período, verificou-se o destacamento de quatro colegas da equipa, para apoio nas atividades desenvolvidas no Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa, Pavilhão Municipal dos Pousos, e Mercado Falcão. Ainda nesse âmbito, foi dado apoio ao levantamento dos danos em bens imóveis com valor patrimonial do concelho, designadamente com preenchimento dos dados no mapa enviado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I.P. (CCDRC). Foi igualmente iniciado o levantamento dos danos na sinalética interpretativa do Castelo de Leiria e Cidade. Procedeu-se ao acompanhamento das operações de limpeza e remoção, no monumento, das árvores e outras espécies vegetais danificadas, e publicados nas redes sociais do Castelo de textos sobre os ditos trabalhos e sobre uma das espécies arbóricolas (freixo) que resistiu à intempérie. Foi prestado apoio na mitigação dos riscos no edifício do m|ilmo – museu da imagem em movimento, relacionados com os danos causados pela tempestade.

Foram respondidos três inquéritos anuais do Instituto Nacional de Estatística (INE). No âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas” foram preparadas as atividades do Serviço Educativo a dinamizar em escolas do concelho. Foi efetuada uma representação do Castelo com a oficina “Pequenos Arquitetos do Reino” na BTL de Lisboa.

Monitorização geológica e estrutural das Muralhas do Castelo de Leiria: participação em reuniões técnicas;

3. CIALV - Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho e Vale do Lapedo

O CIALV - Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho e Vale do Lapedo encontram-se encerrados ao público desde 28/01/2026, em consequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*.

Atividades gerais: ações pós tempestade *Kristin*: articulação com diversas entidades para mitigação dos danos no Abrigo do Lagar Velho, contratação e acompanhamento do processo conducente à colocação de novas lonas exteriores no CIALV; desenvolvimento do projeto de mediação cultural para o Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR e dos eixos de ação da Marca de Património Europeu; acompanhamento e gestão das ações subsequentes à atribuição da Marca de Património Europeu 2025 ao Abrigo do Lagar Velho/ Criança do Lapedo/ Vale do Lapedo (participação em reuniões com a equipa da Marca, articulação da logística necessária às filmagens no Museu de Leiria, Abrigo do Lagar Velho e Museu Nacional de Arqueologia, gestão do processo administrativo para participação na cerimónia de atribuição do prémio em Bruxelas).

4. No CDIL – Centro de Diálogo Intercultural de Leiria:

A **Igreja da Misericórdia** encontra-se encerrada ao público desde 28/01/2026, em consequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*;

A **Casa dos Pintores** esteve encerrada ao público entre 28/01/2026 e 19/03/2026, tendo reaberto a 20/03/2026. Desde este dia até 31/03/2026, foram contabilizados 64 visitantes em regime de visita livre.

5. m|jimo - museu da imagem em movimento

O m|jimo - museu da imagem em movimento, devido aos danos no edifício causados pela depressão *Kristin* na madrugada do dia 28 de janeiro, encontra-se até à data, encerrado temporariamente ao público, pelo que no período em análise, não existem dados para valores de bilheteira e contabilização de visitantes.

Foram desenvolvidas diversas atividades de Serviço Educativo para programação do museu fora de portas com um total de 162 participantes: exibição do filme “Ai Flores do Verde Pinho: Leiria, uma cidade romântica”, e conversa com o realizador Domingos Monteiro, na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, que teve a participação da Academia Sénior da Santa Casa da Misericórdia, o Centro de Convívio de Leiria e os alunos do CAA da Escola D. Dinis; presença no T.JLS com a demonstração de um projetor de cinema da coleção do m|jimo durante a exibição do filme “Lumière, a aventura continua!” para escolas do concelho no âmbito do Plano Local de Cinema; a realização de atividades para alunos da escola Básica e Secundária Henrique Sommer, no âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas”; representação do m|jimo com oficinas de brinquedos óticos na BTL em Lisboa. A conceção do projeto “Património em Rede”, com os serviços educativos dos espaços culturais DIMPC e DIAC, nas escolas do concelho foi também organizado pelo serviço educativo do m|jimo.

Durante este período, a equipa do museu pôde desenvolver tarefas de gestão interna, com foco no Plano de Segurança e Plano de Conservação Preventiva, em funções de mitigação dos riscos no edifício relacionados com os danos causados pela depressão *Kristin*; limpeza e reorganização da Reserva Visitável; higienização de 150 bens patrimoniais do acervo; embalamento das bobines de filmes para depósito no Arquivo Nacional das Imagens em Movimento – Cinemateca Portuguesa e ainda o planeamento de duas exposições para reabertura do m|jimo, uma delas dedicada ao acervo Fabião.

Foram também desenvolvidos 2 projetos para candidatura ao financiamento PROMUSEUS da Rede Portuguesa de Museus, um na área das acessibilidades do museu (inclusão) e outro na área da capacitação de equipas.

Para apoio ao Reerguer Leiria, durante este período, foram destacados dois trabalhadores da equipa.

6. Moinho do Papel

O Moinho do Papel encontra-se encerrado ao público desde 28/01/2026, em consequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*, pelo que não foram contabilizados visitantes, neste período.

Para além das atividades gerais, foram realizados o levantamento e limpeza dos estragos dentro do edifício do Moinho.

No âmbito do projeto “Património em rede – Fora de Portas”, foram preparadas atividades do serviço educativo a dinamizar em escolas do concelho, tendo se deslocado ao Agrupamento de Escolas Henrique Sommer para a realização da oficina do Serviço Educativo “Como nasce o papel”.

Para apoio ao Reerguer Leiria, durante este período, foi destacada uma trabalhadora de equipa.

7. Museu de Leiria

O Museu de Leiria encontra-se encerrado ao público desde 28/01/2026, em consequência dos danos causados pela tempestade *Kristin*, pelo que não foram contabilizados visitantes, neste período.

Para além das atividades gerais, devido aos efeitos da tempestade *Kristin*, a equipa do Museu de Leiria foi mobilizada para realização outras tarefas, nomeadamente: apoio à população (distribuição de materiais no Pavilhão dos Pousos e Estádio de Leiria; integração nas equipas responsáveis pelo tratamento das candidaturas a apoio financeiro); integração nas equipas municipais responsáveis pelo diagnóstico de danos patrimoniais e monitorização de dados para os devidos relatórios.

Atividades pedagógicas e ações de valorização e divulgação do património cultural local: adequação de atividades de serviço educativo ao projeto “Fora de Portas”, a realizar em escolas do concelho; planeamento e mediação de programação cultural e artística a realizar futuramente; gestão das sessões de serviços educativos e programação cultural; criação e divulgação de conteúdos para as redes sociais do Museu, CDIL e Leiriagenda.

O museu tem participado em vários projetos de investigação, preservação, valorização e na área do património cultural, com especial relevância a inventariação das coleções de pintura moderna (séc. XVI – XIX) e de objetos em plástico do Museu; inserção de dados do Inventário do acervo do Museu de Leiria na plataforma *In Patrimonium*; catalogação do fundo documental do museu, em articulação com a BMALV e a execução por um elemento da equipa do Castelo de Leiria; gestão do processo com vista ao restauro de obras de Lino António e das obras de Teresa Arriaga (doadas ao Município e existentes no edifício da CML); acompanhamento do processo de fotografia das obras da exposição “Sousa Lopes”; acompanhamento da contratação do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria. – Fase 2, integrada no projeto geral de Estabilização e Valorização do Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; acompanhamento e gestão das ações subsequentes à atribuição da Marca de Património Europeu 2025 ao Abrigo do Lagar Velho/ Criança do Lapedo/ Vale do Lapedo: participação em reuniões com a equipa da Marca, articulação da logística necessária às filmagens no Museu de Leiria, Abrigo do Lagar Velho e Museu Nacional de Arqueologia, gestão do processo administrativo para participação na cerimónia de atribuição do prémio em Bruxelas; produção de 32 pareceres/ informações/ análises de arqueologia e património para informar DOM, DGU, DITSR, DIADS,

Gabinete Técnico Florestal e arqueólogos responsáveis por intervenções no concelho; participação na comissão de vistorias a edifícios degradados no centro histórico (participação em reuniões técnicas/ de monitorização; produção de pareceres); acompanhamento do processo de monitorização geológica e estrutural das Muralhas do Castelo de Leiria (participação em reuniões técnicas, análise dos relatórios); elaboração dos autos de suspensão dos contratos Trabalhos Arqueológicos no âmbito do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria. – Fase 2. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Mediação Cultural no âmbito do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria. Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR E DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

Importa referir que, a 28 de janeiro ocorreu a tempestade Kristin e a intervenção ao nível da educação teve de ser reajustada, redefinidas prioridades e modos de atuação.

O Departamento atuou como um todo, Divisão de Gestão Escolar (DIGE) e Divisão de Programas Educativos (DIPE), dando prioridade à **reconstrução do edificado e à retoma da normalidade nos 112 edifícios escolares**, independentemente das áreas de trabalho e competências de cada um.

Além das ações imediatas de reparação, a Câmara Municipal de Leiria implementou medidas adicionais sempre que tal fosse necessário, como a reafectação de espaços (deslocalização de alas de salas de aula para espaços da comunidade, associações, aluguer de tendas para serviço de refeições escolares, para desenvolvimento da atividade desportiva) e a aquisição de monoblocos (17 salas). O objetivo comum era que todos os alunos pudessem retomar às aulas presenciais em condições seguras, certos de que as soluções à distância seriam apenas excecionais e temporárias.

Paralelamente às medidas de reparação e à reafectação de espaços, o Município de Leiria implementou o programa "**Abraços que Cuidam**", um projeto dedicado ao apoio emocional das crianças do pré-escolar e 1.º ciclo do concelho, abrangendo um total de **118 turmas**. Esta iniciativa, implementada pela equipa multidisciplinar PIPSE do Município de Leiria, visou ajudar os alunos a identificar e gerir emoções, promovendo a descoberta de sentimentos positivos e ensinando estratégias práticas de autocontrolo para enfrentar situações adversas.

Da mesma forma, alguns projetos educativos em curso nas escolas retomaram, como é o caso dos "**Pequenos Cantores de Leiria**", no 1.º ciclo. O **programa "Arte Palmas"**, que leva a dança e a música às crianças do pré-escolar, também foi reativado, proporcionando momentos de expressão artística e bem-estar emocional. À medida que as crianças regressavam à escola retomavam igualmente a maioria das Atividades de Enriquecimento Curricular e os restantes programas de apoio à família, como as AAAF e CAF, assegurando o acompanhamento e o desenvolvimento integral dos alunos.

1.ª FASE - IDENTIFICAÇÃO DE ESCOLAS DE ACOLHIMENTO PARA PROFISSIONAIS DA LINHA DA FRENTE:

Estabelecimento de Ensino de acolhimento 02.e 03 de fev.	Agrupamento
EB Capuchos	D. Dinis
Bombeiros Voluntários de Maceira	Maceira
EB Arrabal	Caranguejeira e Santa Catarina da Serra
EB 2,3 Correia Mateus	Domingos Sequeira
	Dr. Correia Mateus
Centro Escolar José Matoso	Marrazes
Boavista (Machados)	Colmeias
EB Bajouca	Rainha Santa Isabel

2.ª FASE - REABERTURA FASEADA DAS ESCOLAS:

Data	N.º escolas	N.º alunos	% Escolas	% Alunos
Quarta-feira (4 fev)	64	7548	57,14%	48,22%
Quinta- feira (5 fev)	19	3158	16,96%	20,18%
Sexta-feira (6 fev)	9	469	8,04%	3,00%
Segunda-feira (9 fev)	16	2328	14,29%	14,87%
Terça-feira (10 fev)	4	1643	3,57%	10,50%
Quinta-feira (12 fev)		113		0,72%
Quinta- feira (19 fev)		393		2,51%
Total escolas e alunos	112	15652	100,00%	100,00%

- Escolas deslocalizadas em espaços da comunidade:**

EB Caranguejeira	1.º e 4.º ano Associação de Caldelas e 2.º e 3.º anos Sede dos Escuteiros
EB Soutos	Pré-escolar JI Caldelas e 1.º ciclo EB Souto do Meio
EB Maceira	Pré-escolar - EB Costas e JI A-do-Barbas; 1.º Ciclo – CAF Os Coloridos (Ex-EB Pocariça) - 2 turmas, 4 turmas na EB Maceira (CE) e 2 turmas monobloco
EB1 Marrazes	Escola Monsenhor José Galamba de Oliveira
EB Carvide	Casa do Povo e sala anexa à Igreja
EB Carreira	Junta de Freguesia e refeições salão igreja
EB Andrinós	Pré-escolar na EB Dr. Correia Mateus
JI Riba D'Aves	Sala anexa à Capela

- Aberturas Parciais:**

EBS H Sommer	2.º ciclo, 7.º e 8.º anos regressaram às aulas dia 19 de fevereiro
EB N. º2 de Marrazes	9.º ano regressou na totalidade dia 19 de fevereiro Aulas do 7.º e 8.º anos na EB1 Marrazes (até à colocação de monoblocos)
ESALV	10.º ano online - regresso à escola dia 19 de fev.

- Equipamentos provisórios:**

EBS H Sommer	15 salas em monoblocos
EB N. º2 de Marrazes	12 salas em monoblocos 1 tenda para a atividade física e desportiva
EB Dr. Correia Alexandre - Caranguejeira	1 tenda para instalação de refeitório e espaço polivalente

A DIGE e a DIPE, com a colaboração da DIAF, constituíram equipas no terreno para efetuar o levantamento de necessidades de reparação do edificado, bem como dos Programas de Apoio à Família, em articulação com as Juntas de Freguesia, DEOM e o DGECO.

No âmbito da política educativa municipal, nos dias 26 de fevereiro e 26 de março de 2026 reuniu o **Conselho de Diretores** (constituído pelos diretores dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas).

No dia 10 de março reuniram os diretores dos Agrupamentos de Escolas/Escolas Não Agrupadas e Colégios para definirem o **Calendário Escolar para 2026/27**. Mantem-se a organização letiva por semestres

no concelho de Leiria, com exceção do Colégio Nossa Senhora de Fátima que mantém a organização por trimestres.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR

No que toca à reabilitação do parque escolar, encontram-se em curso as obras de requalificação na Escola Básica D. Dinis, cuja previsão de conclusão passou para dezembro, face aos danos causados pela Kristin; e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, cuja obra decorre dentro do planeado, bem como a construção da EB de São Romão.

Ainda no âmbito da requalificação do parque escolar, ao abrigo do PRR, encontra-se concluído o projeto da EB 2, 3 de Marrazes (P2) e a decorrer a elaboração dos projetos para a requalificação da EB Dr. Correia Alexandre (P2) e EB Santa Catarina da Serra (P2).

Em consequência da tempestade e face à gravidade dos danos na EBS Henrique Sommer (P3) e EB Colmeias (P3), encontram-se em fase de projeto de requalificação destes estabelecimentos, com recurso exclusivo a receitas do município.

No âmbito do processo de transferência de competências da administração central para o Município, na área da educação (2.º, 3.º ciclos e secundárias), continuou o trabalho de acompanhamento, monitorização e avaliação do processo, nomeadamente ao nível da criação de condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Assim, na sequência da monitorização efetuada, foi aprovada a Quinta Modificação ao Contrato Interadministrativo de delegação de Competências celebrado com os agrupamentos de escolas e com as escolas secundárias cujas transferências passaram a ser mensais.

DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No período em análise, foram desenvolvidos diversos projetos e ações no âmbito do Projeto Educativo Municipal:

- **Plano Inovador de Promoção do Sucesso Escolar da Região de Leiria (PIPSE):** continuidade da intervenção da equipa multidisciplinar.
- **Redes na Escola – Dá o Salto:** intervenção da equipa multidisciplinar nos 2.º, 3.º ciclos e secundário para combate ao insucesso escolar, em parceria com a Inpulsar e Global Diáspora.
- **Programa Investir na Capacidade:** desenvolvimento do potencial de crianças e jovens com capacidades acima da média, com duas sessões realizadas.
- **Pequenos Cantores de Leiria:** projeto musical dinamizado pela Academia Coral Mezzo, com participação de várias escolas dos oito agrupamentos, culminando com um concerto a 28 de março, no Pavilhão Carlos Neto.
- **Estendal do Vento:** Iniciativa alusiva às comemorações do Dia da Árvore, que consistiu numa mostra de desenhos produzidos pelas crianças, exposta em vários pontos da cidade.

Foi dada continuidade aos procedimentos **de regularização das dívidas referentes ao Programa de Refeições e Atividades de Animação e Apoio à Família**, em articulação com os Agrupamentos de Escolas. O objetivo é promover uma maior transparência e facilitar o cumprimento das obrigações por parte dos encarregados de educação, assegurando o acesso dos alunos aos serviços prestados.

Quanto ao **Gabinete de Apoio às Refeições Escolares**, foram realizadas **38 monitorizações** aos refeitórios escolares e dinamizado o **projeto” À Mesa todos Contam”**, que visa promover um ambiente escolar inclusivo e acolhedor das diferentes dietas quer por questões religiosas, alergénicas, intolerâncias

alimentares ou opções vegetarianas, com o objetivo de promover o conhecimento e o respeito pelas diferenças alimentares em contexto escolar.

UNIDADE DE BIBLIOTECA MUNICIPAL

No período referido em epígrafe, a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira- BMALV, a “Casa dos Livros de Leiria”, deu continuidade ao seu plano de ação, como espaço de estudo, investigação, oferta cultural eclética, promoção do livro, da escrita, dos autores e da leitura.

Neste período:

- Entraram na Biblioteca 17.559 utilizadores;
- Realizaram-se 204 novos cartões de leitor;
- Realizaram-se 6.663 empréstimos;
- Na Caixa de Devoluções entregaram 330 documentos.
- Acessos aos computadores: 140 utilizadores.

Listagem de Livros/Documents TOP / Existências Mais Empréstadas:

Posição	Título	Quantidade
1	Naruto	35
2	Os mauzões	32
3	Demon Slayer	19
4	Heartstopper	10
5	Volta ao mundo	9
6	Dinossauros	8
7	O mundo à beira de um ataque de nervos	8
8	Twisted	8
9	Visão	7
10	Spy x family	7



FEVEREIRO '26
AGENDA

28 17h
Leiria Comidas com **José Pedro Castanheira**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de José Pedro Castanheira

07 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

14 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

21 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

28 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel



MARÇO '26
AGENDA

21 17h
Leiria Comidas com **João de Melo**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de João de Melo

07 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

14 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

21 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

28 10h30
Leiria Comidas com **Luís Miguel**
Apresentação do livro «Leiria Comidas» de Luís Miguel

Atualmente, as redes sociais da BMALV têm:

- Facebook – 10.868 seguidores
- Instagram – 4.318 seguidores
- Youtube - 351 seguidores
- X - 23 seguidores
- Threads – 587 seguidores

Relativamente aos canais de comunicação da BMALV:

- WhatsApp – 45 seguidores
- Telegram – 112 seguidores

Neste período em apreço a BMALV apresentou a sua **agenda cultural eclética**, com oferta relativa a diversas manifestações culturais, com destaque para o Leiria Convida com João de Melo, apresentação de livros, exposições, ateliês, e outras atividades para todos os públicos.

Apresentação dos Livros:

- «O Resgate da tua Luz em 12 passos» de Irene Luz Oliveira

Realizaram-se ainda na galeria de arte da BMALV, as exposições

- O chão transformado em ondas de Ricardo Gomes;
- Fotografia coletiva God Publish de 2026.

Decorreu ainda, o Clube de Leitura Livros & C.^a, o Clube de Leitura para Jovens «Sociedade das Raposas», o Clube de Leitura Sénior de Leiria, a Comunidade de Leitores – Academia Pometeu, a Meditação na Biblioteca, a Malharia – Encontro de Malhas, o atelier «Ideias e Brincadeiras», a Hora do Conto nas Freguesias, a Hora do Conto, Bebeteca, a Bebeteca Extra na Ludoteca e Momento Musical com o Saxofonista Nuno Mendes.

Ludoteca Municipal de Leira

Neste período:

- Entraram na Ludoteca 2.242 utilizadores.
- Realizaram-se 2.201 consultas (Publicações Periódicas, Livros Adulto, Livros Infante / Juvenil e Jogos).
- Realizaram-se 12 atividades - 218 participantes.

Animação

- Bebeteca – 4 sessões – 45 crianças + 64 acompanhantes
- Hora do Conto – 2 sessões – 26 crianças + 16 acompanhantes
- Ideia e Brincadeiras – 2 sessões – 18 crianças + 32 acompanhantes
- Histórias de Fio a Pavio – 4 sessões – 59 utentes + 10 acompanhantes
- Histórias de Fio a Pavio Fora de Portas – 1 sessão - 150 utentes + 9 acompanhantes
- Histórias que abraçam – 2 sessões – 11 crianças + 6 acompanhantes
- Visitas / Hora do conto – 6 sessões – 123 crianças + 20 acompanhantes
- Projeto - "Conta-nos histórias" - Serviço pediatria – 14 crianças + 38 empréstimos

- Projeto - "Conta-nos histórias" - Serviço UCEP – 6 crianças
- Visitas BMALV – Sala Afonso Lopes Vieira – 7 visitas – 83 participantes

Neste período em apreço decorreram também os projetos:

Tertúlia "Janelas para o mundo - livros que nos tocam":

- Estabelecimento Prisional Preventivos - 2 sessões; 12 participantes; 80 empréstimos
- Estabelecimento Prisional Jovens - 1 sessão; 6 participantes; 30 empréstimos

Serviço Empréstimo na Unidade de Internamento de Doentes de Evolução Prolongada de Psiquiatria (UIDEPP) nos Andrinos - Hospital de Leiria

- 2 sessões; 40 participantes; 40 empréstimos

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Este Serviço acompanha a elaboração da 6ª alteração do PDM (apresentação para apreciação e deliberação de Câmara da proposta final do Plano, posterior submissão à Assembleia Municipal para aprovação; organização da documentação e submissão para publicação em Diário da República, preparação de respostas fundamentadas no âmbito da Discussão Pública; preparação da divulgação dos resultados da discussão pública na comunicação social; esclarecimentos diversos relativos ao procedimento de alteração; submissão dos elementos da alteração na plataforma da SSAIGT). Início da elaboração do relatório de fundamentação da correção material da 6ª alteração decorrentes de desconformidades materiais na impressão matricial digital de peças desenhadas, em ambiente SIG, detetadas após envio para publicação.

Acompanhamento da elaboração dos planos de pormenor do Vale da Cabrita (avaliação ambiental estratégica, prorrogação do prazo de elaboração, elaboração de um plano de ação para a elaboração com definição de metas, prazos e meios necessários; solicitação de esclarecimentos jurídicos; atualização das peças desenhadas à nova cartografia 1/500, atualização dos perfis e das fichas dos novos lotes); de Santo Agostinho (publicitação da revogação).

Atualização das páginas da internet referentes aos Planos de Pormenor e preparação do esquema e organização da informação da atualização da página do PDM aquando da publicação da 6ª alteração.

Conceção e elaboração de procedimentos de tramitação de unidades de execução em articulação com o DEGU (fluxo, procedimentos, requerimentos e distribuição de tarefas). Enquadramento e tramitação de unidade de execução, decorrente da 5ª alteração ao PDM, enquadrada nos procedimentos delineados.

No âmbito da elaboração do Plano de Urbanização da Estação de Alta Velocidade – PUEL elaboração de consulta à CCDRC, com vista à obtenção do seu entendimento quanto à conformidade do PUEL com o RJIGT, nomeadamente no que respeita à reclassificação de solo rústico para urbano e à articulação com o Plano Diretor Municipal. Realização de outras tarefas neste âmbito, como seja a atualização dos limites do plano à cartografia em disponibilização, participação em reuniões de trabalho internas e com o IP, SA; análise e avaliação dos limites do PUEL remetidos pela BAU para efeitos de validação; elaboração de proposta final de delimitação do PUEL a sancionar pelo Município, incluindo a fundamentação e descrição detalhada dos ajustamentos propostos.

No âmbito da Reserva Ecológica Nacional (REN), foi dada continuidade ao processo de delimitação das áreas concelhias integradas na REN, que é responsabilidade dos Municípios, desenvolvendo diversas

tarefas, sendo a metodologia fixada com base nas orientações estratégicas de âmbito nacional e regional (OENR). Conclusão do procedimento da 3ª alteração da delimitação da REN

Destaca-se a colaboração com as demais unidades orgânicas dos Serviços, nomeadamente em projetos que tramitam pelo DEOM e DEDT, com o enquadramento urbanístico de diversos projetos, elaboração de Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção; elaboração de peças escritas de projetos na elaboração de memórias descritivas e garante do cumprimento de formalismos legais (submissão nas plataformas SIRJUE e SILIAMB) de diversas obras e intervenções; Colaboração com a DIPIU/DIOM/DEH/DCP no âmbito do procedimento internacional de empreitada da construção do Innovation Hub; com o DEH apoio de desenho para a alienação de lotes em hasta pública e elaboração de plantas para constituição de edificação em propriedade horizontal; com o DEGU na verificação da nova cartografia Ndd1 fornecida pela empresa para a área de três planos de pormenor, da estação da Sismaria e da Nova Estação LAV.

No âmbito de processos de licenciamento, foram efetuadas notificações à Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional, tendo como base a elaboração de informação com o enquadramento no PDM e envio à entidade.

Foram elaboradas 29 certidões de usos e condicionantes, 81 Informações técnicas e gráficas em resposta A solicitações via e-mail; apoio técnico presencial (Balcão Único) e telefónico na emissão de plantas e interpretação de informação geográfica online.

Realização do enquadramento urbanístico no âmbito do PDM para unidade de produção de biometano em sede de EIA em elaboração.

No âmbito da tempestade Kristin participação em vistorias ao património municipal; agregação da Informação constante das vistorias em mapas de inventariação e valorização de danos e perdas para envio à CCDRC, IP; colaboração com a Divisão de Ação Cultural na elaboração do Mapa do Dimensão Património, incluindo apoio gráfico com produção de peças gráficas de apoio às vistorias de âmbito Cultural; análise e validação de pedidos de candidatura a apoios efetuados por residentes com as habitações próprias afetadas. Compilação de Informação para dar resposta a um pedido efetuado por uma empresa externa relativamente aos riscos naturais e aos decorrente de fenómenos desta natureza.

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS

Elaboração, acompanhamento e coordenação dos seguintes projetos/ações:

- Projetos e candidaturas: apoio ao Departamento na coordenação dos projetos financiados, no âmbito de vários Avisos, de acordo com calendarização prevista e respetivo procedimentos concursais: projetos de arquitetura e especialidades e pareceres de entidades;
- Sinalização de danos e perigosidade na via pública, provocados pela tempestade - Centro Histórico.
- Integração na equipa pluridisciplinar formada na Proteção Civil para vistorias técnicas;
- Integração da equipa técnica do Politécnico de Leiria nas visitas a danos estruturais e deslizamentos de terras (cheias);
- Coordenação e Vistorias técnicas aos Edifícios Municipais para relatórios para Seguradoras e primeiros orçamentos;

- Apoio e encaminhamento dos pedidos de ajuda/donativos, no âmbito da campanha solidária “Reerguer Leiria.”
- Compilação e validação dos documentos nos processos a decorrer com vista ao apoio às edificações - “Reerguer Leiria”;
- T 65/19 - Reabilitação de 35 Habitações Sociais - Assistência Técnica (Certificado Energético);
- T11/20 (Lote1) D Dinis – obra em curso – obra e apoio técnico;
- T 19/20 Requalificação e Apetrechamento da Esc. Afonso Lopes Vieira – obra e apoio técnico;
- T 37/20 - Requalificação da Antiga Adega Cooperativa, Cortes - revisão do projeto;
- T124/20 EBi S. Romão – obra em curso - apoio técnico;
- T 48/21 - Reabilitação do Solar da Barreira - Revisão do projeto e danos tempestade Krisitin - Jardim;
- T 127/21 - Elaboração do Proj. de Requalificação da Rua Emídio Agostinho– Fase de anteprojecto
- T 130/21 – Requalificação da Rua de Santa Clara – anteprojecto/ projecto base;
- T 131/21 – Requalificação da R. N. S.ra Amparo – projecto em análise pelos SMAS;
- T 02/22 - Antigo Edifício EDP, Espaço Co-Work - Projecto de execução em revisão;
- T52/22 - Requalificação da Rotunda Dom Dinis e envolvente: Estudo prévio;
- T 67/22 - Projecto de arranjos exteriores e reabilitação de armazéns em edifício municipal - Ponte Hintze Ribeiro – Revisão de projecto de execução;
- T 72/22 – Projecto de Complexo de Piscinas ao Ar Livre – A aguardar pareceres das entidades;
- T 26/23 – Projecto de Execução ponte pedo-ciclável sobre rios Lis e Lena – a aguardar projecto de execução e pareceres das entidades externas competentes;
- T 98/23 - Projecto Centro de Recolha Oficial Animal – Projecto Base Terminado – Enviada informação para preparação de declaração de cedências da via;
- T 103/23 - Projecto de requalificação da envolvente da EN356-2 – revisão de projecto;
- T 31/24 – Requalificação de 7 habitações (8 fogos) do Bairro Secil, Maceira – aguarda entrega de Fase 1 corrigida - levantamento topográfico, arquitetónico e relatório de diagnóstico;
- T 04/25 - Percurso pedo-ciclável AQUAPOLIS – projecto de execução em elaboração;
- T 10/25 - Proposta nº 423 OP 24/25 - Edifício apoio Mercado Bajouca - anteprojecto;
- T 20/25 - Projecto Requalificação e Ampliação CS Dr. Gorrão Henriques – projecto base;
- T22/25 Proj. Execução Espaço Polícia Municipal – projecto de execução;
- T32/25 OP 23/24 - Proposta nº460-Sala Polivalente – EB. José Saraiva – estudo Prévio;
- T 55/25 - Levantamento topográfico e levantamento cadastral de infraestruturas-r. Paulo VI Leiria;
- T 63/25 - Projecto do parque de estacionamento do C. Saúde Dr. Gorrão Henriques– Estudo Prévio;
- T 72/25 - Aquisição de serviços para Elaboração de projecto ordenador da Rua Paulo VI:
- T 86/25 - Projecto de requalificação do acesso à Quinta da Malta e respetivo parque de estacionamento T 92/25 - Projecto Unidade de Saúde da Ortigosa e Regueira de Pontes – estudo prévio aprovado;
- T 02/26 - Levantamento topográfico e Infr. Cadastrais_U.S. de Ortigosa e Reg. Pontes – concluído
- T 04/26 - Projecto de Execução para Inst. Equipamento de Radiologia Digital no C.S. Gorrão Henrique;

- T24/26 Polidesportivos Cobertos – partilha de informação com o Pelouro do Desporto;
- EB2,3 Parceiros – apoio técnico na definição de programa e escolha de terreno;
- T36/26-Requalificação da EB2,3 Correia Alexandre, Caranguejeira– início de procedimento;
- T38/26 - Requalificação da EB2,3 de Colmeias - elaboração das peças de procedimento
- T39/26 - Requalificação da EB2,3 e Secundária Henrique Sommer, Maceira - elaboração das peças de procedimento e visita ao local com equipa projetista;
- Gabinete Reerguer Leiria - Análise técnica de candidaturas no âmbito do apoio às habitações afetadas pela tempestade *Kristin* – CCDD (2 técnicos);
- Alterações ao projeto da Unidade de Saúde dos Pousos;
- Estudo para Kiss&Ride junto à Escola D. Dinis, no espaço do atual posto combustível da GALP e reorganização do espaço exterior;
- Edição na plataforma SIG, das “PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS”, Obras Municipais, do ano 2025;
- Balcão de atendimento ao público no Centro de Saúde dos Marrazes – alteração para back office. Levantamento do edificado e projeção dos elementos medidos no local;
- Reorganização do espaço público nas zonas de esplanada do Centro Comercial Maringá. Apoio ao levantamento topográfico e projeção dos elementos levantados, para projeto;
- Edição na plataforma SIG, dos projetos das Obras Municipais, referentes aos anos de 2013 e 2012;
- Execução das alterações das opções de implantação da US Ortigosa/Regueira de Pontes;
- Execução dos extratos do PDM, para diversos projetos da DiEPM, nomeadamente das Escola EB de Colmeias, Caranguejeira, Maceira e Santa Catarina da Serra;

UNIDADE DE REGENERAÇÃO URBANA

Áreas de Reabilitação Urbana da Cidade de Leiria - ARU

- Atualização do cadastro matricial das ARU da cidade de Leiria – permanente;
- Emissão de Certidões de localização de edifícios em ARU;
- Criação da base de dados de recolha de elementos do espaço público (mobiliário urbano/luminárias/sinalização/sentidos de trânsito);
- Acompanhamento de proposta de requalificação do espaço público - Esplanadas do Centro Comercial Maringá.

Benefícios fiscais Reabilitação

- Taxa reduzida de IVA (verba 2.23 do Anexo I do código do IVA) certificação das obras de reabilitação - emissão de pareceres e prestação de esclarecimentos face à alteração do CIVA.

Estudos sobre o Centro Histórico

- Recolha de dados do edificado referente ao Centro Histórico e inserção em SIG;
- Consulta das bases de dados do INE com vista à caracterização populacional e do edificado (trabalho suspenso - Kristin);
- Levantamento dos pontos de iluminação pública das fachadas do Centro Histórico (em elaboração);
- Interação e intervenção com restantes serviços no âmbito da gestão do espaço público do C.H.;

Exercício do Direito de Preferência

- Gestão dos pedidos, plataforma “Casa Pronta” - referentes a edifícios inseridos nas áreas pré-definidas;

Gestão Urbanística nas ARU

- Acompanhamento dos projetos em licenciamento e de vistoria nas ARU’S da cidade.
- Apoio técnico - Disponibilização aos proprietários e projetistas;
- Apoio administrativo, informático e outros, em colaboração com os técnicos.

Tempestade Kristin – Reerguer Leiria

- Acompanhamento e coordenação das equipas técnicas na remoção dos elementos em risco de queda dos telhados/beirados, provocados pela tempestade - Centro Histórico.
- Vistorias técnicas aos Edifícios Municipais.
- Apoio e encaminhamento dos pedidos de ajuda/donativos, no âmbito da campanha solidária “Reerguer Leiria.”
- Compilação e validação dos documentos nos processos a decorrer com vista ao apoio às habitações - “Reerguer Leiria” - em curso.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E HABITAÇÃO DIVISÃO DE GESTÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS

Mapa de Monitorização das Candidaturas

Divisão de Gestão de Fundos Estruturais

CANDIDATURAS PRR

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 28 858 666,78	97%	€ 27 993 433,84	€ 4 090 795,24	€ 9 452 564,63	33%	€ 12 627 588,50	45%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	0%	€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAL	€ 28 858 666,78		€ 27 993 433,84	€ 4 090 795,24	€ 9 452 564,63	33%	€ 12 627 588,50	45%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 1 112 228,49	100%	€ 1 112 228,49	€ 86 039,90				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 29 970 895,26	97%	€ 29 105 662,33	€ 4 176 834,14				

CANDIDATURAS PORTUGAL2030

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 9 413 501,35	65%	€ 7 831 527,78	€ 2 768 447,14	€ 5 845 509,21	62%	€ 5 035 186,55	64%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	0%	€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAL	€ 9 413 501,35		€ 7 831 527,78	€ 2 768 447,14	€ 5 845 509,21	62%	€ 5 035 186,55	64%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 18 752 827,12	75%	€ 13 977 176,27	€ 14 699 209,42				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 28 166 328,47	77%	€ 21 808 704,05	€ 17 467 656,57				

CANDIDATURAS CCDRC-BEI

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	0%	€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	0%	€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAL	€ -		€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				

CANDIDATURAS PORTUGAL 2020

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	0%	€ -	€ -	€ -	0%	€ -	0%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%
TOTAL	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%

CANDIDATURAS OUTROS APOIOS

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 69 434,18	69%	€ 48 000,00	€ 21 434,18	€ 46 033,43	66%	€ 9 434,20	20%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 484 147,38	71%	€ 344 395,16	€ 139 752,22	€ 344 395,16	71%	€ 344 395,16	100%
TOTAL	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40	€ 390 428,59	71%	€ 353 829,36	90%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS (OU NEGOCIADAS) POR APROVAR	€ -	0%	€ -	€ -				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40				

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E MOBILIDADE

DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES

1. Contratos de avença e outras Concessões

No período em apreço, a operação dos parques de estacionamento cobertos sob gestão municipal – Fonte Quente e Mercado de Sant'Ana – registou **145 contratos de avença ativos**, distribuídos por **121** contratos no parque da Fonte Quente e **24** no Mercado de Sant'Ana. O tempo médio de resposta administrativa situou-se em **10 dias úteis**, verificando-se o integral cumprimento dos prazos estabelecidos nos instrumentos regulamentares aplicáveis. Procedeu-se à análise anual das renovações de avenças, nos termos do regulamento municipal em vigor. No domínio das concessões, foi concluída a atualização de tarifas e rendas anuais dos parques concessionados da Fonte Luminosa e do Maringá, em conformidade com os respetivos instrumentos contratuais.

2. Cartões de residente

No decurso do período, foram emitidos **46 cartões de residente**. A **Zona A** mantém a maior pressão sobre a oferta disponível, sendo responsável por **53%** do total de emissões, o que reitera a necessidade de monitorização permanente. O tempo médio de resposta administrativa fixou-se em **10 dias úteis**. No que respeita à operação dos parquímetros, foram realizadas **8 recolhas** no período, mantendo-se a normalidade operacional. Foi lançado procedimento de contratação pública para a aquisição de serviços de verificação metrológica anual dos parquímetros afetos às zonas de estacionamento de duração limitada do município e dos parques de estacionamento municipais, em cumprimento das obrigações legais de controlo metrológico.

3. Sistema BICLIS

O sistema público de bicicletas partilhadas contou, no período em referência, com **81 utilizadores ativos**. No decurso do período, foram recolhidas **34 bicicletas** junto de docas e residências de utilizadores, incluindo as resultantes de entregas voluntárias por subscrições vencidas, perfazendo um total de **69 bicicletas** em parque no final do período, disponíveis para nova atribuição na fase de candidaturas subsequente, decorrida entre 1 e 5 de abril de 2026. Desde o início do programa, o número acumulado de utilizadores ascende a **223**, evidenciando uma procura consolidada pelo modo de mobilidade suave no município. O total de quilómetros percorridos no período atingiu **7.689,19 km**, com compensação de emissões de carbono estimada em **1.922 tCO₂**, sendo a estação da Fonte Quente a que registou maior utilização. Todos os equipamentos foram sujeitos a revisão técnica e manutenção preventiva, com vista a assegurar as condições operacionais necessárias à abertura da nova fase de candidaturas. Procedeu-se ainda à renovação do registo da marca nominativa Biclis junto do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI (Marca Nacional n.º 722567).

Foi igualmente analisada a proposta de alargamento da rede de docas e estações do sistema Biclis na zona de Santa Clara.

4: Serviço público de transporte rodoviário de passageiros | Mobilis e Terminal provisório de Leiria

No âmbito do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros da cidade de Leiria – Mobilis –, procedeu-se à **atualização tarifária anual**, nos termos contratuais. O mapa de rede encontra-se, por sua vez, em ajustamento, dada a deslocalização do anterior terminal rodoviário.

Foram iniciadas as conversações entre Operadores e a Autoridade de Mobilidade e Transportes - AMT, conducentes à definição do modelo de gestão do terminal provisório, prosseguindo em paralelo os trabalhos preparatórios do futuro Terminal Intermodal de Leiria (TIL), incluindo a atualização do EVEF e a estruturação do procedimento de contratação pública.

Os dados de operação do serviço público de transporte reportados ao exercício anual de 2025, cujos valores se encontram encerrados, apresentam um total de **1.335.494 passageiros transportados**, sendo outubro de 2025 o mês com maior fluxo. O total de passageiros com título foi de **179.680**. A distribuição por categoria de título foi a seguinte: **693.239 jovens até 23 anos, 124.832 maiores de 65 anos, 12.903 com mobilidade reduzida, 392.971 detentores de passe normal e 111.549 títulos ocasionais**, perfazendo o total de passageiros transportados no exercício.

5: Mobilidade sustentável, Inovação e Representação institucional

No âmbito das competências de promoção da mobilidade sustentável e acessibilidade universal, o município foi distinguido com o I **Prémio na categoria "Medidas Criativas de Promoção do Andar a Pé"** – reconhecimento nacional da política de mobilidade ativa desenvolvida. O município participou no 3.º **Encontro Nacional para a Mobilidade Sustentável**, promovido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, realizado em Viseu a 18 de março de 2026, onde foi convidado a partilhar projetos e boas práticas, e no IV Congresso Cidades e Vilas que Caminham (Porto, 26–27 de março de 2026). Foram desenvolvidas as diligências necessárias à integração do projeto Leiria Smart City – vencedor na categoria "Portugal + Inteligente" nos Prémios dos Fundos Europeus – na 4.ª temporada da campanha "Na Rota dos Fundos Europeus", iniciativa promovida pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão e pela Rede de Comunicação do Portugal 2030, que visa dar a conhecer projetos apoiados por Fundos Europeus e o seu impacto no desenvolvimento económico, social e territorial do país. Foi ainda apresentada candidatura ao Prémio de Práticas Logísticas Sustentáveis na Última Milha, no âmbito do Workshop Técnico dos Nós Urbanos do Corredor Atlântico, inicialmente previsto para 28 de abril de 2026 em Saint-Ouen-sur-Seine, Paris. Em matéria de acompanhamento regulatório e legislativo, procedeu-se à análise de 5 projetos de decreto-lei nas áreas da mobilidade inteligente, sistemas de transporte inteligentes (transposição da Diretiva UE 2023/2661), transporte ferroviário e emissões atmosféricas, bem como da Proposta de Lei n.º 49/XVII/1.ª relativa à simplificação do IUC. Foi elaborado o Relatório de Gestão de Contas de 2025 e respondido o questionário de avaliação de satisfação de parceiros da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - ANSR.

6: Resposta à Tempestade Kristin

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, que declarou a situação de calamidade decorrente da tempestade Kristin, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-C/2026, de 1 de fevereiro, que procedeu à respetiva prorrogação e alargamento territorial, a DIMT ativou resposta em quatro eixos: i) **Operações**: constituição de escalas nos centros de operações municipais ativados – Estádio, Pavilhão dos Pousos e Seminário de Leiria –, com regime de rotação de trabalhadores; ii) **Peritagem**: análise técnica a todos os equipamentos da divisão – parques, parquímetros, sistema de informação de transportes públicos e de estacionamento (Leiria Smart City), docas e estações Biclis –, inventariação de danos com registo fotográfico; acompanhamento presencial de ações de peritagem, no âmbito da Apólice Multiriscos Tempestade; ativação de participações junto da seguradora; apoio aos processos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDR; iii) **Proteção ao**

município: foi desencadeado um **procedimento administrativo** conducente à **isenção, a título extraordinário, do pagamento da contrapartida financeira relativa ao mês de fevereiro de 2026**, prevista nos contratos de avença de utilização privativa outorgados pelo município de Leiria, referente a imóveis do seu domínio público, aplicando-se automaticamente a todos os titulares de contratos de avença; iv) **Contratação pública:** lançamento de 4 procedimentos de apetrechamento e reparação: abrigos rodoviários, equipamentos Leiria Smart City, equipamentos do Parque de Estacionamento da Fonte Quente e sistema Biclis.

DIVISÃO DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Elaboração de Relatórios de danos, no âmbito da depressão Kristin e necessários à contratação de serviços excecionais (papeleiras, ilhas urbanas, equipamentos, etc).

RESÍDUOS URBANOS:

No período em análise, houve necessidade de despoletar 10 procedimentos específicos de contratação pública, por forma a dar uma resposta excecional ao volume anormal registado de resíduos em todo o Concelho, decorrentes da Depressão Kristin, com respetiva articulação com operadores e gestão contratual. Foi identificada uma linha de atendimento dedicada a pedidos de recolha de resíduos com amianto. Garantida ainda contratação de 3 serviços com vista à reparação de elementos danificados em compostores domésticos comunitários em 6 freguesias do concelho de Leiria.

Leiria +Verde: Recolha seletiva de biorresíduos nos estabelecimentos de restauração aderentes, com frequência de recolha diária (terça-feira a sábado) e em zonas habitacionais, com um total de 82.88 ton de biorresíduos recolhidos, dos quais 16,6 ton são respeitantes ao canal HORECA e 66,28 respeitantes ao setor doméstico.

Projeto RecicLar: No período em causa foram recolhidas 4.18 ton de embalagens de papel e cartão, 8.40 ton de embalagens de plástico e metal, 6.40 ton de biorresíduos e 25.86 ton de indiferenciados.

Assegurada a mediação operacional com a UF de Colmeias e Memória acerca do Parque de Resíduos de Colmeias e elaborado o Relatório Anual 2024/2025.

Submissão no Portal da ERSAR do Tarifário ao utilizador final 2026(TUF 2026) e preparação de elementos necessários para o reporte de contas 2025, da ERSAR.

LUTA ANTI-MURINA - Ações preventivas de controlo de pragas urbanas; 1 desinsetização; 13 desratização; 3 desbaratização.

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL- Gestão da Informação no Processo de Controlo e erradicação da Vespa Velutina (39 ocorrências reportadas); Resposta a denúncias recebidas e a ocorrências ambientais detetadas no âmbito das atividades de vigilância: (Poluição e descargas em linhas de água – 1; Poluição e descargas no solo – 3; deposições indevidas – 11; Outras – 1); Reporte e verificação de deposições de resíduos na via pública na sequência da tempestade Kristin.

RECURSOS HÍDRICOS – Acompanhamento de intervenções em linhas de água integradas na rede hidrográfica do concelho.

PRAIA DO PEDRÓGÃO – Levantamento de danos no âmbito da depressão Kristin, para reparação antes da Época Balnear.

UNIDADE DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito do Centro de Interpretação Ambiental foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em 2 Conselhos Eco-Escolas: Colégio Dinis de Melo e Eb José Mattoso;
- Em colaboração com o ICNF, sessões de Educação Ambiental em restauro de ecossistemas de plantações de estorno (*Ammophila arenaria*) nas dunas da Praia do Pedrogão e imediações, no âmbito do Projeto “Guardiões das Dunas”, com alunos de escolas do município: EB 2, 3 José Saraiva, EB D. Dinis, EB Dr. Correia Mateus;
- Projeto Clim’arte – sessões finais em falta do projeto, desenvolvidas com o Leirena: EB de Guimarães, EB de Capuchos, EB D. Dinis, EB de Barosa, EB Amarela, EB Correia Mateus;
- No âmbito do Projeto Educativo Municipal, visitas de estudo à ETAR das Olhalvas: EB 2/3 José Saraiva, Colégio Nossa Senhora de Fátima e Colégio Dinis de Melo, EB 2,3 de Marrazes, EB D. Dinis, AE Rainha Santa Isabel, Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo;
- Atividade de educação ambiental “Pequenos Polinizadores, grandes heróis” – leitura da história “Teresinha, a mosca das flores”, seguida de atividade didática com saída de campo sobre a temática dos insetos polinizadores;
- Atividade de sensibilização ambiental “Praia Limpa” na Praia do Pedrógão com a população em geral e a participação do movimento da sociedade civil “One Piece After Another”;
- Inauguração da exposição “diz-me queM eras, sonharemos queM serás”, sobre a Mata dos Marrazes, enquadrada no rescaldo e interpretação ambiental da tempestade Kristin, e em parceria com a União das Freguesias de Marrazes e Barosa;
- Atividade de sensibilização ambiental “Azulitas”, enquadrada nas comemorações dos 40 anos do Programa Bandeira Azul, com turmas do primeiro ciclo do Centro Escolar de Monte Redondo;
- Atividade de educação ambiental no âmbito do projeto Leiria Sem Invasoras com uma turma da Escola Henrique Sommer, na “Semana dos Profissionais” deste estabelecimento de ensino;
- Oficina “Teresinha, a mosca das flores”, com leitura da história pela autora, seguida de Oficina lúdico-pedagógica para famílias;
- Ao longo de fevereiro e março de 2026, o Centro de Educação Ambiental registou um total de 69 visitantes.

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E ESPAÇO PÚBLICO

Assuntos transversais/âmbito geral

Ações relevantes

- a) No período em causa, e face à ocorrência da tempestade *kristin*, a DILAEP procedeu à notificação de proprietários de suportes publicitários e de propaganda política instalados no concelho de

- Leiria, solicitando a sua remoção caso os mesmos se encontrassem a representar situação de perigo e/ou obstruindo passeios ou vias. Foi igualmente solicitado que os painéis luminosos/iluminados com eletrificação ativa, que se encontrassem em situação propícia a causar constrangimentos e/ou perigo, fossem desligados;
- b) Nos termos do previsto no artigo 100º do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria, a DILAEP promoveu a liquidação da Taxa de Recursos Hídricos – componente O, relativa às concessões existentes nas Praias do Pedrógão e Pedrógão Sul, estando a decorrer a sua regularização;
 - c) No âmbito do contrato de concessão de uso privativo do domínio público do Município de Leiria para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária n.º 123/2018, destaca-se a arrecadação da remuneração correspondente ao ano de 2025, no valor de € 156 157,11 + IVA, totalizando a quantia de € 192 073,25;
 - d) No período em causa, a DILAEP fez-se representar pelo Exmo. Sr. Coordenador do Cemitério Municipal de Leiria, na sessão de esclarecimentos ministrada pelo Departamento de Compras Públicas, subjacente à implementação do “Manual de Procedimentos Excepcionais”, aplicável aos procedimentos enquadrados no regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira destinado à reconstrução e reabilitação de infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade *kristin*;
 - e) Salienta-se, de igual modo, as diligências encetadas em conjunto com as Divisões de Controlo de Receita e Administrativa e de Modernização, inerentes à regularização de preparos no licenciamento de publicidade, nos termos do artigo 21º do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria e sua concretização em fatura a emitir pelos serviços;
 - f) No período em causa, a DILAEP deu início à realização da avaliação anual de execução do plano de prevenção de riscos, referente ao ano de 2025, nos termos do Regime Geral de Prevenção de Corrupção (RGPC);
 - g) Destaca-se, pela sua relevância, a execução do relatório anual de atividades realizadas pela Unidade Orgânica, no âmbito da elaboração do relatório de gestão de contas do ano 2025;
 - h) No período em análise, a DILAEP vem promovendo a arrecadação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) referente ao ano de 2026, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual e no artigo 66º-A do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Leiria;

Colaborações

- a) No período em causa, e na sequência dos estragos causados pela tempestade *kristin*, destaca-se a colaboração com o Departamento Jurídico (DEJ), na elaboração de proposta de isenção no pagamento de taxas devidas pela ocupação de espaço público com instalação de esplanadas no concelho de Leiria, com vista a minimizar o impacto económico sentido pelos operadores económicos do concelho;
- b) Na sequência da tempestade *kristin*, a DILAEP prestou a sua colaboração com a Divisão de Trânsito e Segurança Rodoviária, no sentido de diligenciar pela realização de uma reavaliação técnica dos painéis publicitários instalados no concelho de Leiria, para verificação do cumprimento das condições de licenciamento aplicáveis;

- c) Destaca-se, de igual modo, a colaboração com a Divisão de Auditoria e Gestão de Risco, prestando informação inerente à Unidade Orgânica no âmbito da publicação da Lei n.º 5-A/2026, de 28 de janeiro (Lei do Lobby);
- d) No período em referência, a DILAEP prestou a sua colaboração com o Departamento Financeiro, disponibilizando listagem de faturação emitida através da aplicação PUB inerente ao ano de 2025, para efeito de execução dos trabalhos de revisão e auditoria pelos revisores de contas do Município de Leiria;
- e) Saliencia-se, pela sua relevância, a colaboração prestada com o Departamento de Desenvolvimento Territorial, no sentido de identificar os operadores económicos com esplanada instalada na Praça Rodrigues Lobo;
- f) No período em causa, a DILAEP promoveu a sua colaboração para com a Divisão de Comércio e Atividades Económicas, diligenciando pela averiguação de viabilidade de disponibilização de espaços destinados a publicidade junto ao Terminal Rodoviário de Leiria (temporário).
- g)

Recursos humanos

- a) No período considerado, a Unidade Orgânica (DILAEP) conta com 14 colaboradores (incluindo a dirigente), estando 5 daqueles alocados aos serviços do Cemitério Municipal de Leiria.

Desempenho de atividades – No período considerado, foram desenvolvidas as atividades constantes no quadro seguinte:

Tipo de operação	Publicidade	OEP	Cemitério	Táxis	RJACSR	Alojamento Local	Meras Com. Natureza Artística	TMDP	Eventos Ações promocionais	Espetáculos e Divertimentos Públicos				
										Recinto Improvisado	Recinto Itinerante	Prova Desportiva	Licença Especial Ruído	Autorizações Fogo
Registo de pedidos	15	71	19	3	33	22	56	3	7	2	0	0	20	0
Registo de pedidos de renovação Prorrogações	56	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Receita – A Unidade Orgânica gerou, através das várias áreas de atuação, um total de receita de € 278.142,69, conforme seguinte discriminação:

Origem da receita	Valor cobrado (em €)
Emissão/prorrogação de alvarás de licenciamento de publicidade	14.389,38
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	31.269,09
Alvarás de licenciamentos vários (Recinto Improvisado, Recinto Itinerante, Provas Desportivas, Alargamento de Horário)	187,59
Alvarás de licença especial de ruído	1.297,92
Licenças de táxi	147,92
RJACSR	8274,01
Alojamento Local	0
Serviços Cemiteriais	8.432,37
TRH, Remuneração anual contrato de concessão n.º 123/2018 e TMDP	214.144,41*

*TRH – Do valor apurado, €1459,70 destinam-se aos Fundos Azul e Ambiental; Remuneração Anual Contrato de Concessão n.º 123/2018 – Do valor apurado, € 35.916,14 correspondem ao IVA.

DIVISÃO DE COMÉRCIO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Na vertente da parceria na área do comércio, deu-se início à verificação e análise dos primeiros relatórios de execução física e financeira no âmbito das candidaturas referentes ao Apoio à Segurança do Comércio do Concelho de Leiria;

Quanto à atividade do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, deu-se continuidade à divulgação no Site e Redes Sociais do ML, de diversa informação/documentação recebida da DGC (Avisos, Informação e Nota de Imprensa). Relativamente a atendimentos, somos de reportar 19 atendimentos entre telefónicos e presenciais.

Em virtude dos estragos provocados pela Tempestade Kristin, realizou-se apenas uma Feira de Artesanato do Município de Leiria, a 01 de março de 2025, tendo comparecido à mesma 17 artesãos.

Em virtude dos estragos provocados pela Tempestade Kristin, realizou-se apenas uma Feira de Antiguidades e Velharias do Município de Leiria, a 06 de janeiro de 2026, com ocupação de todos os 50 lugares disponíveis.

Quanto aos mercados e feiras de levante, em virtude da tempestade Kristin, e por as infraestruturas das Feiras e mercados terem ficado gravemente danificadas, as feiras e mercados apenas retomaram a sua atividade na segunda quinzena de março, exceto a Feira de Leiria, que retomou no dia 07 de março.

Face ao anteriormente referido, não houve praticamente receita arrecadada destes espaços, exceto no que se refere à emissão de cartões e receita de ocasionais na Feira de Leiria.

A receita total obtida neste período foi de 1.300,42 €, nos seguintes termos:

i) Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:

Receita 0,00 €

ii) Mercado Municipal de Leiria:

Receita 0,00 €

Receita banca ocasional 0,00 €

iii) Mercado de Venda por Grosso do Falcão:

Têxteis e Hortofrutícola: Receita total 0,00 €

Receita banhos: 0,00 €

Emissão de cartões: 395,46 €

iv) Feira de Leiria: Receita 0,00 €

v) Feira de Leiria (ocasional): Receita 904,96 €

vi) Feira da Praia de Pedrogão: Receita 0,00 €

vii) Feira da Praia de Pedrogão (ocasional): Receita 0,00 €

No que se refere à aferição Metrológica, é de referir a entrada de 10 pedidos de controlo metrológico efetuados através do portal do Município de Leiria e a inexistência de reclamações.

Foram sujeitos a controlo metrológico 306 instrumentos e emitidos 145 documentos comprovativos de controlo metrológico, bem como a emissão de 306 certificados de verificação legal.

Rejeitados foram 6 instrumentos de medição por não se encontrarem em conformidade.

A receita referente ao número de instrumentos de medição verificados foi de 10.451,92€.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA

DIVISÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Objetivo: Para efeitos do disposto do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 (Anexo I), de 12 de setembro, pretende-se refletir as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Departamento de Gestão Urbanística.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:

Analisando os valores das entradas mais relevantes relativamente ao período homólogo (fevereiro a março), em termos de entradas totais, no período em análise, em 2025 ocorreram 2257 entradas e em 2026 ocorreram 2422, o que representa um aumento de aproximadamente 7 %.

Analisando individualmente, por entradas mais relevantes, verifica-se uma redução generalizada na apresentação de pedidos embora se tenha verificado um incremento significativo dos pedidos de certidão e os pedidos de declarações de localização no âmbito da Tempestade Kristin. Tal situação deve-se ao estado de calamidade que se viveu durante este período, decorrente da tempestade Kristin que afetou diretamente todo o concelho de Leiria.

Em termos de totais de entradas anuais contabilizou-se em 2026 o número de entradas mais elevado dos últimos 17 anos, relativo ao período homólogo.

Quanto ao parâmetro referente à emissões de alvarás que inclui certidões e declarações, relativamente ao período homólogo (fevereiro e março), verifica-se que ocorreram 608 emissões no ano de 2025 e 1468 no ano de 2026, traduzindo-se num aumento, de aproximadamente de 140 %. Tal facto deve-se também à emissão de declarações de localização no âmbito da tempestade Kristin e demais procedimentos, como alterações de toponímia, emissão de números de polícia; elementos necessários para efeitos das candidaturas de apoio às habitações submetidas pelos particulares à CCDRC, relativos aos apoios financeiros à reparação dos estragos em edifício habitacionais.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo de fevereiro a março, foram emitidos alvarás de obras de alteração e ampliação, para 108 fogos durante o ano de 2026, 198 fogos durante o ano de 2025, 148 durante o ano de 2024 e 134 durante o ano de 2023. Verifica-se que o ano de 2025 foi o de resultado mais elevado, e decréscimo no ano em curso, decorrente dos constrangimentos e alteração de tarefas e prioridades, impulsionadas pelos danos provocados pela tempestade Kristin.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo neste caso, de fevereiro a março, foram emitidos alvarás de utilização, para 49 fogos durante o ano de 2026, 151 fogos durante o ano de 2025, 98 fogos durante o ano de 2024 e 111 fogos durante o ano de 2023. Verifica-se também uma grande diminuição relativamente aos anos anteriores, igualmente decorrente dos constrangimentos e alteração de tarefas e prioridades, impulsionadas pelos danos provocados pela tempestade Kristin.

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (fev/mar)

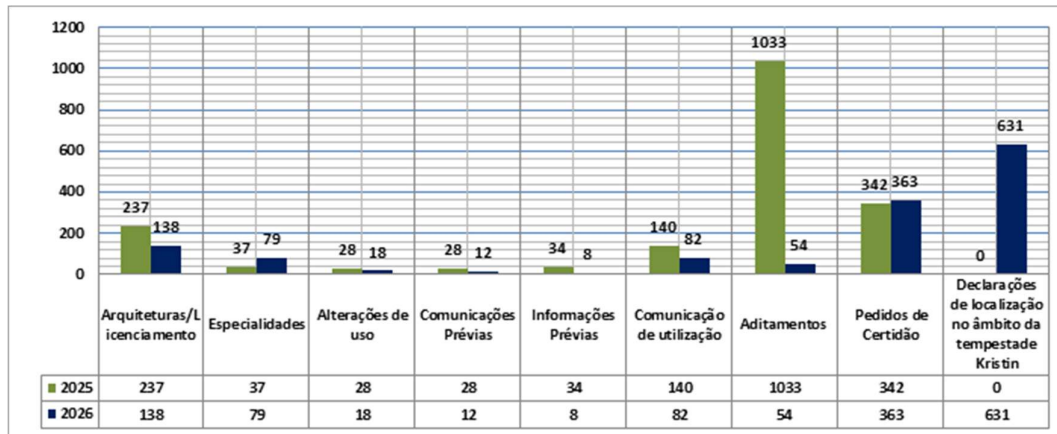


Gráfico 2 – Total de entradas ao longo dos anos (fev/mar)

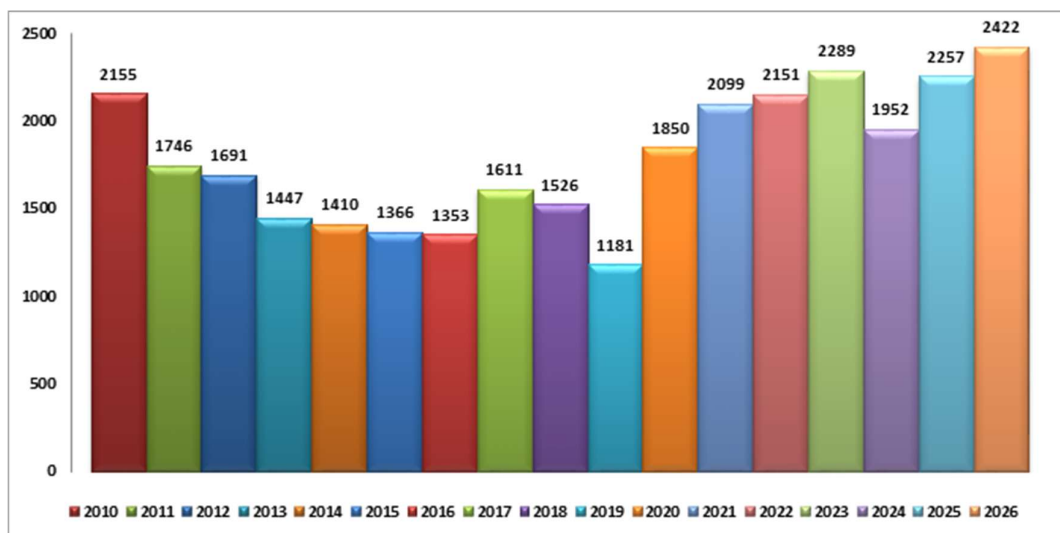


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás e Certidões (fev/mar)

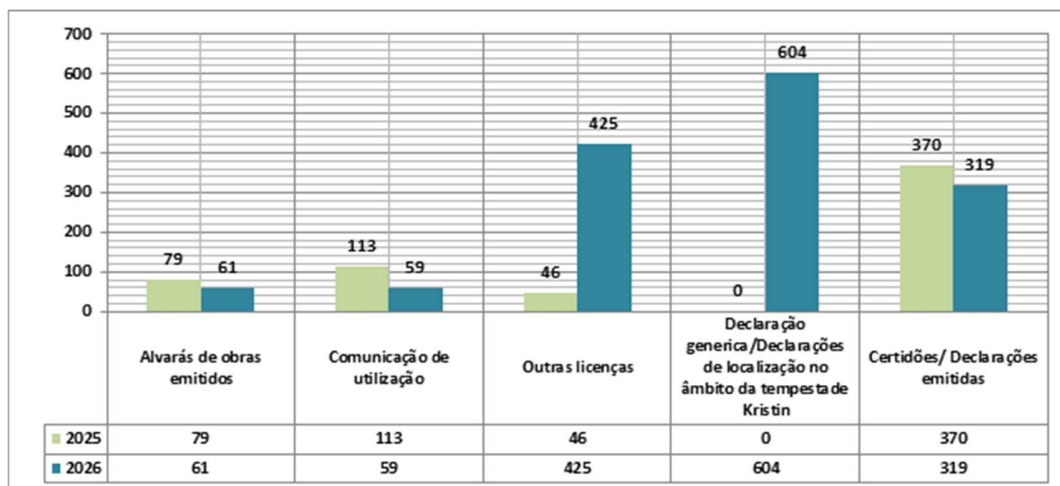


Gráfico 4 – Total de saídas (fev/mar)

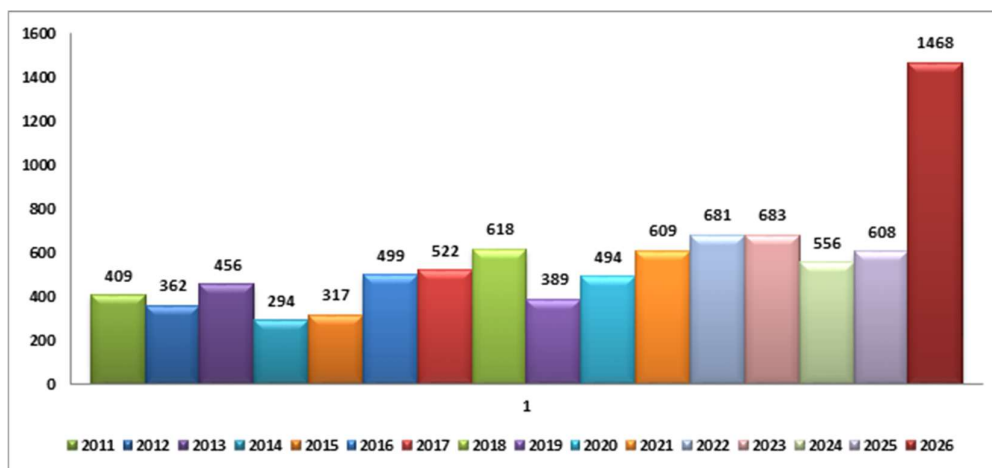
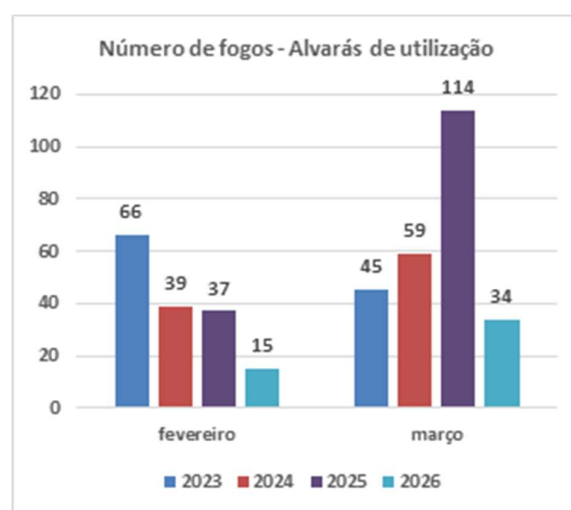
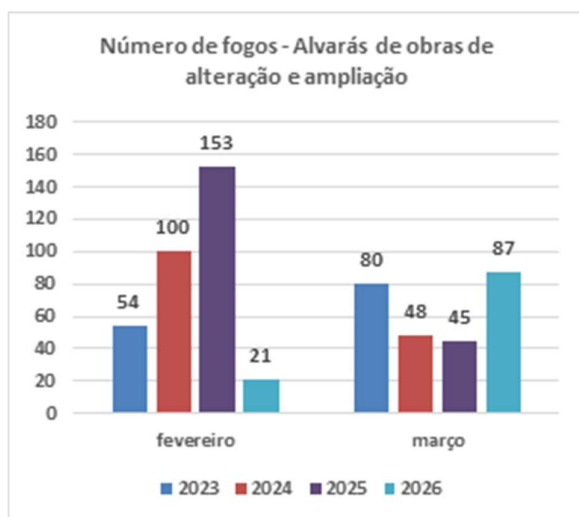
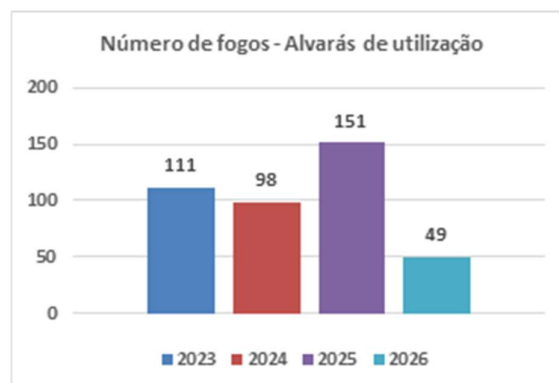


Gráfico 5 – Número de fogos (fev/mar)



2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO

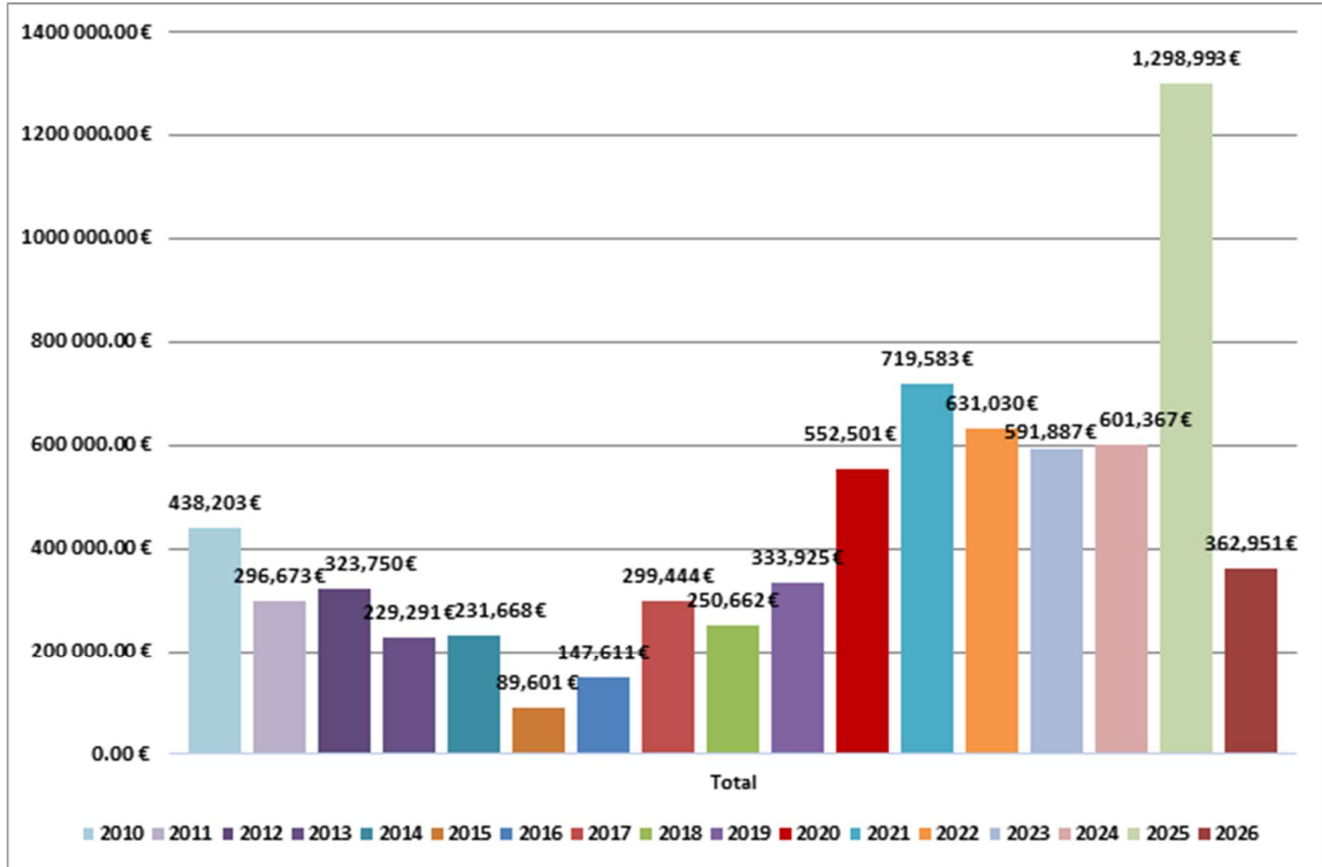
Constata-se que em termos de receita, comparando os períodos homólogos (fevereiro a março), ocorreu uma diminuição de cerca de 72 %, comparativamente ao ano de 2025.

O valor da receita durante o ano de 2026 está num dos valores mais baixos desde o ano de 2019, estando perto dos valores mais baixos dos últimos 15 anos.

As alterações à receita obtida pelo Município de Leiria, deve-se aos constrangimentos e alteração de tarefas e prioridades, impulsionadas pelos danos provocados pela tempestade Kristin.

Embora o número total de entradas e emissões, durante o período de fevereiro a março, seja superior aos anos anteriores, devido à natureza das mesmas (certidões, declarações, toponímia, número de polícia) o valor de receita foi inferior.

Gráfico 6 – Receita total (fev/mar)



3. TOPONÍMIA E CADASTRO / UNTC

- Inserção de 169 processos de operações urbanísticas e 88 processos antecedentes de operações urbanísticas na base de dados das operações urbanísticas. Inserção de 108 alvarás de utilização na base de dados das operações urbanísticas. Foram efetuadas 37 informações técnicas no âmbito do cadastro;
- Foram georreferenciadas 58 vistorias no âmbito da Tempestade Kristin;
- Foram inseridas 51 plantas com áreas de cedência no âmbito do licenciamento das operações urbanísticas;
- Foram efetuadas 19 correções na base de dados das operações urbanísticas;
- Foi efetuada 1 representações gráficas georreferenciadas no âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada. Foram recusadas 3 representações gráficas georreferenciadas;
- Continuação da análise da base de dados da Toponímia Oficial relativamente aos atributos e geometria, na identificação e retificação de inconformidades. Inserção de 2 novos topónimos na base de dados da toponímia municipal. Foi efetuada a edição de 6 topónimos para correção da base de dados da toponímia municipal;
- Instrução de 3 processos de atribuição de topónimos e respetiva inserção na base de dados da toponímia do município de Leiria;

- Análise de requerimentos e elaboração de informações para emissão de certidões de localização e/ou para desencadear procedimentos prévios, num total de 43;
- Análise de requerimentos e elaboração de informações para emissão de declarações de localização no âmbito da Tempestade Kristin, num total de 630;
- Colaboração com a DIATGU/Núcleo de Apoio à Gestão Urbanística, com informações técnicas da UNTC em 3 certidões narrativas;
- Colaboração com a DIATGU/Núcleo de Apoio à Gestão Urbanística, nas certidões de edifícios antigos em como à data não era exigida autorização de utilização, em 1 certidão;
- Foram efetuados 32 atendimentos presenciais ao nível da toponímia, dominialidade e certidões;
- Emitidas 91 certidões de localização com as respetivas faturas (SPO e POCAL) e respetivos ofícios.
- Emitidas 584 Declarações de localização no âmbito da Tempestade Kristin.
- Contratos Interadministrativos de delegação de competências entre o município de Leiria e as Freguesias, no âmbito da colocação e manutenção de placas toponímicas e sinalização vertical não iluminada. Foram efetuados os trabalhos de validação no terreno das seguintes freguesias:
 - União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista;
 - União das Freguesias de Parceiros e Azoia;
- Foram efetuadas 13 publicitações de topónimos à Gestão do Código Postal;
- Foram efetuadas 11 pesquisas no arquivo físico da toponímia municipal;
- Foram requisitados 73 processos de operações urbanísticas ao arquivo;
- Continuação da monitorização de uma estrutura no Bairro dos Capuchos para avaliação de eventuais deslocamentos;
- 2 informações genéricas de dados no âmbito da tempestade Kristin.

4. CONCLUSÃO

Atendendo a que o período em análise abrange a fase crítica de resposta às diversas situações de carácter extraordinário decorrentes da Tempestade Kristin, os dados apurados refletem os trabalho desenvolvido pelo DEGU, naquilo que são as suas competência diretas, com redução bastantes significativa do trabalho habitualmente desenvolvidos, apesar de se verificar um acréscimo de diversas situações, nomeadamente emissão de declarações e certidões; a que acresce também um número bastante elevado de vistorias no âmbito do RJUE decorrentes do apoio direto à ANPC e outros serviços municipais no apuramento de danos em património municipal, sendo:

- Vistorias solicitadas pelos SMPC para avaliação de situações de segurança, em edificações: 56
- Vistorias para avaliação de segurança de estruturas edificadas incluindo risco para a via pública no âmbito do RJUE: 61
- Vistorias a edifícios municipais para avaliação de estragos e acionamento de seguros: 103

Acresce que o DEGU tem desenvolvido ainda apoio direto ao Gabinete Reerguer Leiria que se encontra instalado no Mercado Santana no Âmbito da análise e candidaturas a apoios financeiro aos estragos apresentadas pelos particulares à CCDRC, que à data de 31 de março totalizavam 8 835 candidaturas, com afetação de técnicos e assistentes técnicos em número bastante significativa, o que poderá refletir-se na redução do trabalho habitualmente desenvolvido.

No período em análise o DEGU disponibilizou ainda recursos humanos para apoio a atividades logísticas de apoio, quer à distribuição de bens essenciais, quer à distribuição de materiais de reparação às habitações, em colaboração com os respetivos serviços municipais.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS
DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM EDIFÍCIOS

Desencadear os procedimentos concursais das empreitadas de obras públicas, proceder à gestão técnica e administrativa, coordenação de segurança e assegurar a execução e fiscalização de obras municipais:

Divisão de Obras Municipais em Edifícios (DIOME):

1. Coordenar, fiscalizar e acompanhar tecnicamente as empreitadas

- T-34/2017 - Reabilitação, Requalificação, Restauro e Conservação do Centro de Artes Villa Portela, Leiria - Obra concluída: aguarda a execução de correções pontuais necessárias para proceder à receção provisória total.
- T-65/2019 - FASE 03 - Reabilitação de 05 Habitações Sociais no Concelho de Leiria – Empreitada em execução, na última habitação nº5, estão a terminar os trabalhos de cobertura.
- T-65/2019 - FASE 04 - Reabilitação de 02 Habitações Sociais no Concelho de Leiria – Empreitada já se encontra terminada, aguarda telas finais e certificações para receção provisória.
- T-84/2023 - Reabilitação da Casa do Horto para Habitação a Custos Controlados - Travessa do Horto, Leiria - empreitada em execução encontra-se em aplicação do ETICS.
- T-16/2025 - Arranjos Exteriores da Habitação, Barreira, Leiria – Empreitada em execução: consignação em 06.10.2025, em execução.
- T-65/2019 - Fase 6 - Reabilitação de 3 Habitações Sociais no Concelho de Leiria - Ortigosa – Empreitada em execução.
- T-11/2020 - Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos D. Dinis, Leiria – Empreitada em execução
- T-19/2020 - Reabilitação da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira – Empreitada em execução
- T-44/2020 - Construção do Edifício do Serviço de Finanças na Torre Nascente do Estádio Municipal – Empreitada em execução.
- T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão, Leiria – Empreitada em execução
- T-136/2021 - Construção da Unidade de Saúde de Santa Eufémia, UF Santa Eufémia e Boa Vista, Leiria – Empreitada em execução.
- T-23/2022 - Unidade de Saúde de Pousos – Empreitada em execução
- T-32/2023 - Construção do Centro de Saúde da Barreira – Empreitada em execução.
- T-6/2023 - Reabilitação e alteração de estabelecimento escolar para habitação unifamiliar - rua da Escola Nova, Figueiras: – Empreitada em execução.
- T-20/2023 - Execução de Habitação Social / Custos Controlados - Coimbrão: – Empreitada em execução.
- T-40/2023 - Construção da Central de Mobilidade de Leiria – Empreitada em execução

- T-02/2024 - Requalificação do Jardim de Infância de Santa Eufémia, Leiria – (OP/P29) – Contrato assinado a 07.10.2025. Aguarda aprovação PSS e consignação.
- T-58/2024 - Substituição parcial da cobertura do estádio - Lote 2 policarbonato (em colaboração com o DECGO) – Empreitada em execução: aprovados TC na reunião de Câmara de 06/04/2026.
- T-53/2025 - Remodelação da escola da Bouça (1.º ciclo e jardim de infância), União das Freguesias de Colmeias e Memória - Contrato assinado a 21.10.2025. Empreitada em execução.
- T-92/2023 – Reabilitação de edifício para habitação a custos controlados – rua da cova, Bidoeira de Cima, Freguesia de Bidoeira de Cima - Contrato assinado a 19.03.2026. Consignação assinada a 20/03/2026.
- T-78/2023 – Construção de habitação a custos controlados, Monte Redondo, Freguesia de Monte Redondo e Carreira - Contrato assinado a 26.02.2026. Consignação assinada a 09/03/2026.

2. Preparar, gerir e acompanhar os procedimentos pré-contratuais

- T – 45/2026 - Reconstrução da Escola EB 2,3 dos Marrazes – DEOM: Decorre o processo de Contratação n.º CPN 13/2026/DICP.
- T – 94/2023 - Construção de habitação a custos controlados, Rua da Mata – Parceiros. Decorre processo de Contratação n.º CPN 12/2026/DICP.

3. KRISTIN - Elaborar orçamentos para efeitos de peritagem

Foram elaborados, para efeitos de peritagem e instrução de processo de seguro, um total de 71 orçamentos, acompanhados dos respetivos registos fotográficos, relativos aos danos verificados nos Edifícios Municipais no dia 28/01/2026, em consequência da passagem da Tempestade “Kristin”.

4. KRISTIN - Preparar, gerir e acompanhar os procedimentos pré-contratuais

- T – 10/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Malha Urbana
- T – 29/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Centro Escolar do Coimbrão
- T – 40/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: EB1 do Vale da Rosa, EB1 de Caldelas, JI de Caranguejeira, EB1 e JI da Palmeira
- T – 41/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Caranguejeira: JI Souto do Meio, EB1 de Caranguejeira
- T – 43/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carreira
- T – 49/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Regueira de Pontes: JI e EB1 Regueira de Pontes e EB1 das Chãs - DEOM
- T – 50/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos em diversas escolas e jardins de infância na Freguesia de Arrabal: EB1 de Arrabal, EB1 da Martinela, EB1 da Várzea e JI do Soutocico - DEOM
- T – 61/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na EB de Carvide
- T – 73/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício dos Paços de Concelho
- T – 79/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução de danos na Igreja da Misericórdia – Leiria

- T – 81/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e recuperação de danos no Centro Escolar da Maceira
- T – 88/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria – Fase 2
- T – 89/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no CAE - Barreira
- T – 92/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Execução de trabalhos de reposição de danos Escola Básica 23 das Colmeias - Fase 2

5. KRISTIN - Coordenar, fiscalizar e acompanhar tecnicamente as empreitadas

- T – 08/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona Norte
- T - 09/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Operação Telhado Solidário – Zona Sul
- T – 11/2026 - TEMPESTADE KRISTIN – Reparação e reconstrução da Escola Secundário Afonso Lopes Vieira
- T – 12/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica D. Dinis
- T – 13/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica José Saraiva e Centro de Formação
- T – 14/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica n.º 2 de Marrazes
- T – 15/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos no Centro Escolar Dr. Correia Mateus (EB123 +JI)
- T – 16/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Rainha Santa Isabel, Carreira
- T – 18/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica Dr. Correia Alexandre
- T – 19/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Colmeias
- T – 20/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação de danos na Escola Básica de Santa Catarina da Serra
- T – 21/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Escola Profissional de Leiria e Centros Tecnológicos CT1 e CT2
- T – 22/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no edifício da Villa Portela
- T – 32/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Aquisição de 15 módulos para salas de aula de apoio à atividade escolar (inclui entrega e instalação), na Escola Henrique Sommer
- T – 57/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Demolição de edifícios em risco de queda e sinalizados pela Proteção Civil
- T – 59/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Mercado Santana
- T – 60/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no BAG
- T – 68/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Museu de Leiria
- T – 69/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos na Biblioteca Municipal
- T – 72/2026 - TEMPESTADE KRISTIN - Reparação e reconstrução dos danos no Edifício do Castelo de Leiria

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS EM INFRAESTRUTURAS

1. **Coordenar, fiscalizar e acompanhar tecnicamente as empreitadas**
 - T-57/2018 - Construção de Rotunda na E.N. 242, Barosa, Leiria
 - T-10/2021 - Construção de um espaço de utilização coletiva com estacionamento junto à rotunda D. Dinis, Leiria
 - T-37/2021 - Execução do Largo da Igreja, rua de Júlia da Silva Crespo e rua Dom Dinis, Regueira de Pontes
 - T - 85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria. Contrato n.º 124/2026 assinado a 01.04.2026. Aguarda consignação.
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 1: União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: União de freguesias de Monte Real e Carvide e freguesia de Coimbrão
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3: União de freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa e freguesia de Amor
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4: Freguesia de Regueira de Pontes, freguesia de Milagres e freguesia de Bidoeira de Cima
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 5: União de Freguesias de Marrazes e Barosa e Parceiros e Azoia
 - T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - LOTE 6: União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7: União de freguesias de Colmeias e Memória e União de freguesias de Santa Eufémia e Boavista
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 8: União de freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça e freguesia de Caranguejeira
 - T-42/2023 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 9: Freguesia de Arrabal e freguesia de Maceira
 - T-51/2023 - Construção de Novos Acessos e Equipamentos no Parque Verde de Leiria
 - T-67/2023 - Fase 1- Execução das Infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo, Leiria
 - T-69/2023 - Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas em Aroeira e Requalificação da EN 109-9 entre Aroeira e Coimbrão, Monte Redondo
 - T-70/2023 - Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Requalificação do Arruamento
 - T-80/2023 - Requalificação da rede de drenagem pluvial na Rua de São Miguel e Rua Emídio Agostinho Marques, Leiria
 - T - 28/2024 - Construção de parque de estacionamento na Av. Papa Francisco – Leiria. Contrato n.º 134/2025 assinado a 02.06.2025. Aguarda aprovação PSS e PATA.
 - T-39/2024 - Reformulação da Drenagem Pluvial na Rua Dr. Luís Pereira da Costa (EN 109, no troço de arruamento compreendido entre a rua da Bajouca e o cemitério - Monte Redondo
 - T-41/2024 - Pavimentação do parque de estacionamento do Largo da República e envolvente

- T-53/2024 _Estabilização e valorização do abrigo do lagar Velho (ALV) – UF Santa Eufémia e Boavista. Decorre processo de contratação n.º CPN 146/2025/DICP. Aguarda adjudicação.
- T-66/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na Freguesia da Caranguejeira
- T-67/2024 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos na União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 1: Freguesia de Arrabal
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 3: Freguesia de Bidoeira de Cima
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 4: Freguesia de Coimbra
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 5 - União das freguesias de Colmeias e Memória
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 6: União de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 7: Freguesia de Maceira
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 8: União de Freguesias Marrazes e Barosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 9: Freguesia de Milagres
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 12: União de Freguesias Parceiros e Azoia
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 13 - Freguesia de Regueira de Pontes
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 14: União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 15: União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista
- T-03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 16: Freguesia de Amor
- T-07/2025 - Requalificação e drenagem pluvial da Rua de Leiria - 2.ª Fase
- T-25/2025 - Beneficiação da Rua Contramestre Joaquim Bento, Cortes
- T-26/2025 - Construção de arruamento e rede de drenagem pluvial no Telheiro, UF. LPBC
- T-62/2025 - Execução de Coletor Pluvial na Rua da Esperança
- T-45/2025 – Reparação do pavimento da EM531 entre a rotunda do PEMR e a rotunda da A17 – Monte Redondo
- T-47/2025 – Reparação da Rua do Vale em Ferreiros e execução de Rede pluvial na Rua da Igreja e na Rua da Cerca – União de Freguesias de Santa Eufémia e Boavista

2. Coordenar e acompanhar os procedimentos de prestação de serviços

- T - 13/22 – Elaboração do projeto de execução de Requalificação do Centro Urbano dos Andrinos, Requalificação do Centro Urbano de Santa Eufémia e Requalificação do Centro Urbano da Caranguejeira;
- T 39/22 - Elaboração do projeto de execução de Ligação da rua do Arneiro com a rua da Escola e Construção de um espaço polivalente junto à escola da Bidoeira.
- T-54/2022 - elaboração dos projetos de execução de Requalificação da rua do Carreirinho – Casal dos Claros – Freguesia de Amor
- T 37/2023 - Elaboração do projeto de execução de Requalificação da rua da Base Aérea” e de Reversão do Largo Padre Margalhau – Freguesia de Amor
- T-38/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da Estrada dos Casais” – Freguesia de Regueira de Pontes
- T-39/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EM 356-1” – Freguesia de Maceira
- T- 46/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EN 357 – Caminhos de Fátima” – União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça
- T - 70/2024 - Elaboração dos projetos de execução de Requalificação da ER 349 em Carvide e de Requalificação do CM 1038 na Bidoeira de Cima
- T - 13/22 – Elaboração do projeto de execução de Requalificação do Centro Urbano dos Andrinos, Requalificação do Centro Urbano de Santa Eufémia e Requalificação do Centro Urbano da Caranguejeira;
- T 39/22 - Elaboração do projeto de execução de Ligação da rua do Arneiro com a rua da Escola e Construção de um espaço polivalente junto à escola da Bidoeira.
- T-54/2022 - elaboração dos projetos de execução de Requalificação da rua do Carreirinho – Casal dos Claros – Freguesia de Amor
- T 37/2023 - Elaboração do projeto de execução de Requalificação da rua da Base Aérea” e de Reversão do Largo Padre Margalhau – Freguesia de Amor
- T-38/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da Estrada dos Casais” – Freguesia de Regueira de Pontes
- T-39/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EM 356-1” – Freguesia de Maceira
- T- 46/2023 - Elaboração do Projeto de Execução de “Requalificação da EN 357 – Caminhos de Fátima” – União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça
- T - 70/2024 - Elaboração dos projetos de execução de Requalificação da ER 349 em Carvide e de Requalificação do CM 1038 na Bidoeira de Cima

3. Preparar, gerir e acompanhar os procedimentos pré-contratuais

- T - 85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria. Decorre processo de contratação n.º CPN 139/2025/DICP
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: Decorre processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas

- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 10: Decorre Processo de Contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 11: Decorre processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 44/2025 – Construção de Passeios na Freguesia dos Milagres. Preparação das peças do procedimento.
- T - 1/2026 - Reconstrução de muro de suporte na Rua Mina do Lenhite – Marrazes. Decorre o processo de Contratação n.º CPN 19/2026/DICP
- T - 85/2022 – Requalificação da rede de águas pluviais e de várias ruas em São Romão – Fase 1, Leiria. Decorre processo de contratação n.º CPN 139/2025/DICP
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 2: Decorre o processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 10: Decorre o processo de Contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 03/2025 - Requalificação e Beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 11: Decorre o processo de contratação n.º CPN 113/2025/DICP. Análise de propostas
- T - 44/2025 – Construção de Passeios na Freguesia dos Milagres. Preparação das peças do procedimento.

4. KRISTIN - Elaborar orçamentos para efeitos de peritagem

Foram elaborados, para efeitos de peritagem e instrução de processo de seguro, um total de 229 orçamentos, acompanhados dos respetivos registos fotográficos, relativos aos danos verificados nos Edifícios Municipais no dia 28/01/2026, em consequência da passagem da Tempestade “Kristin”.

5. KRISTIN - Preparar, gerir e acompanhar os procedimentos pré-contratuais

- T-25/2026 – Tempestade Kristin – Reparação de abatimento no parque de estacionamento do Edifício Palácio da Justiça de Leiria
- T-26/2026 – Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos na Avenida da Comunidade Europeia, Leiria. Processo de contratação ADS n.º 01/2026/DICP
- T-28/2026 – Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos nos arruamentos de Souto da Carpalhosa. Processo de contratação AD n.º 163/2026/DICP
- T-30/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua dos Manjerinos, em São Romão, e no pontão na Rua do Arieiro. Processo de contratação ADS n.º 02/2026/DICP
- T-42/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos nos arruamentos: Rua Moinhos de Vento, Rua dos Gomes – Milagres e Rua Santo Ildefonso – Bidoeira de Cima. Processo de contratação AD n.º 147/2026/DICP
- T-48/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua do Braçal, Rua da Costa, Rua Principal e Rua da Fontinha. Processo de contratação AD n.º 122/2026/DICP
- T-51/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua da Agricultura e Rua Vale David. Processo de contratação AD n.º 126/2026/DICP
- T-74/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos nos equipamentos de praia da Praia do Pedrógão

- T-75/2026 – Tempestade Kristin – Trabalhos de reposição de danos na Rua Principal (Carpalhosa e São Miguel)
- T-76/2026 – Tempestade Kristin – Reposição de danos na Rua Rei Lavrador e Avenida Liz
- T-83/2026 – Tempestade Kristin – Reparação e reconstrução de danos no talude da encosta de São Romão – Leiria
- T-85/2026 – Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua Principal, Riba d’Aves – Ortigosa

6. KRISTIN - Coordenar, fiscalizar e acompanhar tecnicamente as empreitadas

- T-26/2026 - Tempestade Kristin – Empreitada de execução de trabalhos de reposição de danos na Avenida da Comunidade Europeia, Leiria: Obra consignada em 11.03.2026
- T-30/2026 - Tempestade Kristin – Execução de trabalhos de reposição de danos na Rua dos Manjerinos, em S. Romão, e no pontão na Rua do Arieiro: Obra consignada em 11.03.2026

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL

DIVISÃO DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

A Divisão de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Sistemas (DIMEES) tem diversas vertentes de serviços transversais às diversas unidades orgânicas do Município de Leiria. Os grandes grupos de serviços podem ser identificados abaixo,

- Manutenção de edifícios - por meio de recursos internos (oficinas) ou por recurso a serviços e empreitadas externas
- Operação de edifícios e eventos com serviços transversais – Vigilância; Limpeza; manutenção de elevadores, climatização, sistemas de segurança; eficiência energética; energia (água e gás); águas residuais.
- Apoio à montagem e desmontagem de eventos

No período a que respeita o presente relatório, para além das atividades normalmente desenvolvidas, procedeu-se ao levantamento e verificação técnica de alguns dos edifícios afetados pela depressão *Kristin*.

No período destaca-se os seguintes procedimentos:

Acompanhamento e Fiscalização de Obras:

- Substituição do Piso dos Pavilhões Desportivos Municipais, Lotes 1, 2 e 3 (Pousos, Carreira e Cruz d’Areia)
- Reparação de fachadas e cobertura no Gimnodesportivo da EB José Saraiva
- Reparações no Centro de Saúde da Barreira – Tempestade Kristin

Preparação de empreitadas – Procedimentos Kristin:

Quadro 6 – Intervenções em Edifícios (Nº empreitadas)

Indicador	Valor
Empreitadas em acompanhamento pela DECGO	44
Empreitadas lançadas	8
Empreitadas em fase de instrução de procedimentos	36

Quadro 7 – Intervenções em Edifícios (valores €)

Indicador	Valor
Valor Estimado	9,1 M €
Valor dos procedimentos lançados	3,1 M €
Valor dos procedimentos em preparação	6 M €

De entre 44 edifícios em intervenção por parte da DECGO, destacamos os principais:

- **Estádio Municipal de Leiria:** substituição total da cobertura e reparações interiores (tetos, pavimentos, eletricidade, iluminação desportiva, elevadores, etc.).
- **Piscinas Municipais (Leiria, Maceira e Caranguejeira):** substituição de coberturas e sistemas fotovoltaicos, reparação de muretes e revestimentos exteriores.
- **Pavilhões desportivos (Arrabal, Afonso Lopes Vieira, Maceira, CE Ténis, Colmeias, Souto da Carpalhosa, Pousos, Carlos Neto):** substituição de coberturas e chapas laterais.
- **Cineteatro de Monte Real:** substituição parcial da cobertura.
- **Museus (MIMO, Moinho do Papel, Agromuseu Dona Julinha):** reparação e substituição de coberturas, portas, vãos envidraçados e instalações elétricas.
- **Paços do Concelho:** reparação de coberturas, tetos interiores, pinturas e luminárias.
- **Estaleiros Municipais:** reconstrução de armazém e renovação de espaços administrativos e de oficina.
- **GNR Marrazes e Monte Redondo:** reparações de coberturas e pinturas.
- **Quartéis dos Bombeiros e Casa Mortuária:** substituição de vidros, fachadas em pladur, estores e telhado.
- **Centros e extensões de saúde** nas unidades de Gorjão Henriques, Dr. Arnaldo Sampaio, Amor, Barreira, Cortes, Maceira-Arnal e Bidoeira de Cima, com foco em reparação/substituição de coberturas, rufos, vãos e pinturas.
- **Mercado Municipal da Praia do Pedrógão:** substituição de cobertura e porta.
- **Parque de Estacionamento da Fonte Quente:** substituição de luminárias e estruturas metálicas, reparações de alvenaria.
- **Cemitério de Leiria:** substituição de vidros e reparação de muros.

- **Casa do Pelourinho:** substituição de telhas e reconstrução de chaminé.
- **Circuito Polis e Iluminação envolvente ao estádio:** substituição de vedações, postes e circuitos elétricos, e mobiliário urbano.
- **Jardim Luís de Camões:** espaços verdes, reposição de árvores, iluminação e outras infraestruturas e equipamentos de apoio.
- **Ponte Pedonal El Rei D. Dinis:** reparações no pavimento e vidros.

Preparação de empreitadas:

- Trabalhos de melhoramento do Centro de Saúde de Maceira
- Reparação de muro de suporte da Escola Básica de Capuchos
- Substituição de rede de abastecimento de água no piso térreo do Museu de Leiria
- Reabilitação de muros de vedação de Escolas Básicas 2/3 de Carreira, Colmeias e Correia Mateus

Preparação e lançamentos de concursos de serviços e bens:

- Fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para os edifícios municipais
- Serviços de vigilância de edifícios e eventos municipais
- Manutenção dos geradores dos edifícios municipais
- Entrega de resíduos domésticos (fossas) e desentupimentos – procedimento com os SMAS

Acompanhamentos de serviços:

- Serviços de higiene e limpeza nas instalações e eventos municipais
- Serviços de Vigilância e segurança humana nas instalações e edifícios municipais
- Manutenção de elevadores
- Manutenção de climatização
- Acompanhamento e análise de consumos de água e gás

Setores das Oficinas

Foram registados/abertos **120 pedidos de intervenção**, dos **quais 51 foram resolvidos**, encontrando-se em fase de resolução 69 pedidos.

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O presente Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada, as ações desenvolvidas pela Divisão de Gestão do Espaço Público (DIGEP) durante o período trimestral em referência, evidenciando os principais trabalhos realizados e/ou executados, bem como alguns dos indicadores de desempenho observados.

No decurso do período em análise, a DIGEP manteve o seu compromisso permanente com a manutenção, conservação e requalificação do espaço público urbano, assegurando uma intervenção contínua e articulada com vista à promoção de espaços organizados, seguros, funcionais e acessíveis à população. As iniciativas desenvolvidas refletem o empenho, a capacidade de resposta e a dedicação das equipas

técnicas e operacionais, tendo em vista a preservação e valorização do espaço público, com impacto direto na melhoria das condições de utilização e na qualidade de vida dos munícipes.

Importa destacar que o trimestre ficou marcado pela ocorrência da Tempestade Kristin, fenómeno meteorológico adverso que originou diversos constrangimentos no espaço público municipal, nomeadamente ao nível de infraestruturas viárias, mobiliário urbano, iluminação pública e sistemas de drenagem. Perante este contexto excecional, a DIGEP teve como principal foco uma atuação célere e integrada, mobilizando os seus recursos humanos e materiais no sentido de minimizar riscos, repor condições de segurança e garantir a normalização progressiva da utilização do espaço público. As ações desencadeadas abrangeram, entre outras, intervenções de carácter emergente, trabalhos de limpeza e desobstrução, reposição de condições de circulação e execução de reparações pontuais, evidenciando a capacidade de resposta operacional da Divisão nesta situação de calamidade e contingência.

Apesar dos desafios operacionais e estruturais enfrentados, quer no âmbito da gestão corrente do espaço público, quer no contexto específico da resposta aos efeitos da Tempestade Kristin, as ações realizadas tiveram um impacto globalmente positivo, traduzindo-se em avanços significativos no cumprimento dos objetivos definidos para o período e na mitigação dos danos verificados.

As ações desenvolvidas traduziram-se em intervenções de carácter emergente, trabalhos de limpeza e desobstrução, reposição de condições de circulação e execução de reparações pontuais, evidenciando a capacidade de resposta operacional da Divisão.

Na sequência da passagem da Tempestade Kristin, verificaram-se falhas e interrupções no funcionamento da rede de iluminação pública, decorrentes de danos em infraestruturas elétricas, queda de ramos e árvores e projeção de detritos sobre a via pública. A DIGEP procedeu à identificação das situações mais críticas, à priorização das ocorrências com maior impacto na segurança de peões e na circulação rodoviária e à articulação direta com a E-Redes, com vista à reposição gradual do serviço.

Iluminação pública

Quadro 2 – Pedidos registados na Plataforma ARA / E-Redes

Indicador	Nº
Pedidos tratados	31
Aumento de potência BTE	2
Avaria na rede de iluminação pública	5
Focos apagados ou intermitentes	4
Ligação BTE	2
Ligação eventual	10
Modificar local do ponto de entrega	1
Novos focos em rede existente	1
Situação de risco	6

Face a este contexto excecional, a DIGEP procedeu a uma atuação imediata, no âmbito das suas competências, através da identificação das situações mais críticas, da priorização das ocorrências com maior impacto na segurança de peões e na circulação rodoviária e da promoção das diligências diretas

necessárias junto da E-Redes, enquanto entidade responsável pela gestão, manutenção e reposição da rede de distribuição de energia elétrica e da iluminação pública.

Neste enquadramento, foram efetuadas diversas comunicações (via telefónica, e-mail) de registos de avarias, tendo a DIGEP assegurado o acompanhamento permanente das situações reportadas, bem como a articulação entre os serviços municipais e a entidade concessionária, com vista à reposições graduais do serviço de iluminação pública, de acordo com os meios disponíveis e a complexidade das intervenções necessárias.

Importa salientar que, não obstante os esforços desenvolvidos, algumas situações de falta de iluminação se prolongaram no tempo, em virtude da dimensão dos danos verificados, da elevada pressão sobre os meios operacionais da E-Redes e da necessidade de intervenções técnicas mais complexas, circunstância que foi devidamente considerada no contexto da avaliação global das atividades desenvolvidas pela DIGEP no período em análise.

Destacam-se intervenções de manutenção da iluminação na zona urbana, por administração direta, nomeadamente:

- Percurso Polis (8 km somadas as distâncias de ambas as margens do Rio Lis)
- Parque Radical de Leiria e adjacências
- Largo do Município
- Jardim Luís de Camões
- Rua Direita
- Jardim Luís Camões
- Fonte Luminosa
- Centro Histórico

Higiene urbana e deservagem

Para além dos trabalhos executados pelas Equipas de Vias Integradas da DIGEP, verificou-se a necessidade de proceder a intervenções adicionais em diversas vias municipais e espaços públicos, ao abrigo dos procedimentos internos em vigor.

A priorização das intervenções resultou da avaliação da urgência e da relevância dos serviços solicitados, tendo em consideração critérios como a segurança rodoviária, a mobilidade dos cidadãos e a preservação das condições de utilização dos espaços públicos. Entre as intervenções desenvolvidas destacam-se os trabalhos de manutenção de vias por administração direta e a execução de ceifa, limpeza de bermas, valetas, sumidouros e canais de drenagem de águas pluviais em diversas zonas do concelho.

A referida tempestade originou diversos constrangimentos no espaço público municipal, tendo-se verificado, em particular, falhas e interrupções no funcionamento da rede de iluminação pública, decorrentes de danos em infraestruturas elétricas, quedas de ramos e árvores, projeção de detritos sobre a via pública e outros efeitos associados às condições meteorológicas adversas.

Assim, no Relatório de Atividades, a DIGEP evidencia não só o volume e a natureza das intervenções realizadas, como também os condicionamentos externos que influenciaram os tempos de resposta e a normalização plena das condições de iluminação pública, sublinhando a importância da cooperação institucional com a E-Redes enquanto fator determinante para a reposição da normalidade.

Quadro 3 – Intervenções em espaço público

Indicador	Nº
Operações de deservagem	45 ruas
Intervenções em Calçadas	63 ruas
Intervenções Tapa-Buracos	64 ruas
Manutenções em espaço público	55 ruas

Foram realizados serviços de ceifa em bermas, valetas, sumidouros e limpeza de canais de drenagem de águas pluviais em estradas, ruas e caminhos e no espaço público urbano, destacando-se as principais intervenções:

- Rua do Moinho de Papel;
- Zona contígua ao Hospital de St.º André;
- Zona contígua à Escola Correia Mateus;
- Rua Paulo VI;
- EN n.º 113;
- Rua da Cooperativa e Travessa da Cooperativa;
- Av.ª 22 de maio;
- S. Romão/Rua da Cooperativa;
- Estrada dos Marinheiros e ruas adjacentes;
- Zona contígua à Escola Profissional de Leiria;
- Gândara dos Olivais;
- Zona contígua ao Estádio Municipal, Ponte Euro 2004;
- Zona contígua ao Hospital da CUF e McDonald's.

Manutenção de vias:

Para além dos trabalhos executados pelas Equipas de Vias Integradas do DIGEP, verificou-se a necessidade de proceder a intervenções adicionais em diversas vias municipais e espaços públicos. Essas ações foram realizadas ao abrigo dos procedimentos internos e externos em vigor, assegurando o cumprimento das normas técnicas e operacionais aplicáveis.

Principais operações de reposição de calçadas:

- Requalificação da calçada no Polis (junto ao Marachão e Rodoviária)

- Reparação de depressões e abatimento no Largo da República
- Reparação de calçada na Rua Costa Santos
- Reparação de Passeio na Estrada de São Tiago (Marrazes)

A priorização das intervenções resultou da avaliação da urgência e da relevância dos serviços solicitados, tendo em consideração critérios como segurança rodoviária, mobilidade dos cidadãos e preservação das condições de utilização dos espaços públicos. Desta forma, garantiu-se uma resposta célere e eficaz às necessidades identificadas, contribuindo para a manutenção da qualidade da infraestrutura municipal. O quadro seguinte é elucidativo das principais intervenções em espaço público realizadas no período em análise.

Quadro 4 – Intervenções em espaço público

Trabalhos	Localização	
	Rua	Freguesia
Reparação Talude, margem do rio	Rua de Santa Clara	Parceiros e Azóia
Selagem de Fissuras na Via Betuminosa	Rua de Santa Clara	Parceiros e Azóia
Limpeza Órgãos Drenagem (Valetas, aquedutos, etc.), Deservagem e Preenchimento/Subida de bermas	EN 356-2 (Estrada das Cortes)	LPBC
Limpeza Órgãos Drenagem (Valetas, aquedutos, etc.) e Deservagem	EN 109	LPBC, Marrazes, Regueira Pontes, Ortigosa,
Instalação de guardas metálicas	EN 109	Marrazes e Barosa
Reparação de aqueduto e Linha de Água	Rua da Malaposta, Mourã	LPBC
Reconstrução de Talude com "rachão" e limpeza da Via	Rua da Malaposta, Mourã	LPBC
Substituição de sinalização rodoviária vertical	Diversos Locais do concelho	
Pavimentação betuminosa	rotunda "Porta de Leiria"	Marrazes e Barosa
Pavimentação betuminosa	Rua de Caldas da Rainha	Marrazes e Barosa
Pavimentação betuminosa	Zona pontual, de PH. EN 350, Andrinos	LPBC
Reperfilamento do terreno (reposição condições originais)	Zona pontual, de PH. EN 350, Andrinos	LPBC
Reparação de Via Danificada (incluindo remoção de árvore)	Zona pontual, de PH. EN 350, Andrinos	LPBC
Aumento da "Zona Bus" (Pavê e betuminoso)	Av. Bernardo Pimenta (frente Piscinas)	LPBC
Instalação e retirada de "New Jersey's" de betão (em articulação com proteção civil)	Diversos Locais do concelho	Marrazes, Barosa, Regueira de Pontes, Amor, LPBC
Subida/nivelamento de Tampas Pluviais/saneamento	Estrada de 7 rios	Santa Catarina da Serra
Subida/nivelamento de Tampas Pluviais/saneamento	EM 532	Colmeias e Memória

Gestão da Frota Automóvel:

A gestão da frota automóvel foi assegurada de forma contínua, em articulação com as necessidades operacionais das equipas, contribuindo para a resposta atempada às solicitações e para a manutenção da capacidade de intervenção dos serviços.

No quadro seguinte, destacam-se os principais indicadores de gestão da frota automóvel.

Quadro 5 – Gestão do parque automóvel

Viaturas Frota Automóvel	Nr.º total de Viaturas	Contrato (AOV)	35
		Próprias	113
	Tipologia de Viaturas	Ligeiros de Passageiros	71
		Ligeiro de Mercadorias	41
		Camións	17
		Outros	19
	Km ´ s Percorridos	Ligeiros	39752
		Pesados	1365
	Intervenções oficiais	Ligeiros	17
		Pesados	5
		Máquinas	0
	Avarias	Ligeiros	6
		Pesados	1
		Máquinas	0
	Revisões Efetuadas	Ligeiros	12
Pesados		1	
Máquinas		0	

Perante um contexto adverso, a Divisão assegurou, como prioridade, a reposição das condições de segurança, a normalização progressiva da circulação e a mitigação dos impactos no espaço público municipal. As ações desenvolvidas evidenciam o elevado sentido de responsabilidade, profissionalismo e capacidade de mobilização das equipas técnicas e operacionais, permitindo uma recuperação gradual da normalidade nas infraestruturas e serviços afetados, apesar dos constrangimentos logísticos e operacionais verificados.

Ultrapassada a fase de resposta emergente, o próximo período será orientado para uma intervenção mais estruturada e planeada, incidindo na reparação definitiva das infraestruturas danificadas, no acompanhamento dos procedimentos

de contratação necessários e no reforço da articulação institucional, com vista à consolidação das soluções implementadas e ao aumento da resiliência do território municipal.

Neste enquadramento, perspetiva-se a continuidade do esforço desenvolvido, assente numa lógica de melhoria contínua, prevenção e planeamento, reforçando-se o papel desta Unidade Orgânica enquanto pilar fundamental na manutenção da qualidade, segurança e funcionalidade do espaço público. Com uma atuação sustentada, responsável e orientada para o interesse público, a Divisão de Espaço Público (DIGEO), continuará focada e empenhada em contribuir de forma decisiva para a valorização do espaço urbano e para o bem-estar das populações do Concelho de Leiria.

DIVISÃO DE GESTÃO DOS ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Gestão de Espaços Verdes desenvolveu durante o período em análise e conforme plano, atividades de plantações, conservação e manutenção dos jardins e demais espaços verdes e respetivos sistemas de rega, quando aplicável:

- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 105/2023/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas, que teve o seu término a 28 de fevereiro.
- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público 90/2024/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos existentes em Centros de Saúde, no Concelho de Leiria, excluindo podas de árvores, que teve o seu término a 28 de fevereiro.
- Foi dada continuidade à realização do inventário do arvoredo em meio urbano, no âmbito do procedimento de consulta prévia n.º 71/2025/DICP – Contratação de serviços de elaboração do inventário municipal do arvoredo em meio urbano, tendo sido já implementada a plataforma de gestão de arvoredo em ambiente SIG, tendo sido inventariadas neste período 2638 estando no total registadas até ao final do mês de março 10457 árvores.

Decorrente da tempestade Kristin foram já registadas 2639 perdas, 1740 já removidas e as restantes 899 ainda por abater e remover.

No âmbito das ações realizadas para comemorar o Dia da Árvore foram plantadas 11 tílias no Jardim Luís de Camões e 1 cedro na Villa Portela.

Gestão Horto Municipal

Durante o período em análise e decorrente da tempestade Kristin e das que lhe sucederam o Horto ficou inundado cerca de 3 semanas tendo existido muitos danos no material vegetal, e equipamentos, de acordo com a informação para acionamento da apólice multirriscos.

Esta situação inviabilizou a realização de cedências no âmbito do Programa das Eco-escolas e Escolas Floridas e Divertidas.

Foram iniciados os trabalhos de recuperação do horto e retomadas as operações culturais de produção (que ficaram bastante limitadas) e manutenção de espécies vegetais existentes no Horto Municipal, bem como a manutenção e conservação do parque de vasaria ornamental e o controlo de empréstimo de vasos e floreiras.

- Plantas época fornecidas/plantadas – **1640** unidades
- Arbustos fornecidos/plantados – **77** unidades
- Árvores fornecidas/plantadas – **208** unidades
- Ornamentação – 1 ornamentação com mobilização de 6 vasos

Gestão Espaços de Jogo e de Recreio

Tendo como base de trabalho o Plano de Manutenção Preventiva, durante o período referido, procedeu-se à conservação e manutenção de **31 espaços de jogo e de recreio** que estão sob a responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes.

Na sequência da tempestade Kristin houve alguns danos nos Parques infantis, de acordo com a informação para acionamento da apólice multirriscos.

A maioria das reparações já se encontram efetuadas, estando em falta a reparação do Parque Infantil Ponte e de Monte Real, os quais necessitam de uma intervenção mais profunda, estando a ser preparada a empreitada para a sua reabilitação.

Gestão Hortas Verdes

O Projeto Hortas Verdes, integram as Hortas Verdes que contemplam quatro espaços, sendo as Hortas Verdes da Encosta do Castelo, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina I, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina II e as Hortas Verdes da Malaposta.

Na sequência da tempestade Kristin, houve alguns danos nas Hortas da Gordalina, por terem ficado submersas devido ao transbordo do rio Lis.

Para restabelecer o funcionamento das hortas, foi promovida no dia 7 de março uma ação colaborativa envolvendo utilizadores e elementos do Município, garantindo as intervenções necessárias para recuperar parcelas e áreas comuns.

Preparação e Acompanhamento de Procedimentos Concursais:

- Concurso público N.º 94/2025/DICP - Prestação de serviços de arboricultura para o arvoredo urbano, com realização de podas e tratamento fitossanitário de árvores em espaços públicos do município de Leiria, executados os serviços;

-Aquisição de serviços de tratamento fitossanitário, em arvoredo urbano, por método de endoterapia (ajuste direto simplificado), em execução;

- T - 69/2025 – Execução de furo nas Hortas Verdes de Santa Clara (consulta prévia). O mesmo apresenta água com um nível de salinidade extremamente elevado e concentrações excessivas de iões potencialmente tóxicos, sendo inadequada para rega de hortas, pelo é inviável o seu uso para os fins a que estava destinado;

- T75/25 Serviços de elaboração de projeto de arranjo Paisagístico da Rotunda do Pedrome (ajuste direto simplificado), análise do projeto apresentado;

- Aquisição de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas de árvores, na modalidade de prestação de serviços contínua (concurso público internacional), em adjudicação;

- Contratação de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos existentes na Vila Portela, na modalidade de prestação de serviços contínua (consulta prévia), adjudicado;

- T65/2026 - Remoção de cepos e reparação de caldeiras – em fase de concurso.

Tempestade Kristin – espaços verdes

No domínio dos espaços verdes, foram desenvolvidas ações de limpeza, remoção de árvores danificadas, tratamento de zonas afetadas e apoio à reposição da funcionalidade dos espaços públicos de utilização coletiva. Em alguns espaços, iniciaram-se os serviços de replantação (Ex. Jardim Luis Camões e Villa Portela), estando em curso serviços de consultadoria para a rearborização da cidade de Leiria.

Operações de corte, remoção e replantação de árvores

Indicador	Valor
Número de intervenções/procedimentos	28
Valor Global (executado e em execução)	3,2 M €

Estas intervenções tiveram como propósito assegurar a segurança de pessoas e bens, prevenir riscos adicionais e contribuir para a recuperação gradual da normalidade nos espaços verdes afetados pela tempestade.

A manutenção destas áreas continuará a exigir acompanhamento técnico, nomeadamente em zonas onde persistam fragilidades resultantes do fenómeno meteorológico.

Conscientes do trabalho que ainda temos de desenvolver e do escrutínio popular, hoje mais atento, exigente e minucioso do que nunca, mas igualmente reconhecendo o feedback amplamente positivo face ao desempenho alcançado, reafirma-se, com firme convicção, que a abnegação, o sentido de missão pública e a dedicação dos colaboradores do Departamento de Conservação e Gestão Operacional continuarão a assegurar uma resposta de excelência, contribuindo decisivamente para a valorização, afirmação e prestígio do Município de Leiria.

DIVISÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

As principais atribuições, atividades e tarefas realizadas no período em análise pela Divisão, são as seguintes:

- Recolha de veículos abandonados no espaço público, e respetivas diligências;
- Análise e avaliação técnica sobre pedidos de sinalização de trânsito no Concelho de Leiria;

- Análise e parecer técnico sobre pedidos de ocupação da via pública e avaliação dos PST's;
- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de publicidade e Ocupação de Espaço Público, (DiLD);
- Análise e parecer técnico sobre licenciamento de atividades desportivas e culturais;
- Análise e parecer técnico sobre processos do DEGU bem como participação na realização de vistorias.

Destaca-se o trabalho exaustivo do levantamento dos danos causados pela Tempestade KRISTIN:

- Levantamento, atualização da base de dados e apuramento dos danos causados em todos os sistemas semafóricos instalados no Concelho de Leiria;
- Levantamento e apuramento dos danos causados na Sinalização Vertical de Trânsito instalada no Concelho de Leiria.

Preparação, lançamento e acompanhamento de procedimentos concursais (tempestade Kristin):

Quadro 8 – Intervenções em sistemas semafóricos e sinalização vertical

Indicador	nº de equipamentos	Valor
Sistemas Semafóricos instalados e em curso	112	292.372,73€
Sinal H7 Leds e Luminárias de passadeiras	37	28.885,25€
Sinalização vertical de trânsito	5101	515.335,98€
Totais	5250	836.593,96€

Acompanhamento técnico e fiscalização de empreitadas e serviços:

- CPN 35/25 - Aquisição por lotes de sinalização VERTICAL
- Ajuste DIRETO SIMPLIFICADO - Aquisição de Serviços de Reboque para a Remoção e Transporte de todo o tipo de Veículos Abandonados na Via Pública
- T-12/2025 - EXECUÇÃO DE MARCAS RODOVIÁRIAS COM PINTURA A QUENTE EM SPRAYPLÁSTICO E TERMOPLÁSTICO NAS VIAS MUNICIPAIS NO CONCELHO DE LEIRIA

Apoio técnico e acompanhamento de empreitadas do DEOM:

- T-57/2018 - CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN242 (VARIANTE DA BAROSA) - Barosa
- T-80/2023 - Requalificação da rede de drenagem pluvial na rua de são miguel e rua Emídio Agostinho Marques - Leiria
- T-39-24 - Reformulação da drenagem pluvial na Rua Dr. ° Luís Pereira da Costa (EN 109), no troço de arruamento compreendido entre a Rua da Bajouca e o cemitério - Monte Redondo

Avaliação e parecer técnico de projetos do ML, no âmbito da Rede Viária e Segurança Rodoviária:

- T-127/2021 - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA EMÍDIO AGOSTINHO MARQUES
- T-72/2025 – Requalificação da Rua Paulo VI

Atividade Operacional:

No âmbito da atividade operacional, durante o período considerado para o relatório de atividades, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria registou **1145** ocorrências, empregando um total de **3281** operacionais e **1315** veículos.

Classificação da Ocorrência	Ocorrências	Operacionais	Veículos
Fenómenos Naturais	00	00	00
Incêndios Urbanos ou Área Urbanizável	30	190	56
Incêndios em Equipamentos ou Produtos	27	122	26
Incêndios em Transportes	03	16	04
Acidentes	27	133	39
Acidentes Industriais e Tecnológicos	08	37	08
Incêndios Rurais	11	56	13
Incêndios em Detritos	07	35	08
Comprometimento Total ou Parcial Segurança	380	1131	441
Assistência em Saúde	324	666	331
Intervenção em Conflitos Legais	07	20	08
Assistência e Prevenção a Atividades Humanas	290	829	349
Operações Diversas	31	46	32
Total	<u>1145</u>	<u>3281</u>	<u>1315</u>

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria participou durante o período em epígrafe nas seguintes ações:

Reuniões:

- 3 Reuniões do Briefing mensal do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- 3 Reuniões no Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Leiria.

Depressão "KRISTIN":

- PCO – Posto de Comando Municipal, instalado no quartel desde o dia 28FEV26 a 15FEV26;
- 2 Briefing operacionais diários às 08:00 e 18:00;
- 765 ocorrências efetuadas;
- 2338 operacionais empenhados;
- 895 veículos empenhados;
- 15484 km´s percorridos;
- 38156 chamadas atendidas na CMOS – Central Municipal de Operações de Socorro, operacionalizada pelos Bombeiros Sapadores.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA

Serviço Municipal de Proteção Civil

No período em análise, o Serviço Municipal de Proteção Civil desenvolveu as seguintes atividades/ações:

- Reuniões diversas:
 - Briefing's Mensais do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) Leiria;
 - Reuniões mensais entre a ANEPC – CSREPC Leiria / SMPC's CIM Região de Leiria;
 - Reuniões de Coordenadores Municipais de Proteção Civil da CIM Região de Leiria;
 - Reuniões com os Coordenadores das Unidades Locais de Proteção Civil do Concelho de Leiria;
 - Representação do SMPC em atos oficiais.

- Ocorrências e Vistorias:
 - Vistorias diversas no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE);
 - Vistorias diversas no âmbito da Comissão de Vistorias da CML;
 - Elaboração de pareceres de eventos diversos no concelho aos Planos de Segurança apresentados;
 - Permanência e apoio ao Posto de Comando Operacional da ocorrência resultante de Depressão "Kristin" no dia 28 de janeiro;
 - Acompanhamento das ocorrências resultantes da Depressão "Kristin" e articulação com os diversos APC, EC e Freguesias;

- Simulacros / Formações / Ações diversas:
 - Presença e participação como "Observador" em simulacros internos;
 - Apresentação pública dos novos elementos das ULPC (5º Ciclos de Formação);
 - Ação de sensibilização no âmbito da SCIE e o associativismo.

UNIDADE TÉCNICA FLORESTAL

- **Gestão de Combustível**
 - Notificações: Procedeu-se à identificação e notificação de 63 proprietários de terrenos para que procedessem à ação de gestão de combustível, e à afixação de 4 Editais de proprietário desconhecido.
 - Entradas: Durante o período em apreço registaram-se 70 pedidos à autarquia para regularizar/verificar as ações de gestão de combustível;
 - Terrenos Limpos: Foram concluídos com sucesso, em termos de realização de gestão de combustíveis, 85 processos.

Ações de arborização

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação atual, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas as ações de arborização e rearborização, o Gabinete Técnico Florestal emitiu pareceres para 4 pedidos de autorização para as referidas ações, solicitadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF.

- **Vazios Urbanos e limpezas coercivas**

Durante o período considerado foi realizada a limpeza de terrenos com matos e silvas em 5 terrenos do município e 2 limpeza coerciva, distribuídos pelas freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes; Marrazes e Barosa; Parceiros e Azoia.

- **Rede Viária Municipal**

No âmbito da execução das faixas de gestão de combustível na faixa de 10m da Rede Viária, decorrentes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, foram executados 9,07ha na freguesia de Bidoeira de Cima; ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência nas Juntas de Freguesia, foram executados cerca de 15,35ha na freguesia de Bajouca; 30ha na freguesia de Coimbra; 6ha na freguesia de Regueira de Pontes e 12ha na freguesia do Santa Eufémia e Boa Vista.

Ao abrigo do Contrato Interadministrativo de proteção civil – beneficiação de caminhos florestais a freguesia da Bajouca de Cima realizou a beneficiação de cerca 7,6km de caminhos florestais, a união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista realizou a beneficiação de 5km de caminhos florestais e a freguesia de Regueira de Pontes realizou a beneficiação de cerca de 16km de caminhos florestais.

Leiria, 17 de abril de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Gonçalo Lopes